



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA RURAL

DIANA MENDES CAJADO

DA PESCA ARTESANAL À AGRICULTURA FAMILIAR: A
MULTIFUNCIONALIDADE A PARTIR DA UNIDADE FAMILIAR DE PRODUÇÃO.
ESTUDO DE CASO.

FORTALEZA

2013

DIANA MENDES CAJADO

**DA PESCA ARTESANAL À AGRICULTURA FAMILIAR: A
MULTIFUNCIONALIDADE A PARTIR DA PLURALIDADE DOS SUJEITOS.
ESTUDO DE CASO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Rural da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestra em Economia Rural. Área de concentração: Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Irles de Oliveira Mayorga

Co-orientadora: Profa. Dra. Gema Galgani
Silveira Leite Esmeraldo

FORTALEZA

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Pós-Graduação em Economia Agrícola

- C139p Cajado , Diana Mendes
Da pesca artesanal à agricultura familiar: a multifuncionalidade a partir da unidade familiar de produção. Estudo de caso. / Diana Mendes Cajado. – 2013.
126f. : il., color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Departamento de Economia Agrícola, Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, Fortaleza, 2013.
Área de Concentração: Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural Sustentável.
Orientação: Prof^ª. Dr.^ª Maria Irlés De Oliveira Mayorga.
Coorientador: Prof^ª Dr.^ª Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo.
1. Pesca artesanal. 2. Multifuncionalidade. 3. Agricultura familiar. 4. Assentamento Maceió.I. Título.

CDD: 639.2

DIANA MENDES CAJADO

**DA PESCA ARTESANAL À AGRICULTURA FAMILIAR: A
MULTIFUNCIONALIDADE A PARTIR DA PLURALIDADE DOS SUJEITOS.
ESTUDO DE CASO.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Rural da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestra em Economia Rural. Área de concentração: Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Dra. Maria Irlles de Oliveira Mayorga (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dra. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo (Co-orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dr. Luiz Antônio Maciel de Paula (Membro interno)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dr. José Sydrião de Alencar Júnior (Membro externo)
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

A minha família

A todos e todas do Assentamento Maceió, em especial da comunidade Apiques.

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente pela oportunidade de fazer um mestrado, por todas as bênçãos alcançadas durante este período e por permitir que eu esteja finalizando mais este ciclo na minha vida.

A minha linda mãe que sempre respeitou, acreditou e apoiou minhas decisões.

A meu paizinho por tudo o amor, que apesar de ser um amor discreto me fortaleci e me faz amá-lo cada vez mais.

Ao meu noivo Benício por todo o amor, compreensão e respeito que dedica a mim e que acompanha minha vida acadêmica desde minha monografia quando apenas namorávamos. Na tese eu tornarei a agradecer-lo, mas se Deus quiser como marido.

A família Residência Agrária que desde 2009 faz parte da minha vida, a quem devo eterna gratidão, onde construí minha identidade enquanto pesquisadora, construí valores, compartilhei sentimento e conhecimentos. Nesta família agradeço de forma especial a minhas irmãs de coração e de causa Andréa, Eridam, Karol, Kélia, Renatinha, Deize e ao meu irmão de coração e de causa Glaudivane, ou pode chamar de Graubes por nossas sábias conversas e de forma mais que especial a minha co-orientadora prof^a Gema que foi e é como uma mãe na minha caminhada acadêmica.

De forma muito especial e honrosa a quem tenho o privilégio de ter como orientadora prof^a Irlés Mayorga que me adotou durante o mestrado e que sempre acreditou na minha ideia de pesquisa e contribuiu que fosse realizada.

Aos membros da banca pelas contribuições e por terem aceitado o convite.

Ao Observatório de Educação do Campo pelo consentimento de bolsa desde 2009 ainda na graduação e por ter financiado meu mestrado e as viagens à congressos para publicação de trabalho.

A meus companheiros e companheiras de mestrado, mas de modo muito especial a meu amigo João Josino e a minha amiga Soraia Madeira pelas noites em claro de estudo, pelo companheirismo e pela amizade sincera que construímos ao longo do mestrado.

Aos pais de João Josino Dona Rosimeuba (Mamis) e Sr. Bosco (Papis) por nos acolher em sua casa para estudarmos madrugadas adentro, pelos muitos cafés e caldos de ovo que Mamis fez para nós fortalecer nos estudos.

Aos professores e professoras do MAER que forma mais ou menos direta contribuíram para minha formação.

Com todo meu amor e gratidão agradeço a todas as famílias da comunidade Apiques, a cada pessoa, pois sem cada um e cada uma da comunidade esta pesquisa não teria acontecido, agradeço também pelas relações de amizade foram construídas para além da pesquisa, pelos peixes, pelas tapiocas, por compartilharem comigo seus saberes e sabores ao longo de lindos quatro anos de pesquisa na comunidade, abrigada por fazerem parte da vida trajetória, da minha vida.

“Em meio as dunas, o agricultor-pescador ou pescador-agricultor? Não importa a ordem, quem decide quem vem primeiro é a natureza, pois ela revela o que fazer. Hoje? O mar está pra peixe! Amanhã? A chuva se aproxima! Começa a arradar a terra, limpar seu quintal para plantar. Poderá! Hoje é segunda-feira, o pescador não vai para o mar, no entanto o agricultor sente que a terra está se moldando para receber as sementes e germinar. O feijão brotou, o milho deu boneca e o vento fica manso, a noite é de luar, então tá na hora do agricultor-pescador ou pescador-agricultor? Ir para o mar pescar”.

(Diana Mendes Cajado)

RESUMO

Povos ou grupos sociais que praticam a pesca artesanal e a agricultura familiar datam de eras pré-coloniais no Brasil. Ao longo dos anos vão se reinventando e resistindo a partir das relações sociais e de produção, transformando os espaços os quais ocupam. Através de suas práticas reafirmam seus saberes, culturas e identidades. Neste sentido, a multifuncionalidade surge como uma ferramenta teórico-analítica na perspectiva de compreender o rural não apenas como espaço de produção, mas amplia seu olhar para as relações que acontecem neste espaço e suas implicações para a sociedade. Porém as pesquisas relacionadas à multifuncionalidade trazem como unidade de observação apenas as famílias que praticam a agricultura familiar. Nesta pesquisa ampliou-se este olhar também para as famílias que realizam a pesca artesanal, não somente de forma isolada, mas também combinada com a agricultura de caráter familiar. Assim esta pesquisa trouxe como objetivo analisar as atividades de pesca artesanal e agricultura familiar desenvolvidas pelas famílias da comunidade Apiques, Assentamento Maceió Itapipoca-CE à luz da multifuncionalidade. Para tanto foi utilizada como metodologia a Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA), subsidiada pela técnica de pesquisa observação participante, compreendendo ainda Na realização de uma Roda de Conversa com os sujeitos da comunidade pesquisada. Como resultados foram construídos o Zoneamento Agroecossistêmico e Social da comunidade; compreendendo quatro zonas, a Tipologia dos Sistemas de Produção, assim como os gráficos de mão de obra e os Fluxos de Fertilidade e Produtos dos sistemas de produção identificados, sendo posteriormente analisados quanto a seus aspectos socioeconômicos. Além da identificação dos sujeitos a partir de suas práticas e da relação do acesso à terra com a realização das atividades de pesca artesanal e agricultura familiar. A hipótese da pesquisa foi aceita, desta forma a pesca artesanal e a agricultura familiar realizadas pelas famílias pesquisadas, além da importância produtiva, contribuem para a segurança e soberania alimentar, reprodução socioeconômica e manutenção do tecido cultural e identidade das famílias rurais da comunidade Apiques Assentamento Maceió Itapipoca-CE, sugerindo a multifuncionalidade das atividades agrícolas não somente para as famílias que as realizam, mas para a sociedade. Contudo, compreendeu-se que alguns sistemas de produção se mostraram mais expressivos em determinadas funções. As famílias que apresentam em seus sistemas de produção o sistema de extrativismo pesca artesanal encontram-se numa situação de capitalização em relação às famílias que não praticam este sistema. Portanto, a partir da experiência adquirida nesta pesquisa, acredita-se que a complexa relação existente entre a pesca artesanal e a agricultura familiar foi o que tornou possível a percepção do caráter multifuncional das famílias e a ampliação desta noção, que através da racionalidade camponesa, amalgamam as duas atividades, transformando o espaço e a paisagem rural, refletindo na multiplicidade de ser de viver dos sujeitos.

Palavras-chave: Multifuncionalidade. Pesca Artesanal. Agricultura Familiar. Assentamento Maceió. Unidade de produção Familiar.

ABSTRACT

People or social groups have been practicing fishing and agriculture since pre-colonial Brazil. Along the years, these groups have restructured themselves and resisted through social and production relations, transforming the spaces they occupy. Through their practices, they reaffirm their knowledge, cultures and identities. In this sense, multifunctionality arises as a theoretical and analytical tool with the perspective to understand the rural not only as a production space, but enlarges it to look up to the relations that happen in this space and the implications for the society. However, researches related to multifunctionality only use as object of study family-based agriculture. This work enlarges this scope also for family-based fishing, not only in an isolated way, but also combined with agriculture. Thereby, this study aims at analyzing, through the scope of multifunctionality, fishing and agriculture activities developed by the families of the Apiques rural community, into the rural settlement of Maceió, in Itapipoca, Ceará state. Therefore, we used as a methodology the Analysis Diagnosis of Agrarian Systems, subsidized by the technique of participant observation research, including also the realization of a participative talking with the members of the community. As a result, we managed to elaborate an Agroecosystemic and Social Zoning of the community, divided in four zones, a typology of the Production Systems, as well as the graphics of both labor and fertility and products flows of the identified production systems, then analyzed for their socioeconomic aspects. Besides the identification of the subjects from their practices and their relation to land access with the realization of fishing and agriculture activities. The research hypothesis was accepted, this way fishing and agriculture developed by the families contribute, besides the productive importance, to the food safety and sovereignty, socioeconomic reproduction, cultural links maintenance and identity of the rural families of the Maceió settlement in Itapipoca, Ceará state, suggesting the multifunctionality of agrarian activities, not only for the families who live from it, but for all the society. However, we understood that some of the production systems appear to be more expressive in determinate functions. Those of the families who deal with fishing into their production systems find themselves in a better capitalization situation regarding to the others families who do not develop this activity. Therefore, from the experience gained in this study, we believe that the complex relation that exists between fishing and agriculture was what turned possible to understand the multifunctional aspects of the families and the expansion of this concept, that through the peasant rationality, join both activities, transforming the rural space and landscape, reflecting into the multiplicity of living of those subjects.

Key-words: Multifunctionality. Fishing. Family-based Agriculture. Maceió Settlement, Family production unit.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-Mapa aéreo do município de Itapipoca-CE.....	33
Figura 2-Mapa georreferenciado do Assentamento Maceió.....	34
Figura3-Mapa aéreo da comunidade Apiques, Assentamento Maceió, Itapipoca-CE, mostrando seus os seus limites com as comunidades Caetano, Bom Jesus e Barra do bode.....	35
Figura4-Zoneamento Agroecossistêmico e Social da comunidade Apiques, Assentamento Maceió, Itapipoca-CE.....	61
Figura 5a-Pescador-agricultor e assentado mostrando os frutos da pescaria.....	62
Figura5b-Pescadores despencando rede de espera.....	62
Figura 6-Dunas e lagoa que formam a Zona 1.....	64
Figura 7a-Crianças brincando de desenhar nas dunas.....	64
Figura7b-Crianças brincando nas dunas.....	64
Figura8-Paisagem vista de cima das dunas Zona 1.....	65
Figura9- Por do sol apreciado da Zona 1.....	65
Figura 10- Imagens que retratam a diversidade de atividades realizadas na Zona2.....	68
Figura 11-Imagens que retratam a relação da Zona 3 com os sistemas de cultivo milho e feijão consociado.....	70
Figura 12-Imagens que retratam a Zona 3.....	72
Figura13-A- Escola de Ensino Básico Vera Lúcia Teixeira; B- Comércio protagonizado por um grupo de mulheres; C- Campo de futebol do Apiques de baixo.....	74
Figura 14-Imagens que retratam uma atividade tradicional realizada na Zona 4, a farinhada.....	74
Figura15-Casas de não assentados próximas às casas de seus pais assentados.....	75
Figura16-A- Imagem panorâmica dos quintais produtivos; B- Cultivo consociado de milho e feijão entre as leras; C- Produção artesanal de cororal; D- Agricultora - marisqueira, rendeira e assentada admirando seu quintal produtivo; E- Agricultor - pescador e assentado caminhando em seu quintal produtivo; F- Visão de perfil do cultivo consociado de milho e feijão entra as leras; G- Sistema de criação de aves; H e I - Quintal produtivo de uma agricultora e assentada; J- Hortas.....	77

Figura17-Conjunto representativo das relações de união, interseção e de sinergia entre as partes natureza-sociedade-sujeitos.....	82
Figura 18-A, B e C- Exposição de fotos na recepção da Roda de Conversa; D- Painel expondo a diversidade da comunidade.....	83
Figura19- Imagens que retratam o momento da Roda de Conversa realizada comunidade Apiques.....	86
Figura20-Tipologia dos tipos de sistemas de produção identificados da comunidade Apiques, Assentamento Maceió Itapipoca-CE.....	88
Figura 21-Quadro dos sistemas e subsistemas de produção que formam os sete tipos de sistemas de produção identificados na comunidade Apiques, Assentamento Maceió, Itapipoca-CE.....	89
Figura 22-Gráfico de mão de obra do sistema de produção Tipo1.....	92
Figura 23-Gráfico de mão de obra do sistema de produção Tipo 2.....	94
Figura 24-Gráfico de mão de obra do sistema de produção Tipo 7.....	94
Figura 25-Gráfico de mão de obra do sistema de produção Tipo 3.....	95
Figura 26-Gráfico de mão de obra do sistema de produção Tipo 4.....	96
Figura 27-Gráfico de mão de obra do sistema de produção Tipo 5.....	97
Figura28-Gráfico de mão de obra do sistema de produção Tipo 6.....	99
Figura29- Quadro de variáveis relacionadas à identificação e diferenciação dos sete tipos de produção da comunidade Apiques, Assentamento Maceió, Itapipoca-CE.....	100
Figura 30 - Quadro referente à análise econômica dos sistemas de produção com mão de obra complementar.....	104
Figura31-Fluxo de Fertilidade e Produtos Tipo 1	105
Figura 32-Fluxo de Fertilidade e Produtos Tipo 2.....	105
Figura 33- Fluxo de Fertilidade e Produtos Tipo 7.....	106
Figura 34- Fluxo de Fertilidade e produtos Tipo 3.....	108
Figura 35- Fluxograma de Fertilidade e produtos Tipo 4.....	110
Figura 36- Quadro referente à análise econômica dos sistemas de produção sem mão de obra complementar.....	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADSA- Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários

AGU- Advocacia Geral da União

CEDR- Comitê Europeu de Direito Rural

CTE- Contratos Territoriais de Estabelecimentos

CETRA- Centro de Estabelecimentos do Trabalhador

COPAIM- Cooperativa do Assentamento Imóvel Maceió

DIJEF- Divisão de Atuação nos Juizados Especiais Federais

IPECE- Instituto de Pesquisas Econômicas do Ceará

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LOA- Leis de Orientações Agrícolas

MEC- Ministério de Educação e Cultura

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais em Terra

OECD- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PDA- Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRA- Programa Residência Agrária

UEC- Unidade Econômica Camponesa

UFC- Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

CAPÍTULO I.....	16
1.1 INTRODUÇÃO.....	16
1.2 O Problema e sua importância	22
1.3 Hipótese	23
1.3.1 <i>Objetivos</i>	24
CAPÍTULO II	25
2.1 REFERENCIAL TEÓRICO	25
2.1.1 <i>Pesca Artesanal e Agricultura Familiar: Histórias Amalgamadas na Construção de uma Realidade</i>	25
2.1.2 <i>Assentamentos Rurais: Espaços de expressão de luta pela terra, modos de viver e produzir</i>	26
2.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	28
2.2.1 <i>Égide da Multifuncionalidade</i>	28
2.2.2 <i>Multifuncionalidade no Contexto Brasileiro</i>	30
CAPÍTULO	
III.....	33
3.1 MATERIAL E MÉTODOS.....	33
3.1.1 <i>Contextualizando a Área Geográfica de Estudo</i>	33
3.1.2 Justificando a Área Geográfica de Estudo.....	40
3.1.3 Unidade de Observação.....	41
3.1.5 Técnica de Pesquisa.....	42
3.1.6 <i>Instrumentos de Pesquisa</i>	43
3.1.7 <i>Metodologia de Pesquisa</i>	43
CAPÍTULO IV: Resultados e discussão.....	60
4.1: Construindo espaços plurais a partir dos modos de vida.....	60
4.1.1 <i>Zoneamento Agroecossistêmico e Social</i>	60
4.1.2 <i>Quem são os sujeitos?</i>	78
4.2: Tecendo os caminhos da multifuncionalidade sobre a terra e o mar libertos.....	82
4.2.1 <i>Tipologia dos sistemas de produção: Uma leitura a partir da Unidade Econômica Camponesa de Produção (UEC)</i>	88

4.3 Análise econômica dos sistemas de produção: busca pela compreensão da economia do cotidiano.....	101
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS.....	115
APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE PESQUISA.....	123
APÊNDICE B- VERSOS CRIADOS DURANTE PESQUISA DE CAMPO.....	124
ANEXO A- NOTÍCIA DA ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO.....	126

CAPÍTULO I

1.1 INTRODUÇÃO

Povos ou grupos sociais que praticam a pesca artesanal e a agricultura familiar datam de eras pré-coloniais no Brasil. Ao longo dos anos, vão se reinventando e resistindo com base nas relações sociais e de produção, transformando os espaços os que ocupam. Por meio de suas práticas, reafirmam saberes, culturas e identidades.

Assim como na agricultura, a natureza é o meio de trabalho dos pescadores artesanais, que para extrair dela as condições objetivas de sua reprodução social, desenvolveram e seguem desenvolvendo os mais variados sistemas técnicos de captura das diferentes espécies de pescado (PASQUOTTO e MIGUEL, 2005).

Ao pensarmos, porém, em pesca artesanal e agricultura familiar, somos historicamente levados a imaginar duas realidades de grupos sociais distintos, reportando-nos a conceitos diferenciados para defini-las.

Para efeito conceitual, a pesca artesanal pode ser definida como aquela em que o pescador sozinho ou em parcerias, participa diretamente da captura de pescado, utilizando instrumentos relativamente simples. Os pescadores artesanais retiram da pesca sua principal fonte de renda, ainda que, sazonalmente, possam exercer atividades complementares (DIEGUES, 1988).

Tomando como referência a realidade investigada nesta pesquisa, onde as famílias realizam não apenas a pesca do tipo artesanal, contemplando as características trazidas por Diegues (1988), mas também atividades no âmbito da agricultura de modo familiar, compartilhou-se da compreensão de Lima citado por Borgonha (2008), a respeito das famílias que praticam pesca artesanal no litoral cearense:

Muitas comunidades litorâneas cearenses que tem na pesca artesanal o principal meio de produção e relevância socioeconômica e cultural, ainda desenvolvem atividades complementares as quais contribuem à conformação de seu particular modo de vida, caracterizando-as pela exploração dos recursos naturais e pelas relações construídas na terra, no mar e na interface terra/mar (2002, p.37).

No que diz respeito a agricultura familiar, esta traz consigo uma complexidade de olhares que possibilitam definições diversas com a origem na ótica pela qual se pretende percebê-la.

Em seu artigo “Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar”, Altafin (2007), destaca dois olhares distintos a respeito da delimitação conceitual de agricultura familiar: um que considera a moderna agricultura familiar como nova categoria, produzida no

âmbito das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas, e outro que defende ser a agricultura familiar brasileira um conceito em evolução, com significativas raízes históricas.

Adotando como atitude de análise a segunda corrente de pensamento, a autora retrocitada acrescenta que as transformações vividas pelos agricultores familiares modernos não representam rupturas definitivas com formas anteriores, mas pelo contrário, mantêm uma tradição camponesa que fortalece sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade.

Argumentos reunidos por Lamarche (1993) e Wanderley (1999) explicam que a agricultura familiar, como conceito genérico, incorpora múltiplas situações específicas, sendo o campesinato uma dessas formas.

Estudo comparativo internacional, coordenado por Lamarche, expressa a noção de que, para o caso brasileiro, há predominância de dois modelos, em estreita correlação: agricultura familiar camponesa e de subsistência e agricultura familiar moderna. Acrescenta o autor - em ambos, o estudo ressalta a predominância de mão de obra familiar como estratégia, mesmo onde há presença de trabalho contratado, e a busca incessante pelo acesso estável à terra como condicionante ainda presente na capacidade de reprodução da família (1993, p. 110).

Analisando o surgimento do campesinato no Brasil, Stedile compartilha da ideia de que este ocorreu em duas vertentes:

A primeira trouxe quase dois milhões de camponeses pobres da Europa para habitar e trabalhar na agricultura nas regiões Sul e Sudeste. A segunda, vertente de formação do campesinato brasileiro teve origem nas populações mestiças que foram se formando ao longo de 400 anos de colonização, com a miscigenação entre brancos e negros, negros e índios, índios e brancos e seus descendentes. Esta população em geral, não se submetia ao trabalho escravo e, ao mesmo tempo, não eram capitalistas, eram trabalhadores pobres, nascidos aqui. Impedidos pela lei de Terras¹ de 1850 de se tornarem pequenos proprietários, essa população passou a migrar para o interior do país, pois nas regiões litorâneas, as melhores terras já estavam ocupadas pelas fazendas que se dedicavam à exportação. A longa caminhada para o interior, para o sertão, provocou a ocupação de nosso território por milhares de trabalhadores, que foram povoando o território e se dedicando a atividades de produção agrícola de subsistência. Não tinham a propriedade privada da terra, mas a ocupavam, de forma individual e coletiva, provocando assim, o surgimento do camponês brasileiro e de suas comunidades. Produto de sertão, local ermo, despovoado, recebeu o apelido de “sertanejo” e ocupou todo o interior do território do Nordeste e nos estados de Minas Gerais e de Goiás. (2005 p.26-27).

¹ Em 1850, sob pressão inglesa para substituir a mão de obra escrava pelo trabalho assalariado, o Brasil promulgou a primeira lei de terras, na intenção de evitar que futuros ex-escravos pudessem se apossar de terras. Assim, pela primeira vez, implantou a propriedade privada no Brasil, tornando a terra uma mercadoria (STEDILE, 2005).

Corroborando com a ideia trazida pelo autor retrocitado Carvalho expõe que a agricultura familiar no Nordeste se desenvolveu nos sertões às margens dos latifúndios e a eles subordinada social e politicamente. Acrescenta:

Ela é originária das famílias trabalhadoras das fazendas e dos posseiros de terras devolutas. Nos agrestes, situados entre a mata canavieira e o sertão pecuário, devido ao desinteresse tanto por parte dos usineiros do leste quanto pelos pecuaristas extensivos do oeste, estas áreas foram refugadas pelos grandes proprietários, abrindo espaço para a ocupação mais densa da agricultura familiar. (2005, p. 332).

Carvalho (2005) explica as funções econômicas, sociais e simbólicas das famílias agricultoras familiares nordestinas. Do ponto de vista econômico, produzem alimentos para suas famílias e, também, abastecem o mercado interno. Sob o prisma social e simbólico, estas famílias mantêm vínculos fraternos e relações de vizinhança, participam de festas e rituais sagrados, mantendo códigos de parentesco e de fraternidade que lhes asseguram a permanência na terra.

Deste modo, sobre estas bases, a realidade da agricultura familiar cearense foi se configurando. Para análise no universo pesquisado, no entanto, foram empregadas as teorias formuladas por Chayanov.

É Chayanov quem elabora uma proposta original de compreensão dos processos internos das unidades familiares de produção agrícola. E ele o faz baseado em uma intensa atividade de pesquisa, a partir de 1911, sobre o campesinato russo, realizado pela Escola de Organização de Produção (WANDERLEY, 2009).

Apesar de seus estudos se pautarem em uma realidade camponesa e política específicas, suas contribuições teóricas e reflexões se fazem atuais no entendimento e análise dos princípios de funcionamento da organização familiar na agricultura.

Sobre estes princípios, Wanderley (2009) evidencia que derivam do fato de, ao contrário da empresa capitalista, propriamente dita, a empresa familiar não se organiza sobre a base de extração e apropriação do trabalho alheio, de mais-valia. A fonte de trabalho que aciona o capital envolvido no seu processo de produção é o próprio proprietário dos meios de produção.

Na economia agrícola familiar, a família, equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra, e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens. Uma simples observação de estrutura interna da unidade de trabalho familiar é suficiente para compreender que é impossível, sem a categoria salário, impor a esta estrutura o lucro líquido, a renda e o juro de capital, como categorias econômicas reais, no sentido capitalista da palavra. (CHAYANOV, 174, p. 137).

Pautado no que aponta Chayanov (1974) sobre a Unidade Econômica Camponesa (UEC), Carvalho (2005) ressalta que na unidade produtiva familiar agrícola tende a prevalecer uma racionalidade fortemente orientada pela fusão entre a esfera de produção e de consumo, e a isso associado pelo balanço das necessidades (histórica e culturalmente determinadas) em relação à disponibilidade interna de capacidade de trabalho do grupo familiar.

Chayanov considera que:

A quantidade do produto do trabalho é determinada principalmente pelo tamanho e a composição da família trabalhadora, o número de seus membros capazes de trabalhar, e, além disso, pela produtividade da unidade de trabalho e, isto é especialmente importante, pelo grau de esforço do trabalho, o grau de auto-exploração através do qual os membros trabalhadores realizam certa quantidade de unidades de trabalho durante o ano. (1966, p. 138).

Sobre a racionalidade da UEC, Costa (1999) referenciado por Carvalho (2005), baseado nas teorias de chayanovianas, formulou um modelo composto por três premissas orientadas pelas lógicas e teorias da centralidade da razão reprodutiva. Ressalta-se que as ideias trazidas nestas premissas, por possuírem como fundamentação teórica as reflexões de Chayanov, foram trabalhadas nesta investigação.

Primeira premissa: a unidade produtiva camponesa tende a ser regulada em seu tamanho e em sua capacidade de mudar pela capacidade de trabalho que possui enquanto família. Esta capacidade tenderá a ser um limite, tanto para garantir a reprodução como para empreender inovações. Essa premissa não é incompatível com a recorrente complementação de força de trabalho externa, que sempre se constata empiricamente nos universos camponeses. Estas questões são tratadas por Chayanov (1974) na reflexão teórica que denominou de “Diferenciação demográfica”.

Segunda premissa: as forças que emergem das tensões contrárias, umas originadas das necessidades reprodutivas, que impulsionam o trabalho, e outras provenientes das tensões associadas ao próprio exercício do trabalho, estabelecendo pela experiência pessoal dos componentes da família e sua vivência cultural um padrão reprodutivo. Entendendo o padrão reprodutivo com um hábito de consumo familiar ajustado a uma rotina de trabalho, subjetivamente avaliados como adequados. Na perspectiva chayanoviana, estas questões são abordadas na concepção de “penosidade” do trabalho.

Terceira premissa: a unidade de produção familiar seria, pois, um sistema cujas necessidades reprodutivas se organizam atendendo a dois conjuntos de forças e a uma restrição fundamental. Atende às forças que estabelecem os bens diretamente consumidos pela família e a necessidade de manutenção dos meios de produção aplicados e às que estabelecem o dispêndio efetivo de trabalho dos membros da família.

Chayanov trata esta relação de forças mediante a busca do equilíbrio interno familiar entre a proporção força de trabalho/ consumo, situando em questão a possibilidade, dado este equilíbrio do emprego da força de trabalho em outras atividades.

Partindo deste panorama sobre o qual se pauta a presente pesquisa, no entanto, fazer uma leitura do campesinato no contexto da realidade rural brasileira, faz com que se reporte à Questão Agrária no que diz respeito à formação histórica da estrutura fundiária brasileira.

Diversos autores² trazem esta temática partindo de argumentos distintos. De forma consensual, no entanto, a Lei de Terras, promulgada em 1850, aparece como um marco principal na regulamentação e consolidação do modelo de grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil (STEDILE, 2005).

Deste modo os Assentamentos rurais de Reforma Agrária representam espaços de conquista de um direito historicamente negado, ou seja, o acesso à terra como forma de reprodução social, cultural, de trabalho e liberdade.

Para Carvalho:

Assentamento rural é um espaço, geograficamente limitado, que abarca um grupo de famílias beneficiadas pelos programas governamentais de Reforma Agrária. A constituição dos assentamentos é resultado de decretos administrativos do Governo Federal que estabelecem condições legais de posse e uso da terra. Os assentamentos rurais de reforma agrária podem então ser definidos como frutos de um ato administrativo que limita os territórios e seleciona as famílias a serem beneficiadas. Portanto, o assentamento é artificialmente constituído e cria um novo espaço geográfico e uma nova organização social (1999, p. 6).

A criação dos Assentamentos, por outro lado, pode resultar de conflitos, lutas populares e demandas sociais pelo direito de acesso à terra. A mobilização das organizações sociais, o enfrentamento com os poderes políticos locais e nacionais, as disputas com o latifúndio e com o Estado e os questionamentos das leis constituem resposta ao modelo fundiário brasileiro e caracterizam o que Bourdieu definiu como: “as lutas pelo poder de divisão”, capazes de estabelecer territórios, delimitar regiões e criar fronteiras (BOURDIEU, 1998).

Para Zimmermann os Assentamentos rurais em relação às suas dinâmicas sociais são considerados:

Um espaço de relações sociais onde as características heterogêneas individuais, homogeneizadas no processo de luta pela terra, ressurgem em novas bases. No cotidiano desses espaços, diferentes formas organizativas de produção agropecuária

² Ver (PRADO JÚNIOR, 2005); (GUIMARÃES, 2005).

e social são criadas e recriadas, numa dinâmica rica de situações, impasses e enfrentamento. (1994, p. 205).

Compreendendo que os Assentamentos são espaços construídos com suporte nas relações que vão se instituindo entre os indivíduos e entre o indivíduo e o espaço, suscita-se que o Assentamento se configura a partir dos significados, dos sentidos e valores que lhe são atribuídos como formas de representação de identidades.

Assim, compartilhando da ideia proposta por Santos (1996) a identidade é criada e retrabalhada a partir do contexto em que o grupo está inserido. Sua construção está referenciada na escala de lugar, pois é nesta esfera que ocorrem as relações de proximidade, de convívio. A identidade é elaborada mediante a experiência, que acontece no lugar. É uma ideia material, política e social.

Não há uma identidade homogênea, porém no Assentamento (ESMERALDO 2007), logo pensar em um Assentamento não deve se resumir a idealizar o homem do campo, trabalhador rural, da terra. Por ser um espaço que possibilita a reprodução social e a multiplicidade de ser e de viver contempla também outros sujeitos, artesãos e artesões rurais, pescadores artesanais e, por que não, sujeitos sociais que se identificam para além de uma categoria como, pescador-agricultor e agricultora-marisqueira?

Desta forma, problematizar a diversidade de modos de vida e identidade do Campo, mesmo com base de um espaço geograficamente limitado, como no caso de um Assentamento, invariavelmente, se problematiza o próprio Campo no que diz respeito as suas atribuições para a sociedade, que são ampliadas quando analisadas mediante as múltiplas funções que as famílias rurais exercem resultantes desta diversidade.

Neste sentido, a multifuncionalidade surge como ferramenta teórico-analítica na perspectiva de compreender o rural não apenas como espaço de produção, mas amplia seu olhar para as relações que acontecem neste espaço e suas implicações para a sociedade.

Desta forma a agricultura familiar em suas diversas funções rompe com o paradigma produtivista, ampliando o conceito do rural baseando em uma análise multifuncional. Para Carneiro e Maluf:

A noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixam de ser entendidas apenas como produtoras de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos (2003, p. 19).

As pesquisas relacionadas à multifuncionalidade, no entanto, trazem como unidade de observação apenas as famílias que praticam a agricultura familiar. Nesta pesquisa,

ampliou-se esta perspectiva também para as famílias que realizam a pesca artesanal, não somente de forma isolada, mas também combinada com a agricultura de caráter familiar.

Assim, partindo dos critérios de análise da multifuncionalidade, torna-se relevante compreender estas relações na pesca artesanal, principalmente quando esta se encontra amalgamada com a agricultura familiar na construção de uma realidade.

Entendeu-se, contudo, que, por se tratar de uma categoria analítica de origem francesa, o seu uso requereu uma leitura crítica sobre os aspectos considerados na noção de multifuncionalidade para melhor análise da realidade investigada.

1.2 O Problema e a sua Importância

A elaboração do problema surge a partir de 2010, quando, em pesquisa de campo posterior, realizada na comunidade Apiques, Assentamento Maceió, Itapipoca-CE, iniciou-se um processo de entendimento da relação dos sujeitos e suas atividades no âmbito da pesca e da agricultura, suscitando questionamentos que nortearam uma profunda pesquisa bibliográfica e documental na intenção de fomentar um melhor entendimento da realidade investigada.

Deste modo, o problema que norteia esta pesquisa foi pautado em três acontecimentos de ordem cronológica e espacial distintos que se coadunam com as inquietudes nascidas da relação que se trava com a realidade pesquisada.

Com suporte em pesquisas³ relacionadas às formas de agriculturas de caráter familiar em diversos países, Lamarche (1993) formula a proposta teórica de que os agricultores familiares são portadores de uma tradição, cujos fundamentos são dados pela centralidade na família, pelas formas de produzir e pelos modos de vida.

Logo surge o questionamento: existe alguma relação entre as atividades de pesca artesanal e agricultura familiar praticadas pelas famílias da comunidade Apiques, assentamento Maceió Itapipoca-CE e seu (s) o (s) modo(s) de vida?

Projetos de pesquisa⁴ voltados para a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil revelam que as atividades agrícolas familiares cumprem um papel fundamental na vida das famílias rurais, que vai além de seu significado econômico.

³Ver LAMARCHE (1993).

⁴ Projetos: “Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: identificação e avaliação das experiências em diferentes regiões brasileiras” (CNPq/COAGr 2002-2003) e “Multifonctionnalité de l’agriculture: construction d’une démarche d’analyse au niveau local a partir d’un dispositif comparatif em France et au Brésil” (Inra/Cirad, 2003/2005).

Relacionadas a um modo de vida, estas atividades cumprem um papel importante na manutenção dos laços sociais, alimentam troca entre parentes e vizinhos e sustentam manifestações culturais garantindo, assim, a densidade do tecido social em certas localidades rurais, reforçando o argumento de que as atividades agrícolas não podem ser avaliadas ou estudadas somente a partir dos seus resultados econômicos. (CARNEIRO e MALUF 2005, p. 54).

Desta forma, questiona-se: os aspectos relacionados à multifuncionalidade são identificados nas atividades desenvolvidas na comunidade pesquisada?

Tendo como referência uma publicação da Advocacia Geral da União (AGU) datada em 27 de fevereiro de 2012 (Anexo A), onde segundo esta, a AGU comprova que a atividade do agricultor familiar não pode ser equiparada à de pescador artesanal para fins de benefício social no estado do Ceará.

Ainda de acordo com a publicação da AGU, a Divisão de Atuação nos Juizados Especiais Federais (DIJEF) delimita ainda, as diferenças entre o agricultor familiar e o pescador artesanal, demonstrando que embora ambos sejam segurados especiais, se enquadram em situações diferentes: o pescador artesanal é impossibilitado de exercer a pesca quando ela está proibida, enquanto o agricultor pode desenvolver outra cultura.

Quando, porém ao se conviver e conversar com sujeitos que compõem a realidade rural cearense, estes se reconhecessem como “pescadores-agricultores” e “marisqueira-agricultora”. Faz-se importante expressar mais alguns questionamentos: de que forma (s) os sujeitos da realidade pesquisada se identificam? Existe alguma relação entre a (s) identidade (s) dos sujeitos e a prática da pesca artesanal e agricultura familiar?

A importância do problema se configura na formulação de um conhecimento de forma compartilhada, onde pesquisadora e sujeitos da pesquisa no processo de investigação se somam para ampliar a compreensão realidade rural local, refletindo na sistematização de resultados que podem contribuir para elaboração de políticas públicas voltadas para o Campo e seus sujeitos.

1.3 Hipótese

A pesca artesanal e a agricultura familiar realizadas pelas famílias da comunidade Apiques Assentamento Maceió Itapipoca-CE, além da importância produtiva, contribuem para a segurança e soberania alimentar, reprodução socioeconômica e manutenção do tecido cultural e identidade das famílias rurais, sugerindo a multifuncionalidade destas atividades não somente para as famílias que as realizam, mas também para a sociedade.

1.3.1 *Objetivos*

a) Objetivo Geral

- Analisar as atividades de pesca artesanal e agricultura familiar desenvolvidas pelas famílias da comunidade Apiques Assentamento Maceió Itapipoca-CE à luz da multifuncionalidade.

b) Objetivos Específicos

- Identificar se existe e qual (ais) é (são) a (s) relação (es) entre as atividades de pesca artesanal e agricultura familiar realizadas pelas famílias da comunidade em estudo com seus modos de vida e paisagem rural.
- Caracterizar os sistemas de produção a partir de suas origens e racionalidade.
- Avaliar economicamente os sistemas de produção identificando os aspectos que contribuem para a reprodução socioeconômica das famílias.

CAPÍTULO II

2.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1.1 Pesca Artesanal e Agricultura Familiar: Histórias Amalgamadas na Construção de uma Realidade

Diegues (1983), em sua publicação *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar* traz exemplos de realidades que demonstram a íntima ligação entre a pesca artesanal e a agricultura praticadas em regiões da Noruega, Suécia, Inglaterra, Holanda e Portugal, no início do século XIX, além de estudos realizados em regiões litorâneas do Brasil, como São Paulo, Rio Grande do Norte e Ceará, na década de 1970, referenciando os sujeitos que realizam as duas atividades como pescadores-lavradores.

Sobre as origens das comunidades pesqueiras marítimas cearenses, Tupinambá (1999) explica que no século XVI as terras cearenses se encontravam povoadas por indígenas e sob domínio da Coroa Portuguesa. Já no século XVII, apesar da resistência, os índios foram exterminados, sitiados, escravizados ou expulsos da maioria das terras costeiras. Posteriormente, com o abandono das atividades econômicas como o cultivo de cana-de-açúcar, pecuária e algodão, inúmeras comunidades litorâneas e marítimas foram formadas vivendo da pesca, da produção artesanal de utensílios e vestimentas, da pequena agricultura e do extrativismo.

Nem sempre essas comunidades culturalmente distintas se dedicavam exclusivamente à pesca. Exerciam também atividades complementares, tais como a pequena agricultura e o artesanato. Com a modernização do campo e do mar, no entanto, a invasão do capitalismo nas relações sociais, estas realidades foram se distanciando (DIEGUES, 1983).

Contudo, como anota Geistdoerfer (1989) citado por Diegues (2003), os conceitos utilizados até o momento para analisar as sociedades camponesas, tais como a unidade familiar, a renda da terra, o consumo familiar, dificilmente se aplicam à realidade social dos produtores marítimos e às práticas "da gente do mar".

Para Wanderley (1999) a agricultura familiar de forma conceitual é definida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Ressalta-se que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-

produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como esta age econômica e socialmente.

De acordo com a autora esta categoria, assim definida, é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais, dentre eles os agricultores familiares, os quilombolas, os assentados e os pescadores artesanais, com possibilidade de inclusão econômica com o apoio da sociedade civil e do Estado para atender as demandas de produção.

Diegues (2003), em um de seus trabalhos, cita a publicação de Raymond Firth, *Os Pescadores Malaios* (1946), onde Firth ressalta que a economia da pesca e a economia camponesa eram idênticas. Segundo esse autor, ambas as economias exprimem analogias estruturais e a sociedade dos pescadores foi tratada como parte das sociedades camponesas. Em trabalho posterior, no entanto, Firth (1970) fez uma diferenciação entre o camponês e o pescador, com base no tipo de acesso aos recursos naturais.

De acordo com Diegues (2003), porém, a inserção ou não das sociedades de pescadores no mundo camponês causou muito debate entre os antropólogos e sociólogos e ainda continua sendo objeto de debates, sobretudo naquelas situações em que o pequeno produtor combina pesca e atividades agrícolas.

2.1.2 Assentamentos Rurais: Espaços de Expressão de Luta pela Terra, Modos de Viver e Produzir

De acordo com Bergamasco e Norder (1996), o termo “assentamento” apareceu pela primeira vez no vocábulo jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária venezuelana, na década de 1960 e se difundiu para inúmeros outros países. Estes autores definem de maneira genérica os assentamentos rurais como um processo de criação de unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando do reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.

Carvalho (1999) aponta, no entanto uma distinção no que se refere ao significado de Assentamento a partir das famílias assentadas e do Estado. Para as famílias assentadas, o Assentamento tende a ser um espaço em que se abrem possibilidades para a objetivação de seus projetos de vida. Para as instâncias governamentais, tende a ser um conjunto de famílias de trabalhadores rurais vivendo e produzindo num determinado imóvel rural adquirido pelo

Estado (pelo expediente da compra ou desapropriação), com a finalidade de cumprir as disposições constitucionais também legais relativas à reforma agrária.

Em publicação posterior, Carvalho acrescenta a esta ideia que, os Assentamentos de Reforma Agrária marcam o período de constituição de um novo camponês, por meio dos planos propostos pelo governo federal com a elaboração I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em 1985. A categoria assentado foi mais utilizada pelas instituições governamentais do que pelos agricultores dos projetos de Assentamentos.

Assentado não uma categoria autodenominativa, já que foi uma identidade forjada no processo de luta pela terra e pela implementação dos assentamentos. Ao serem caracterizados como assentados prevalece a ação do Estado que prefere considerá-los como beneficiários, ou seja, como objetos e não como sujeitos (2005, p.154).

Para Wanderley (2009), nos Assentamentos, os sujeitos na condição de assentados, não sem dificuldades e tensões, retomam o contato com a terra, aprendem e reaprendem a organizar a produção e a combiná-la com outras atividades agrícolas e não agrícolas; a eles e a elas corresponde uma situação de reconstrução de bases, através da retomada da experiência.

Fazendo uma leitura do processo de luta pela terra, Sauer (2010) remete a um processo social, político e econômico que abarca um conjunto de transformações no Campo, redistribuindo a propriedade da terra e o poder, redirecionando e democratizando a participação da população rural no conjunto da sociedade brasileira.

A luta pela terra é a busca por um pedaço de terra como um lugar de trabalho, de moradia, de cidadania, de vida. Apesar de todas as dificuldades e problemas, os Assentamentos são a materialização de uma espacialidade efetivamente vivida e socialmente construída. Resultado de conflitos sociais e disputas políticas, os Assentamentos são lugares identitários, históricos e relacionais (SAUER, 2010).

Rodrigues (2000), em suas pesquisas em áreas de Assentamentos coloca que todos os Assentamentos rurais, de certo modo, mantêm afinidades entre si no que diz respeito ao processo de luta pela terra. As particularidades entre eles demarcam-se especialmente na relação dos diferentes grupos sociais na gestão do território e na relação com o lugar.

Nesta perspectiva, um Assentamento é um processo histórico de transição e transformação, de organização do território, do espaço agrário em foco. Trata-se do processo mediante o qual um latifúndio se transforma em um espaço onde possam viver muitas famílias, articuladas de algum modo entre si (CALDART, 2000).

Corroborando a ideia, ora citada compreendendo o Assentamento com um fragmento do espaço rural, Wanderley (2001) acrescenta que estes espaços devem ser espaços

de vida, de modos de vida instituídos numa relação direta com a terra. Devem ser espaços diferenciados nas sociedades modernas, que vão além das lógicas de funcionamento e reprodução agrícola.

Esmeraldo compreende que:

O assentamento configura-se como um espaço a ser produzido, onde trabalhadores vão se inscrever, instituir-se como sujeitos de direito e autônomos em processo de emancipação. Para isso, qualquer definição posterior à imissão de posse do assentamento quanto ao uso, ocupação e distribuição da terra, requer considerar a origem, a história de vida anterior, o saber-fazer acumulado pelos trabalhadores em suas experiências de vida passadas, nas suas práticas com a terra, e o tipo de relação de trabalho realizado com a mesma. Se não existem sujeitos homogêneos, não se pode esperar que realizem práticas comuns no processo produtivo (2007, p. 75).

Na análise sobre a democratização do acesso à propriedade da terra, que se materializa na transformação de um latifúndio em Assentamento, Sauer retrata que:

Mais do que política social compensatória de combate à pobreza rural, representa a possibilidade da construção de identidade e cidadania no meio rural. Além das implicações políticas, como a constituição de sujeitos pela redistribuição do poder, a luta pela terra representa uma aventura em busca de um lugar de oportunidades e autodeterminação, diferente, mas não necessariamente em oposição ao, do espaço urbano. (2010 p. 36-37).

Neste cenário, o autor supracitado entende que, de fato, o Brasil se tornará um país efetivamente democrático se realizar a Reforma Agrária e democratizar a estrutura fundiária, que só acontecerá se houver mobilização e pressão popular, justificando a existência dos movimentos sociais agrários e dando legitimidade às lutas e reivindicações (SAUER, 2010).

2.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.2.1 Égide da Multifuncionalidade

Na Europa, logo após o fim da 2ª Guerra Mundial, em razão da precariedade estrutural em que se encontrava o setor produtivo agrário, de imediato, se designou à agricultura um incremento na produção, seguido de modernização, a fim de assegurar a reconstituição econômica e social dos países que haviam se envolvido no conflito. Em 1947 é fixado um mínimo de reservas alimentares de determinados produtos, garantindo preços e mercado para a totalidade da produção agrícola.

Apenas nas Leis de Orientação Agrícola (LOA) de 1962, porém, criadas na França, se inicia a constituição da base legal e política do contrato entre o Estado e os agricultores. Cazella (2000) traz que na LOA de 1962, além da função de produção,

apareceram sinais assegurando à agricultura os objetivos de ocupação e segurança territorial e ordenação do espaço.

Os pesquisadores Cazella e Mattei (2002) compreendem que, na ECO-92, realizada no Rio de Janeiro, os governos reconheceram o “aspecto multifuncional da agricultura, particularmente com respeito à segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável”.

Os autores acrescentam que, em março de 1998, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) declarou que:

Além de sua função primária de produção de fibras e alimentos, a atividade agrícola pode também moldar a paisagem, prover benefícios ambientais tais como conservação dos solos, gestão sustentável dos recursos naturais renováveis e preservação da biodiversidade e contribuir para a viabilidade socioeconômica em várias áreas rurais. Agricultura é multifuncional quando tem uma ou várias funções adicionadas ao seu papel primário de produção de fibras e alimentos. (1998 p.34.).

No entanto, na Europa, o termo multifuncionalidade foi inserido pela primeira vez, em 1993, pelo Comitê Europeu de Direito Rural (CEDR), preocupado em harmonizar a legislação agrícola dos países europeus, dando um conteúdo jurídico à noção imprecisa de agricultura sustentável (TONNEAU, 2002).

Ao analisar os subsídios na Europa, no âmbito das discussões da multifuncionalidade, Abramovay diz que:

Essa política adotada exprime “a crise de certo modo de crescimento e, sobretudo, da representação social da agricultura”, fazendo com que o espaço rural passasse a assumir um caráter de bem público, quer dizer, um espaço ligado a valores que vão muito além da produção de alimentos, fibras e energia, noutras palavras, um espaço com sua dimensão ampliada, diretamente relacionada a seus modos de uso. Desse modo, a discussão da multifuncionalidade da agricultura extrapola a simples manobra protecionista embutida nos subsídios setoriais. (2002, p.1).

Consoante Rémy (2003), porém, a multifuncionalidade da agricultura só foi oficialmente reconhecida e consolidada na França, quando a LOA estabeleceu os Contratos Territoriais de Estabelecimento (CTE), comportando um conjunto de compromissos firmados entre uma pessoa física ou jurídica exercendo uma atividade agrícola, com a autoridade administrativa.

Na perspectiva de Rémy (2003), os primeiros CTE foram assinados no final de 1999, e os últimos, em agosto de 2002, quando nos CTE's, após um “autodiagnóstico” do estabelecimento pelo agricultor, as ações a serem implementadas na propriedade eram escolhidas com arrimo em um conjunto de ações pré estabelecidas nos âmbitos local, regional e até nacional. Em seguida, eram examinadas por um grupo de técnicos quanto a sua viabilidade.

O contrato tinha duração de cinco anos e consistia em compensações financeiras para os agricultores interessados em estabelecer práticas que atendessem às múltiplas funções da agricultura (RÉMY, 2003).

Numa avaliação sobre os CTE's, Cazella (2003) evoca o fato de na França a multifuncionalidade da agricultura passou a ser interpretada com a pedra angular de um modelo de desenvolvimento agrícola e rural constituído, principalmente, no momento em que se ampliaram as discussões sobre as contradições do modelo de agricultura profissional.

É importante salientar que os impactos negativos causados pela agricultura no modelo capitalista sobre o meio ambiente, a biodiversidade e a paisagem rural, bem como em relação ao sistema de ocupação de áreas (territórios) e a problemática da qualidade dos alimentos, forçaram maior debate em torno da necessidade de uma política de regulação (CAZELLA, 2003).

Na análise de Sabourin (2005), a multifuncionalidade agrícola foi avaliada como uma estratégia voltada ao desenvolvimento rural, passando a caracterizar-se como de interesse público com funções sociais, ambientais, econômicas e culturais, não diretamente produtivas, associadas à atividade agropecuária.

Assim, Carneiro e Maluf (2005) admitem que a noção de multifuncionalidade da agricultura foi situada no cenário internacional com a origem num debate técnico-operacional no âmbito da União Européia e, mais especificamente, na França, associado a medidas de apoio ao pequeno agricultor, aquele cuja produção agrícola não é tida como importante em termos mercantis.

Os autores acrescentam que as reflexões sobre as políticas de estímulo a esse tipo de agricultor surgem no contexto de constatação de que, em numerosos países, a produção de bens primários submetidos às exigências do mercado não permite mais que a agricultura desempenhe as demais funções a ela designada.

2.2.2 A Multifuncionalidade no Contexto Brasileiro

A multifuncionalidade emergiu nos últimos anos, na literatura brasileira como um conceito-chave quanto ao setor agrícola e a paisagem rural. Esta emergência reflete na transição do entendimento do rural e a crescente procura social da paisagem rural (WILSON, 2000).

Carneiro (2000), uma das primeiras pesquisadoras a escrever sobre a multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira, juntamente com Cazella e

Maluf, expressa noção de que a multifuncionalidade permite identificar algumas dimensões da articulação da agricultura com as demais esferas da sociedade que até então “estavam à margem das análises e das lentes dos formuladores de políticas públicas”.

No Brasil, embora em tímidos ensaios, consoante Maluf (2001a), o tema passou a merecer especial atenção, principalmente, porque oportunizaria recolocar os termos em que a agricultura se insere na problemática do desenvolvimento rural.

Além disso, o estudo permite contribuir para exames desta temática, avançando além das fronteiras conceituais, demonstrando sua pertinência científica, quando passa a ser debatido no Brasil e, em especial, em trabalhos desenvolvidos no Nordeste, como produção acadêmica aplicável em projetos de gestão e desenvolvimento econômico e social do meio rural (TONNEAU, 2001).

Carneiro (2002) destaca o aspecto operacional do enfoque da multifuncionalidade. Para ela, o enfoque contribui como um instrumento metodológico e de análise, possibilitando abordar e compreender o meio rural, sob uma visão holística.

Acrescenta Maluf (2002) que, no contexto brasileiro, a noção da multifuncionalidade da agricultura é tomada como um “novo olhar” sobre a agricultura familiar, que permite analisar a interação de famílias rurais e territórios na dinâmica de reprodução social, considerando os modos de vida das famílias na sua integridade e não apenas seus componentes econômicos.

Em publicação posterior, Maluf (2003) destaca que o tema multifuncionalidade merece atenção especial, porque possibilita que se reatualize a importância dos espaços rurais e da agricultura, de forma especial a familiar, na dinâmica do desenvolvimento rural/territorial, oferecendo “as bases para que sejam repensadas as políticas agrícolas em vigor no tocante às transferências sociais de benefícios aos agricultores”.

Segundo Wanderley (2003), a legitimação da ideia de multifuncionalidade da agricultura no Brasil poderá, antes de tudo, ajudar a fazer emergir a consciência de que os agricultores assumem responsabilidades sociais que deveriam merecer o reconhecimento da sociedade brasileira, contemplando estas funções e bens públicos mediante políticas públicas e sua articulação aos projetos de desenvolvimento local/territorial.

Com efeito, “mais que focalizar a atividade agrícola, entendida pura e simplesmente como um setor econômico, a multifuncionalidade privilegia a própria família de agricultores, em suas complexas relações com a natureza e a sociedade que moldam as formas particulares de produção e de vida social”, o que reforça a tradição já presente nos estudos sobre o campesinato e a agricultura familiar no Brasil (WANDERLEY, 2003).

Dialogando com a ideia da autora retrocitada, Carneiro e Maluf (2005) acrescentam que a multifuncionalidade pode ser interpretada como um resgate da lógica camponesa na apreensão de uma categoria política, a de agricultura familiar, que, referida à política produtivista, resulta na eliminação da categoria “camponês” nos debates não apenas do campo das políticas públicas, mas também do acadêmico.

Ao ampliar o ponto de vista sobre a agricultura transpondo suas de suas funções meramente produtivas, a noção de multifuncionalidade recupera a percepção do caráter multifacetário da família rural ultrapassando da sua condição de produtora de bens agrícolas, o que levaria a se falar de “família rural” ou, mais provocativamente, de “família camponesa”.

De acordo com Carneiro e Maluf:

No Brasil o debate sobre a multifuncionalidade tende a se orientar para a definição e qualificação da chamada “agricultura familiar”, noção vaga e fluida que ainda apresenta dificuldades de operacionalização. Com a noção de multifuncionalidade a questão se torna ainda mais complexa já que é incorporado outro ingrediente: as funções públicas exercidas pela agricultura que não se concretizam em mercadorias ou em serviços diretamente remunerados através dos mecanismos de mercado. (2005 p.51).

Os autores ora mencionados acrescentam, ainda, que a apropriação da noção de multifuncionalidade na realidade brasileira deve levar em conta algumas das nossas peculiaridades, a começar pelo elevado nível de pobreza e grau de desigualdade social no Brasil. Suas expressões mais agudas atingem as famílias rurais, estando o acesso precário ou insuficiente à terra entre as causas principais dessa condição.

Além disso, o reconhecimento das múltiplas funções desempenhadas pela agricultura é produto de processos sociais em que uma ou outra função será mais valorizada pela respectiva sociedade. Isso faz com que certos elementos presentes na construção social europeia da multifuncionalidade não recebam a mesma atenção ou sequer estejam presentes no Brasil (CARNEIRO E MALUF, 2005).

Neste âmbito, buscou-se trabalhar a noção de multifuncionalidade a partir da compreensão de como as famílias da referida comunidade pesquisada realizam as atividades de pesca artesanal e agricultura familiar, fato que já amplia e ressignifica esta noção, visto que não se verifica na literatura sua utilização para a análise de realidades que envolvem a pesca artesanal marinha, o que tornou está pesquisa desafiadora e ao mesmo tempo inovadora.

Para tanto, o uso desta categoria analítica levou em consideração não apenas as funções que a orientam, trazidas no capítulo III, mas também o fato desta comunidade está inserida em um Assentamento, remetendo aos aspectos de luta pela terra, assim como a relação identitárias dos sujeitos inerentes as suas práticas.

CAPÍTULO III

3.1 MATERIAL E MÉTODOS

3.1.1 Contextualizando a Área Geográfica de Estudo

O Município de Itapipoca⁵ (FIGURA 1), criado em 1823, distante 126 km de Fortaleza, localiza-se na região norte do Ceará. Está situado geograficamente nas coordenadas de latitude (S) 3° 21'42"; longitude (W) 39° 49'54" e possui 1614,68 de área (km²), fazendo limites ao norte com o oceano Atlântico e Amontada, ao sul com Miraíma, Irauçuba, Itapajé, Uruburetama, Tururu, ao este com Tururu e Trairi e ao oeste com Amontada e Miraíma (BRASIL, 2011).

Figura 1- Mapa aéreo do município de Itapipoca-CE



Fonte: Mapa adaptado pela pesquisadora (Mapa Mundi NASA 2008); (Mapa Ceará IPECE, 2011).

Itapipoca possui como características ambientais os climas Tropical quente semiárido e tropical quente semiárido brando, pluviosidade média de 1.130,4mm ao ano e período chuvoso de janeiro a maio (IPECE, 2011).

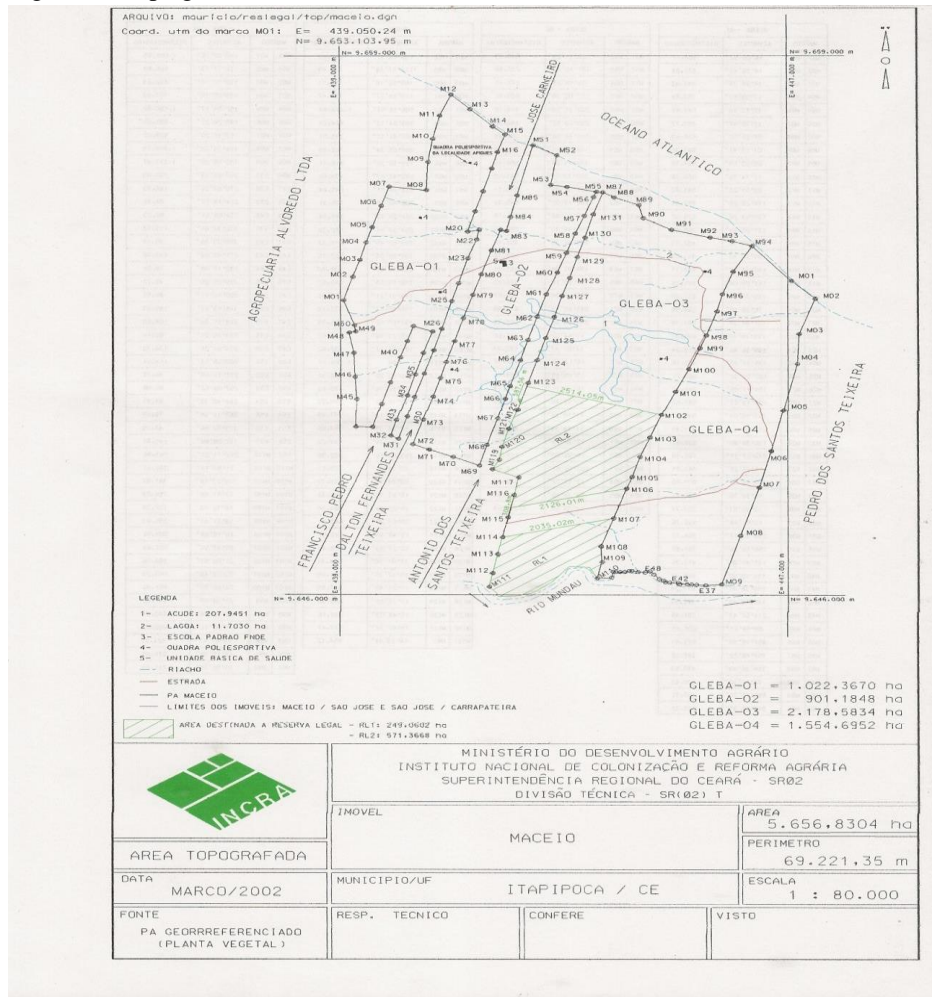
⁵ De acordo com documentos do IPECE (2011), Itapipoca é uma palavra originária do Tupi, que significa pedra rebentada.

De acordo com o Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 a população total de Itapipoca era de 116.065, sendo 66.909 (57,65 %) na zona urbana e 49.156 (42,35%) na zona rural (IPECE, 2011).

3.1.1.1 O Assentamento Maceió

O Assentamento Maceió (FIGURA 2) localizado a 186 km de Fortaleza, está situado em Itapipoca, sendo constituído por doze comunidades.⁶

Figura 2- Mapa georreferenciado do Assentamento Maceió.



Fonte: INCRA (2011).

De acordo com os dados do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) de 2000, elaborado pelo Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA), a área do Assentamento Maceió é composta de três imóveis:

⁶ As comunidades que formam o Assentamento Maceió são: Apiques, Bode, Jacaré, Mateus, Córrego da Estrada, Barra do Córrego, Córrego Novo, Coqueiro, Humaitá, Lagoa Grande, Maceió e Bom Jesus.

- ÁREA I: 4.102,1352 ha. Limites: NORTE: Com terras da Empresa Agropecuária Arvoredos Ltda. (área remanescente); SUL: (Pedro Gilson e leito do rio Cruxatí); ao LESTE: (Minerva Carneiro de Castro e o oceano Atlântico); OESTE: (área remanescente);
- ÁREA II: 187,8815 ha. (São José ou Córrego Novo);
- ÁREA III: 1.554,6952 ha. Limites: NORTE: Oceano Atlântico; SUL: Rio Mundaú; LESTE: Terras de Pedro dos Santos Teixeira; OESTE: Terras do INCRA (Imóvel Maceió).

Conforme o PDA, o Assentamento Maceió possui uma área total de 5.844,7119 onde 699,488 ha são de área efetiva de preservação permanente (dunas), com capacidade, em termos de famílias assentadas, de 354.

A pesquisa foi realizada na comunidade Apiques (FIGURA 3), com 117 famílias sendo 36 assentadas e 81 agregadas,⁷ num total de 491 habitantes.⁸

A principal atividade econômica da comunidade é a pesca, variando sua intensidade e recursos pescados ao longo dos meses do ano. É bastante intensa, porém, a presença de outras atividades, principalmente a agricultura, além de trabalhos não agrícolas como artesanato e trabalho assalariado (CAJADO, 2010).

Figura 3 - Mapa aéreo da comunidade Apiques, Assentamento Maceió, Itaipoca-CE, mostrando seus limites com as comunidades Caetano, Bom Jesus e Barra do Bode.



Fonte : Google mapas (2013)

⁷ São famílias que apesar de morarem no Assentamento não são cadastradas junto ao INCRA, também são denominadas de famílias não assentadas. Geralmente são famílias constituídas pelos filhos (as) e netos (as) de assentados (as) que ao casarem, na maioria dos casos, com pessoas do mesmo Assentamento permanecem no local e constroem suas casas próximas as casas de seus parentes. No entanto, não são contemplados com qualquer programa ou benefício referente à Reforma Agrária.

⁸ Dados disponibilizados por uma não assentada e confirmados pela agente de saúde local. Atualizados em Novembro de 2011.

Pesquisadores e pesquisadoras direcionam ou direcionaram suas perspectivas ao Assentamento Maceió podendo ser citados diversos trabalhos⁹ em múltiplas áreas de pesquisa de graduação e pós-graduação.

Este fato pode estar relacionado não apenas a sua extensão territorial ou mesmo a diversidade e quantidade de comunidades que constituem o Assentamento, mas também pela sua história de luta pela terra, marcada pela organização e coragem do povo motivado pela fé, bem como pela luta de permanência nesta terra.

Fruto de uma relação construída posterior a esta pesquisa entre o Assentamento Maceió, de forma mais próxima e especial, entre a comunidade Apiques e a pesquisadora, o texto tecido abaixo contextualiza, mesmo que de forma resumida, o cenário o qual o Assentamento foi concebido.

O sentimento de pertença pelas terras já existia, muito antes da formação do Assentamento, pois muitas famílias que hoje são assentadas já tinham naquele espaço suas origens, construído suas histórias mesmo vivendo em constante repressão. Não podendo plantar para o consumo familiar, construir casas, tendo que trabalhar de graça para “os patrões”, sem acesso a salários, saúde, educação, enfim sem qualquer condição de viver dignamente.

Essa realidade se torna muito clara ao se ouvir o agricultor e assentado de 71 anos da comunidade Apiques relatando que, mesmo em período de seca “brava”, tinha que fazer “a paga” do patrão, tendo às vezes que ir até à cidade comprar farinha, pois a produção não tinha sido suficiente nem para pagar os 40% exigidos pelos “patrões”. Este tempo de sofrimento é reafirmado na fala do Pescador-agricultor e assentado de 44 anos, filho de assentados e assentado da comunidade Apiques e da agricultora assentada de 50 anos:

[...] “Neste tempo era muito sofrido, quem plantava um coqueiro, o patrão vinha e arrancava, se prantava, era do patrão, neste tempo num podia fazer uma casa de tijolo, que patrão vinha e derrubava. Nesses tempo aí, o cara sofria, filho de agricultor era pescador, chegava do mar, corria é pra agricultura, pra fazer um pedazim de terra arrendada, aí o medidor, era do patrão lá, as pernona grande, arrendava um hectare de terra, quando fosse na época da safra tinha que pagar, se desse tudo bem, se num desse, ia pro cabo da enxada pagar”[...].

[...] “Meu pai era o homi que trabalhava muito na agricultura, ele produziu muito, se ele fizesse um mês de farinha ele num comia e nem um quarto da safra, até a casca da mandioca ele (patrão) tomava pra dá o gado” [...].

⁹ Pesquisas concluídas: RODRIGUES (1995); CAJADO (2010); ABRANTES (2012). Pesquisas de mestrando em andamento: Mulheres e Agroecologia (Andrea Machado Camurça); Economia Criativa como estratégias de convivência com semiárido: O caso de artesanato renda de bilro (João Luis Josino Soares); Avaliação do acesso das trabalhadoras rurais a política de previdência social. Estudo de caso. (Kélia da Silva Aires); Tecendo a renda na construção de um território sustentável. Estudo de caso das mulheres rendeiras do Assentamento Maceió (Debir Soares Gomes).

Os patrões, segundo os moradores mais velhos da comunidade Apiques, eram os membros das famílias Souza Velhos, Bonfim e Holanda, Soares e Carneiro.

Segundo relatos dos moradores (as), estas famílias tiveram origem há muito tempo, com a chegada de um europeu, conhecido por eles como José, que, ao se casar com uma mulher da praia da Baleia, município de Amontada-CE formou grandes famílias e com o passar dos anos, foram se apossando da terra e amedrontando os seus antepassados, primeiros moradores das terras.

Assim, o legado de opressão representado pela figura do patrão, às famílias já citadas se estendeu durante décadas, expulsando moradores que julgasse improdutivo, cobrando altas taxas para que pudessem plantar, exigindo parte da produção dos pescadores e agricultores. “[...] A impressão que tinha era que nós tava vivendo em cativeiro nesse tempo [...]”, diz a agricultora-marisqueira e assentada.

Após gerações sobrevivendo há décadas de sofrimento, moradores (as) decidiram se mobilizar, mesmo que de forma tímida, alguns não pagando o que lhe era exigido, outros em busca de seus direitos, através de sindicatos.

Esta mobilização foi impulsionada inicialmente na década de 1960 com a criação Circulo Operário¹⁰, onde o núcleo de Itapipoca funcionava na comunidade Apiques, segundo relatos de Nazaré Flor¹¹ trazidos no livro organizado pelo CETRA, mas em virtude de opressão vivida naquele momento de ditadura militar acabou se desarticulando quando derrubaram e queimaram as casas dos líderes do movimento no Assentamento conhecidos como João Inês e Preá.

Na década de 1970, com o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e a Comissão Pastoral da Terra¹² (CPT), representados pela irmã Maria Alice e irmã Bete, assim como pelo bispo e criador da Diocese de Itapipoca, Dom Paulo Ponte, homens e mulheres foram encorajados pela da fé e pelo evangelho a ir à luta por seus direitos.

Percebendo essa articulação, por volta de 1980, as famílias “proprietárias” das terras decidiram vendê-las para Tasso Jereissati, dono da empresa Agropecuária Arvoredo, sendo os moradores mais uma vez alvo de exploração, desta vez de forma bem mais violenta.

¹⁰ Ver livro Terra feita de gente (NADDAF, 2006).

¹¹ Nazaré Flor, Mulher poetisa, assentada, marisqueira, professora, cantora e moradora da comunidade Apiques, Assentamento Maceió, símbolo de luta pela terra e pelos direitos das mulheres. Faleceu em Outubro de 2007 de câncer e é sempre lembrada pelos moradores e moradoras do Assentamento como um ícone de luta pelo povo.

¹² Ver livro Reforma agrária quando? (MELO, 2006)

O novo proprietário, com o objetivo de implantar uma monocultura de coqueiros, começou a delimitar a terra cercando-a, usando tratores para passar por cima das casas que estivessem no caminho, utilizando gado para comer a plantação das famílias.

Sobre isto Rodrigues expressa que:

As terras adquiridas pela Agropecuária Arvoredo Ltda seriam utilizadas para a implantação de um projeto de plantio de coqueiros e os camponeses iriam trabalhar no referido projeto enquanto mão de obra assalariada. Essa questão fica claramente colocada nas propostas enviadas por Tasso Jereissati durante o processo de negociação (2000, p. 89).

A fé e o apoio político do CETRA, contudo, fundado em 1981 pelo advogado Antônio Pinheiro e por sua esposa, a assistente social Margarida Pinheiro, militantes da esquerda católica, foram fundamentais para encorajar, organizar e orientar os (as) trabalhadores (as) rurais em relação aos seus direitos, sobretudo ao direito à posse da terra. Atualmente ONG continua sua atuação no Assentamento por meio da assistência técnica.

“[...] Quando colocavam a cerca, nós ia à noite e cortava, quando iam avançar com o trator nós fazia uma barreira humana para pararem. Todo mundo tava unido na luta, todo mundo assumia a culpa, tive um dia que foi todo mundo preso, em nome da luta [...]” (Agricultora, agente de saúde da comunidade e assentada).

A história de luta vivida pelos sujeitos do Assentamento Maceió, amalgama-se com o movimento no plano nacional pela Reforma Agrária, que no Ceará se ampliou em 1985 por intensas mobilizações. Em abril, foi lançada a Campanha Nacional Pela Reforma Agrária, num trabalho conjunto levado a termo pelas seguintes entidades: Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA); Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais do Ceará (AATR-CE); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Frente Sindical dos Trabalhadores Urbanos e Rurais do Ceará; Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETRAECE) e a Federação de Bairros e Favelas, responsáveis pela coordenação geral do movimento (RODRIGUES, 2000).

Após muita luta, em março de 1985, houve a desapropriação da terra por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com imissão de posse no ano seguinte.

“[...] “Doutor Pinheiro na época da luta colaborou demais, as comunidade se uniram pela fé, e em 85 pode acontecer esse milagre da desapropriação” [...]. (Agricultora e assentada).

“[...] “A gente encontrou vitória na liberdade das moradia e da terra” [...]. (Pescador-agricultor e assentado de 50 anos).

O sentimento de luta ainda permanece entre os assentados e assentadas, bem como nos seus filhos (as) e netos (as), que moram no Assentamento, mesmo depois de 27 anos de Assentamento.

O Assentamento Maceió é um território em disputa entre modelos antagônicos: um é construído pelas famílias que têm no Assentamento um espaço de reprodução de modos de vida, enquanto outro é voltado ao desenvolvimento exógeno, pautado na exploração dos recursos naturais e no crescimento econômico.

Retratando esta disputa, há seis anos o Maceió vive uma luta judicial e simbólica por uma faixa de terra localizada na praia do Maceió, onde há um empresário¹³ que se intitula dono de uma faixa de terra que dá acesso ao mar e ao porto onde os pescadores deixam suas embarcações.

Moradores e moradoras no Assentamento se revezam durante os sete dias da semana, 24 horas por dia em um acampamento de resistência, que fica a poucos metros de outro acampamento, o acampamento do grupo empresarial Pirata.

Este grupo de empresários europeus tem por objetivo construir um Resort na praia do Maceió, com a justificativa de geração de emprego e desenvolvimento econômico para a região por meio do turismo.

No que concerne esta questão, o Assentamento já é alvo intervenções nas suas relações sociais, dividindo opiniões a respeito do significado e importância deste empreendimento, pois alguns acreditam que será uma forma de desenvolver o local, enquanto outros temem que com a invasão turística, o Assentamento passe a ter contato com drogas e prostituição e perca a identidade local.

As comunidades Apiques e Maceió são banhadas pelo mar de águas calmas, mar este sinônimo de liberdade, sustento e identidade social, que também se encontra em disputa contra o projeto de aquicultura marinha que visa a lotear a costa cearense.

As dunas que dão forma e beleza ao Assentamento, bem como os ventos que movimentam as velas dos paquetes e canoas dos pescadores artesanais, também são alvo de cobiça, já que o Maceió encontra-se numa região de potencial geração de energia eólica.

Desta forma, compreende-se, o que está realmente em disputa é o direito de viver destas famílias e perpetuar suas histórias e cultura, que se fazem na fertilidade da terra, na fartura do mar, na liberdade dos ventos traduzindo-se na beleza das paisagens e no sorriso das pessoas do Maceió.

¹³ Conhecido como Pirata, o empresário faleceu em julho de 2011, mas seus filhos continuam da luta judicial pelas terras, bem como mantêm o acampamento como forma de intimidar as famílias do Assentamento.

3.1.2 Justificativa da Área Geográfica de Estudo

A relação entre pesquisadora e a comunidade Apiques vem sendo construída desde julho de 2009 mediante do Programa Residência Agrária¹⁴ (PRA) da Universidade Federal do Ceará (UFC), no do Estágio de Vivência, financiado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Observatório de Educação do Campo do Ministério de Educação e Cultura (MEC).

O Estágio de Vivência consistiu na convivência com as famílias assentadas e agregadas na intenção de compartilhar saberes, compreender o cotidiano das famílias, perceber quais são e como chegam as políticas públicas ao Campo, bem como fazer um exercício de reflexão sobre o que é repassado pelas disciplinas na Universidade e nos livros com a realidade rural.

As observações eram orientadas pela aplicação da metodologia Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA), tendo como produto final do Estágio de Vivência, em novembro de 2010, o Diagnóstico de Sistemas Agrários, validado pela comunidade em dezembro de 2010.

Faz-se importante salientar que, para a compreensão e aplicação da ADSA foram realizadas de 2008 a 2011 oito capacitações de 40 horas cada qual, por meio do PRA, das quais se participou de seis.

Outra observação importante a respeito destas capacitações refere-se à participação de jovens assentados durante todo o processo de formação na ADSA, que foi possível através do projeto Juventude e Agroecologia: Abrindo novas para desenvolvimento sustentável, financiado pelo BNB.

Após validados, parte destes resultados foram apresentados a academia em forma de monografia para a obtenção do título de Bacharel em Engenharia de Pesca da UFC intitulado: Multifuncionalidade, Pluriatividade e Pesca Artesanal: Um estudo da caso da comunidade Apiques Assentamento Maceió, Itapipoca-CE, tendo como objetivo geral e específicos respectivamente: Caracterizar os sistemas de produção da comunidade Apiques Assentamento Maceió-Itapipoca-CE, dando ênfase à pesca artesanal; analisar as relações da

¹⁴ O PRA desde 2004 que na sua origem contou com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MTS), a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Ceará (FETRAECE), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Ceará (EMATERCE) e a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA). Vem oferecendo aos estudantes dos Cursos do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará a oportunidade de compartilhar experiências com moradores (as) dos assentamentos, vivenciar a realidade do campo, dialogar as temáticas abordadas na academia com a rotina das pessoas que vivem nos acampamentos e Assentamentos de Reforma Agrária.

pesca artesanal com os outros sistemas de produção e abordar essas relações nos conceitos de multifuncionalidade e pluriatividade.

Com a pesquisa de mestrado intitulada: Da pesca artesanal à agricultura familiar: a multifuncionalidade a partir da unidade de produção familiar. Estudo de caso, foi possível analisar as atividades de pesca artesanal e agricultura realizadas das famílias da comunidade pesquisada, bem como compreender a dinâmica da economia local, à luz da multifuncionalidade, ampliando-a e ressignificando-a, a fim de contribuir com dados que possam ajudar na reflexão e elaborações de ações voltadas a comunidade Apiques.

3.1.3 Unidade de Observação

É constituída pelas famílias que praticam a pesca artesanal e agricultura familiar simultaneamente bem como pelas famílias que realizam apenas uma das atividades da comunidade Apiques Assentamento Maceió, município de Itapipoca-CE.

3.1.4 Áreas Científicas de Estudo

As áreas científicas de estudo compreendem o desenvolvimento econômico e social, compartilhando de aspectos advindos da Antropologia Social e da Sociologia no contexto da linha de pesquisa Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural Sustentável.

3.1.4.1 Método de Abordagem

O método de abordagem utilizado na investigação é o sistêmico, de forma mais específica o de Sistemas Agrários¹⁵.

Segundo Schmitz (2005), a abordagem sistêmica foi introduzida na pesquisa e extensão rural na década de 1970 para poder analisar melhor a complexidade da agricultura familiar do Terceiro mundo, mas também nos países industrializados da Europa e outros continentes, e assim dirigir ações de desenvolvimento mais apropriadas à diversidade desta categoria social. No Brasil, esta abordagem entrou na pesquisa agropecuária nos anos 1980 principalmente através da cooperação francesa.

¹⁵ A abordagem de Sistemas Agrários foi desenvolvida a partir da aplicação da abordagem sistêmica na análise da evolução histórica e da diferenciação geográfica da agricultura (DUFUMIER, 2007)

A abordagem sistêmica é utilizada por diversas áreas científicas, desde a Biologia à Sociologia, porém, independentemente da área que se que utilize esta abordagem, tem por base a Teoria Geral dos Sistemas criada pelo biólogo Ludwig Von Bertalanffy tendo como objetivo descobrir os pontos em comum dos sistemas físicos, biológicos e sociais (BERTALANFFY, 1975).

3.1.4.2 Fonte de Dados

Os dados obtidos na pesquisa foram de origem primária e secundária. Os dados de origem primária foram coletados *in loco* com a aplicação da metodologia Análise Diagnósticos de Sistemas Agrários (ADSA), ao passo que os dados secundários foram adquiridos por meio de pesquisa documental e bibliográfica.

3.1.5 Técnica de Pesquisa

As técnicas de pesquisas utilizadas foram: Pesquisa Bibliográfica; Pesquisa Documental; Estudo de Caso; Entrevistas e Observação Participante.

3.1.5.1 Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral (VERGARA, 2005).

3.1.5.2 Pesquisa Documental

A técnica de pesquisa documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. É uma das técnicas decisivas para as pesquisas em Ciências Sociais e Humana (HELDER, 2006).

3.1.5.3 Estudo de Caso

O estudo de caso possibilita a superação do pensamento dualista para investigação de uma realidade social delimitada como objeto de estudo. Mostra-se então como

uma análise holística, que considera não só os elementos materiais de uma realidade, mas também questões subjetivas dos sujeitos que a constroem.

O estudo de caso não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um *todo*, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos. O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto. Através de um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração da realidade social, não conseguida pela análise estatística. (GOLDENBERG, 2004, p.33-34).

3.1.5.4 Formulário

Segundo Lakatos e Marconi (1991), formulário é um roteiro de perguntas enunciadas pelo entrevistador e preenchidas por ele com as respostas do pesquisado.

3.1.6 Instrumentos de Pesquisa

Foram utilizados como instrumentos de pesquisa: gravador de voz, diário de campo e câmera fotográfica formulário.

3.1.7 Metodologia de Pesquisa

A metodologia empregada na investigação do problema foi a Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA), porém, no decorrer deste tópico, serão apresentadas e justificadas outras ferramentas metodológicas de áreas científicas que corroboraram para compreensão da realidade pesquisada.

A ADSA é uma metodologia utilizada desde 1995 pelo (INCRA), na elaboração de diagnósticos para diferentes microrregiões do país, centrada na análise de Assentamentos de Reforma Agrária. Esta metodologia está descrita no Guia Metodológico de Garcia Filho (GARCIA FILHO, 1999) e, mais detalhadamente, no livro de seu criador Marc Dufumier (DUFUMIER, 2007).

Para Dufumier (2007) os principais objetivos da ADSA são identificar e classificar, hierarquicamente, os elementos de natureza agroecológicas, técnicas, socioeconômicas, entre outros que mais se aproximam da evolução dos sistemas de produção, bem como compreender como eles interferem concretamente nas transformações das atividades agrícolas.

O autor acrescenta:

A análise diagnóstica deve possibilitar a compreensão das situações agrárias, em geral muito complexas, nas quais agem fenômenos de ordem ecológica, técnica, socioeconômica, cultural e política. O importante nem é tanto estudar, com detalhes, cada um dos fatos correspondentes, e, sim, compreender as múltiplas interações que não cessam de se manifestar entre todos esses fenômenos. (2007, p. 61).

Nesta perspectiva, a ADSA baseia-se em passos progressivos, partindo do geral para o particular. Em cada etapa, os fenômenos devem ser interpretados e confrontados com as análises das etapas anteriores e, ao final, se elaboram as hipóteses que devem ser verificadas na etapa seguinte. Desta forma, constrói-se progressivamente uma síntese mais aprofundada da realidade observada.

A cada nível de análise, deve ser dado um enfoque sistêmico, para que se compreendam as relações entre as partes e entre os fatos ecológicos, técnicos, sociais e econômicos que integram a realidade.

Por fim, trabalha-se com amostragens dirigidas, de forma que se possa analisar a diversidade dos fenômenos mais importantes observados. Logo o tamanho da amostra é, pois, determinado, sobretudo pela complexidade e pela diversidade da realidade estudada. Não é trabalhado, portanto, amostragens aleatórias, pois elas não asseguram, justamente por seu caráter intrínseco, a representação e análise aprofundada de toda esta diversidade (GARCIA FILHO, 1999).

Dufumier (2007) traz a importância da análise diagnóstica ser realizada por etapas sucessivas, começando pelos fenômenos gerais, para que, em seguida, sejam apreendidas as realidades particulares, devendo permitir a elaboração de análises qualitativas e lógicas anteriores às quantitativas.

Acrescenta que, de fato, as análises quantitativas só devem intervir se houver condições de detalhar a natureza dos objetos que se quer medir ou definir, como uma ideia suficientemente clara dos procedimentos a serem respeitados: escolha dos instrumentos e dos métodos, grau de precisão exigido, amostragem e etc (DUFUMIER, 2007).

Desta forma, a ADSA intervém desde as fases de identificação e elaboração dos projetos, ajudando na formulação das intervenções adaptadas às realidades concretas sendo constituída das seguintes etapas: Leitura de Paisagem e Caminhada Transversal, Entrevistas Históricas, Tipologia dos Sistemas de Produção, Itinerário Técnico e Avaliação Econômica dos Sistemas de Produção, Elaboração do Diagnóstico e do Projeto e Implantação dos Sistemas Produtivos Identificados.

As etapas que foram aplicadas na investigação do problema consistem nas cinco primeiras, possibilitando que as demais sejam realizadas posteriormente mediante financiamentos de projetos e implementação de políticas públicas a partir dos dados coletados contribuindo para processo de Desenvolvimento Rural Sustentável.

3.1.7.1 Passos Metodológicos

Partindo da realidade das famílias da comunidade Apiques que praticam a pesca artesanal e a agricultura familiar, seja combinando as atividades, seja de forma isolada, bem como de observações e experiências anteriores ao período desta pesquisa de mestrado na comunidade, é que se configura a escolha da multifuncionalidade como categoria analítica, já que a princípio apresenta elementos que corroboram para a análise da realidade pesquisada.

Estes elementos são apresentados por Cazella; Bonnal e Maluf (2009) para a noção da multifuncionalidade no contexto da realidade brasileira:

- Reprodução socioeconômica das famílias rurais: diz respeito à geração de trabalho e renda que permite as famílias se manterem no campo em condições dignas.
- Promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade: disponibilidade, acesso e qualidade dos alimentos.
- Manutenção do tecido social e cultural: essa contribuição decorre das anteriores e também dos fatores ligados à identidade social e as formas de sociabilidade das famílias e comunidades rurais, (reciprocidade).
- Preservação e conversação dos recursos naturais e da paisagem rural: faz referência à preservação dos recursos naturais e à prática das atividades agrícolas relacionadas com o uso sustentável dos recursos naturais. Quanto à preservação e transformação da paisagem está ligada a percepção no tocante à paisagem rural.

Assim, orientada pelos critérios trazidos pela noção da multifuncionalidade, foram realizados durante o processo de pesquisa os passos metodológicos a seguir no período de abril de 2011 a agosto de 2012, totalizando quatro idas á campo com temporalidades¹⁶ diferenciadas.

3.1.7.2 Leitura de Paisagem e Caminhada Transversal

¹⁶ As idas a campo na perspectiva da pesquisa desenvolvida durante o mestrado foram: de 8 a 12 de abril de 2011; De 6 à 10 de outubro de 2011; De 18 à 23 de abril de 2012; De 24 de julho à 6 de agosto de 2012.

Para Garcia Filho (1999) são as paisagens agrárias que oferecem as primeiras informações importantes para o diagnóstico, onde é possível obter mais informações do que por meio de documentos.

O autor expressa ainda, que nesta etapa que se obtêm informações indispensáveis sobre as diversas formas de exploração e de manejo e a respeito das práticas agrícolas e suas condições ecológicas e, também, questiona-se sobre as razões históricas destas diferenças.

Assim, Garcia Filho traz em seu guia metodológico como a Leitura de Paisagem deve ser realizada:

A leitura de paisagem é realizada através de percursos sistemáticos de campo que permitam atravessar e verificar as diferentes heterogeneidades dos ecossistemas. É importante não só observar a paisagem, mas também interrogar-se sobre ela e interpretá-la. (1999, p.18).

Conforme descrito no Guia Metodológico a Leitura de Paisagem traz os seguintes objetivos:

- Verificar se região é homogênea, identificando e caracterizando as heterogeneidades, caso existam;
- Identificar os diferentes tipos de agriculturas existentes;
- Identificar os condicionantes ecológicos dessas atividades agrícolas;
- Levantar hipóteses que expliquem essas heterogeneidades e a formação dessa paisagem (relação entre o homem e os ecossistemas).

Para responder a estes objetivos, no entanto, Garcia Filho (1999) orienta que, durante os percursos, devem ser observados os ecossistemas (unidade geomorfológica e cobertura vegetal), os tipos de agricultura, ou seja, ao tipos de cultura e de criação, a disposição no espaço dessas culturas e criações, a estrutura fundiária, as técnicas utilizadas, o grau de intensificação das culturas, as espécies e o tamanho dos rebanhos, as formas de uso dos diferentes recursos naturais, as infraestruturas sociais e produtivas (tipo, localização, estado de conservação etc.)

Partindo do princípio de que o termo paisagem é passível de definições e concepções científicas diversas¹⁷, bem como da escolha da categoria analítica desta pesquisa, coloca-se que o termo trabalhado neste âmbito foi paisagem rural, embasando este nas seguintes concepções científicas ressaltados em Rodriguez; Silva e Cavalcante, (2010) a respeito do termo paisagem:

¹⁷ Ver (RODRIGUEZ; SILVA e CAVALCANTI, 2010).

- A paisagem como sistema econômico-social: concebida como área onde vive uma sociedade humana, caracterizando um ambiente de relações espaciais com uma importância existencial para a sociedade. De certo modo, é um conceito analítico semelhante ao de espaço social, sistema antropocológico.
- Paisagem cultural: sustenta-se na ideia de que a paisagem resulta da ação da cultura ao longo do tempo, modelando-se por um grupo cultural, desde uma paisagem natural. Assim a paisagem natural fornece os materiais com os quais a paisagem cultural é formada, sendo a força que modela a própria cultura. A paisagem cultural é um objeto concreto, material, físico e factual percebido pelos sujeitos por meio dos cinco sentidos. A paisagem cultural é assim a imagem sensorial, afetiva, sensorial, simbólica e material dos territórios.

Nesta perspectiva, a realidade investigada e os objetivos da pesquisa levaram a ampliar as possibilidades de compreensão da paisagem rural questionando também as formas de sociabilidade entre os sujeitos, relação dos sujeitos com os recursos naturais além dos aspectos identitários ligados às atividades de pesca e agricultura promovidas pelas famílias.

Para tanto, foram necessárias caminhadas solidárias pela comunidade na intenção de capturar elementos para a elaboração de um mapa partindo de um olhar subjetivo com as primeiras impressões sobre a paisagem.

Este mapa foi posteriormente socializado junto à comunidade, que, por sua vez, não se reconheceu na primeira visão que se experimentou sobre o espaço rural deles (as). Assim, foi feito um mapa de forma coletiva. Neste momento se envolveram pescadores, artesãos, agricultores (as), jovens e crianças que, ao longo de um dia, foram contribuindo ativamente, dando opiniões sobre a localização de suas casas, tipos de cultivo em quintais produtivos, disposição dos recursos naturais, identificando espaços comuns à comunidade, como o salão comunitário e a escola. Nesta ocasião iniciou-se um processo mais criterioso de análise da paisagem da comunidade.

Neste processo, a convivência com as famílias na comunidade foi imprescindível para o entendimento da relação destas com a paisagem e os recursos naturais, pois mediante conversas informais as famílias explicavam a respeito das práticas e manejos realizados na agricultura e pesca, bem como as formas de relacionamento com as outras famílias.

Compreendeu-se, porém, a importância de preservar um grau de distanciamento da realidade pesquisada, com vista a atender o rigor metodológico, assim como não prejudicar a análise dos dados coletados em campo. Com efeito, durante as conversas informais, buscou-

se não intervir na fala dos sujeitos, além de socializar com as famílias sobre o conteúdo e objetivos da pesquisa.

Como produto desta etapa foi elaborado um Zoneamento denominado de Agroecossistêmico e Social da comunidade. Porém este só foi concluído mediante os dados obtidos na etapa seguinte de Entrevistas Históricas.

O Zoneamento traz a análise da relação entre a prática das atividades de pesca artesanal e agricultura familiar com a paisagem rural e os modos de vida das famílias da comunidade pesquisada.

Dialogando com a lógica que pauta o Zoneamento Agroecossistêmico e Social elaborado, Dufumier (2007) ensina que o Zoneamento não deve se limitar exclusivamente aos aspectos agroecológicos, mas há que privilegiar também as múltiplas variáveis socioeconômicas.

Com base neste produto, surgem as primeiras indagações e hipóteses preliminares sobre a história local que instigam e norteiam as etapas metodológicas seguintes.

3.1.7.3 Entrevistas Históricas

Dufumier (2007) coloca que as análises, do ponto de vista histórico dos fatos, deve permitir que se identifiquem as relações de causalidade na cronologia das transformações sociais e das mudanças técnicas, sabendo-se que, necessariamente, precedem os efeitos. Convém mostrar como os efeitos de natureza muito diversa podem se encadear logicamente, uns aos outros, resultando numa profunda transformação das realidades agrárias.

Deste modo, o objetivo das Entrevistas Históricas, segundo Garcia Filho (1999), não é apenas estabelecer uma cronologia dos fatos ecológicos, técnicos e sociais relatados, mas, sobretudo, estabelecer uma relação de causa e efeito entre esses fatos.

Para tanto, de acordo com Dufumier (2007), as entrevistas devem ser realizadas, em princípio, junto a algumas testemunhas privilegiadas, detentoras do conhecimento das transformações recentes da agricultura, e escolhidas em função de idade e experiências profissionais, a quem se pede para relatar a história geral das relações sociais, das técnicas agrícolas e das mudanças ecológicas nas suas regiões ou zonas.

Trata-se, pois de entrevistas de qualidade, relativamente informais, com questões semiestruturadas, formuladas a alguns sujeitos da realidade pesquisada convidados. Estes podem ser entrevistados individualmente, ou em pequenos grupos, conforma as circunstâncias (DUFUMIER, 2007).

Garcia Filho (1999) entende que as experiências de Entrevistas Históricas na perceptiva da ADSA mostram que elas são mais ricas, quando realizadas no campo e baseadas nas observações e análises das paisagens, das práticas agrícolas entre outros.

Esse autor evidencia a importância de obter informações, por meio das Entrevistas Históricas relacionadas:

- As mudanças de longo prazo ou acontecimentos relevantes relativos às **condições ecológicas**, tais como seca, inundação, abundância de determinadas espécies de pescado, escassez de espécies de peixes.
- As mudanças ocorridas nas **técnicas agrícolas**, de culturas ou criações praticadas, introdução ou abandono de técnicas agrícolas tanto na agricultura quanto na pesca, mudanças nos instrumentos e ferramentas utilizadas.
- Das mudanças relacionadas aos **fatores socioeconômicos**, como nas relações sociais, nas formas de acesso à terra, formas de obtenção à renda monetária.
- Das mudanças na **paisagem rural**, na diversidade da paisagem, na estrutura e distribuição das casas, bem como nos recursos naturais disponíveis.

Ressalta-se que essas observações foram adaptadas pela pesquisadora, inserindo-se a análise a pesca artesanal a partir da realidade na comunidade pesquisada.

Como anota Garcia Filho (1999), o diagnóstico não deve ser trabalhado como receita, a partir de uma junção de ingredientes para obter um produto final ou como um guia rígido, pois cada diagnóstico representa mais uma etapa de reconstrução dos conhecimentos acumulados e um exercício de escuta, observação, interrogação, interpretação e síntese, servindo de estímulo à reflexão crítica e pessoal.

Deste modo, no campo, as Entrevistas Históricas foram realizadas, primeiramente, na intenção de compreender a história de luta pela terra com origem nos sujeitos que fizeram esta história, bem como compreender as mudanças de maneira mais específica na comunidade Apiques, desde a transformação de latifúndio para Assentamento, enfatizando os aspectos propostos por esta etapa metodológica.

Assim, foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas, das quais, uma aconteceu com dois sujeitos de forma simultânea.

Das cinco, todos os entrevistados eram assentados e assentadas, exceto um sujeito, que era filho de assentado.

Os momentos das entrevistas semiestruturadas eram marcados previamente com os sujeitos, aconteciam em suas casas, no alpendre ou na cozinha. A entrevista, no entanto

realizada de forma simultânea aconteceu na praia, enquanto os entrevistados consertavam suas redes de pesca.

Com base, porém, no que o Campo revelava ao longo dos dias de pesquisa, em determinados momentos as entrevistas aconteciam de forma aberta com mais de uma pessoa ao mesmo tempo, algumas vezes com o marido e a esposa, tendo um formato de conversa, já que estas em seu cotidiano realizam atividades numa lógica do coletivo com suporte nas relações de parentesco, propiciando um momento de rememorar as lutas, histórias e transformações que, no Assentamento, e em específico com a comunidade Apiques vem passado ao decorrer dos anos.

Ressalta-se a utilização do gravador nestes momentos, sendo o (a) entrevistado (a) previamente consultados quanto ao seu uso.

Neste sentido foram realizadas cinco entrevistas abertas, que duravam manhãs ou tardes inteiras, já que possibilitavam um de momento maior proximidade entre entrevistados, entrevistadas e pesquisadora oportunizando adentrar os quintais e conhecer como os sujeitos se relacionam como este espaço, suas práticas, técnicas, descobertas pautadas na experimentação e troca de saberes entre os vizinhos, possibilitando também momentos de aprendizados com as rendeiras, na tentativa de eles e elas ensinar a pesquisadora à arte de fazer renda de bilro, com os pescadores ensinando a pintar barcos e consertar redes de pesca.

Convém trazer que as entrevistas não ocorreram apenas durante a etapa de Entrevistas Históricas, mas também durante a etapa de tipificação dos sistemas de produção, assim como no momento de aplicação dos formulários para avaliação econômica destes sistemas. Neste último, as entrevistas aconteciam quando o entrevistado ou a entrevistada oferecia elementos em suas falas além da proposta do formulário, se configurando um momento conveniente para a realização das mesmas.

Apesar da riqueza de elementos obtidos das Entrevistas Históricas, compreendeu-se a necessidade de um momento de caráter coletivo, ainda no sentido de compreender os processos de transformação ao longo do tempo, partindo dos aspectos propostos por esta etapa da ADSA.

Nesta intenção, foi realizada uma Roda de Conversa no salão comunitário da comunidade Apiques.

3.1.7.4 Roda de Conversa

O tema da Roda de Conversa foi “**Apiques antes e Apiques depois**”, na intenção de se perceber nas falas dos diversos sujeitos construtores da realidade pesquisada as transformações no espaço rural, tomando por referência a comunidade em dois momentos distintos: quanto a terra e o trabalho eram cativos e após a libertação da terra e do trabalho.

Porém, este momento também teve outros objetivos, como a socialização entre os sujeitos da história não apenas do Assentamento Maceió, mas da comunidade Apiques, assim como a oportunidade de agradecer de forma coletiva a relação construída através da pesquisa.

A Roda de Conversa contou com a presença de jovens, homens e mulheres de diversas idades, na intenção de promover um espaço de socialização da história de formação do Assentamento Maceió e da comunidade Apiques, bem como observar os diversos olhares dos sujeitos sobre a comunidade.

Por se tratar de uma atividade fora da rotina da comunidade, o momento de sua realização deveria ser decidido pelos moradores. Assim, durante a celebração católica de ocorre aos domingos no salão comunitário, a proposta da Roda de Conversa foi colocada e o dia escolhido, não de forma unânime, foi o sábado da semana seguinte pela manhã.

Chegado o dia da Roda de Conversa, todavia, poucas pessoas compareceram ao salão comunitário, sendo maioria as mulheres que não tinham filhos pequenos ou que tinham filhas que pudessem cuidar dos irmãos menores e preparar o almoço, enquanto participavam da Roda. Quando questionadas a respeito da presença dos maridos, de forma geral, respondiam que estavam na praia, quando não pescando.

Em razão do reduzido número de pessoas, foi acordado entre os presentes que a Roda de Conversa aconteceria no dia seguinte, no horário da celebração católica já que comunidade tinha a tradição de comparecer ao salão neste dia e hora. Assim os presentes ficaram de repassar o recado para as demais pessoas.

Apesar de a escolha do momento para o acontecer a Roda de Conversa ter partido dos moradores (as) da comunidade, estes têm uma rotina constituída, logo uma intervenção externa dita “não natural” não tem a força de modificar este ciclo, sendo válida a análise deste fato posteriormente.

Com a realização das Entrevistas Históricas e Roda de Conversa, assim como os elementos já trazidos pela Leitura de Paisagem, iniciou-se o momento de compreensão sobre as origens e as racionalidades dos sistemas de produção praticados pelas famílias.

Sobre isto Dufumier traz, em seu livro Projeto de desenvolvimento agrícola que:

Uma leitura mais completa das paisagens agrárias e entrevistas detalhadas junto aos agricultores devem permitir que se localizem melhor as diversas áreas constitutivas dos espaços sob influência de cada povoado (áreas com lavouras, fundos de pastos

,florestas...)e que se examinem mais atentamente os modos de exploração e de beneficiamento dos diversos terrenos : hortas e quintais, cercados, pomares, vinhedos, terrenos lavrados com ou sem pousio para a rotação de culturas, terrenos roçados após a derrubada e queima, pastagens permanentes ou temporárias, restos de culturas, pastagens, pastagens naturais comuns e sem divisão, mata para extração de lenha e etc. É particularmente importante destacar as diversas formas de uso eventual ou contínuo de cada um dos espaços considerados: campos de culturas, pastagens naturais, reservas. (2007, p.74).

Deste modo, foi necessário sistematizar os tipos de sistemas e subsistemas, ampliando o entendimento não apenas das técnicas utilizadas, mas também da relação dessas práticas com os aspectos sociais e identitários que compõem a realidade pesquisada.

Para tanto, aplicou-se a etapa metodológica de Tipificação dos Sistemas de Produção e Itinerário Técnico.

3.1.7.5 Tipificação dos Sistemas de Produção e Itinerário Técnico

Conforme expressa Dufumier (2007), analisar um sistema de produção de uma unidade produtiva agrícola consiste menos em conhecer cada um dos elementos que o constituem do que em examinar com cuidado as interações e as interferências que se estabelecem entre eles.

Sob o propósito de elaborar uma tipologia de sistemas de produção Dufumier coloca:

A elaboração de uma tipologia das explorações agrícolas em cada uma das zonas previamente demarcadas tem por finalidade mostrar como as diversas categorias de produtores praticam diferentes sistemas de produção, de acordo com os recursos de que eles dispõem e com a natureza das relações sociais em cujo contexto eles operam. (2007, p.75).

Para tanto, no processo de sistematização dos tipos de sistemas de produção, segundo Garcia Filho (1999), é necessário obter as informações abaixo:

I. A família e a mão de obra disponível:

- A história e a trajetória de acumulação da família.
- A mão de obra familiar disponível (a quantidade e a qualidade, as divisões de sexo/gênero e de idade, os períodos de disponibilidade).
- Eventualmente, a mão de obra não familiar utilizada, tais como assalariados, mutirões, trocas de dias de trabalho, formas coletivas de trabalho (a quantidade, a qualidade, as relações de trabalho).

- Eventualmente, as fontes de renda não agrícola.

II. A unidade de produção:

- Os meios de produção disponíveis - terra, instalações e equipamentos (a quantidade e a qualidade, a modalidade de aquisição, os períodos de disponibilidade, a utilização efetiva).
- O acesso a recursos externos (o financiamento, os subsídios, a infraestruturas).
- Eventualmente, as relações sociais que garantem o acesso a esses recursos e os meios de produção (arrendamento, condomínios, cooperativas).
- As principais produções (os diferentes sistemas de cultivo, criação, extrativismo e transformação).

II. Os sistemas de cultura:

- Os consórcios e as rotações de culturas.
- Os itinerários técnicos (a sucessão de operações realizadas, as quantidades e a qualidade de cada recurso utilizado) e os calendários de trabalho.
- Os problemas técnicos enfrentados.
- O nível e o destino da produção.

III. Os sistemas de criação:

- Os itinerários técnicos.
- As relações com os sistemas de cultivo (a utilização de pastagens, as capineiras, os grãos, o fornecimento de esterco, etc.).
- Os problemas técnicos.
- O nível e o destino da produção.

IV. Os sistemas de extrativismo:

- Os itinerários técnicos.
- As relações com os sistemas de os demais sistemas (dinâmica de organização da mão de obra, utilização de insumos, tipo de embarcação e de arte de pesca utilizados) os problemas técnicos.

- O nível e o destino da produção.

IV. Os sistemas de processamento dos produtos: (a mesma lógica dos outros subsistemas).

VII. As atividades complementares (atividades necessárias à subsistência da família, prestação de serviços ou trabalho fora da propriedade).

VIII. As combinações dos sistemas de cultura com os de criação e extrativismo:

- Fluxos de fertilidade e produto no tempo e no espaço (relação de concorrência ou complementaridade dos componentes dos sistemas de produção).
- Calendário de trabalho (concorrência entre os sistemas de cultivo, criação e extrativismo).

Mediante a obtenção destas variáveis, Dufumier (2007) orienta que, em primeiro lugar, o trabalho consiste em entender como as unidades produtivas se tornam objeto de uma acumulação desigual ou não de capital, e como os sistemas de produção praticados se diferenciam. Convém perguntar aos agricultores informados quais foram as principais etapas através das quais certos produtores puderam adquirir novas áreas e outros meios de produção, bem como as razões pelas quais isso não foi possível para todas as categorias de agricultores. Assim é possível distinguir, em geral, diversas trajetórias de evolução e acumulação.

Para a obtenção destas variáveis, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, orientadas por um roteiro contendo as informações há pouco listadas junto às famílias da comunidade Apiques.

Estas entrevistas aconteciam geralmente nos espaços onde são realizados os diversos tipos de produção, de modo a ser possível que se participasse nas atividades, como nos roçados¹⁸ colhendo feijão, nos quintais produtivos, na casa de farinha participando de farinhada, projetos coletivos, na praia e até mesmo em alto mar na pescaria da sardinha.

Além de ouvir, de observar os manejos e as práticas, estes momentos possibilitaram observar as relações sociais e com a paisagem rural a partir da realização das atividades de agricultura e pesca.

Quanto à amostragem referente às entrevistas realizadas nesta etapa, pautou-se no que traz Dufumier:

¹⁸ São os plantios em consorcio de milho, feijão e em alguns casos mandioca realizados pelas as famílias da comunidade Apiques.

Levando-se em conta que os sistemas de produção agrícola podem ser bastante complexos, torna-se difícil e custoso proceder à sua análise detalhada a partir de um número muito grande de unidades de produção. É por isto que se costumam fazer estudos de caso apoiados em amostras relativamente restritas. A partir de uma tipologia prévia estabelecida com base na análise geral da situação agrária, escolhem-se os estabelecimentos cujos sistemas de produção serão estudados (2007 p.93-94).

Nesta perspectiva, para a realidade pesquisada, a atuação dos jovens¹⁹ assentados foi fundamental para a construção de uma tipologia prévia que pudesse orientar a escolha de algumas famílias para serem entrevistadas.

A partir da primeira família entrevistada de cada tipo da tipologia previamente elaborada, pedia-se que a família indicasse outra com realidade semelhante a sua. Deste modo configurando o tipo de amostragem não probabilística denominado snowball mais conhecida como “bola de neve”, onde os participantes iniciais indicam novos participantes.

Conforme traz Wha, citado por Baldin e Munhoz (2011):

Essa técnica é uma forma de amostragem não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (o “ponto de saturação”). O “ponto de saturação” é atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa (1994, p. 332).

As entrevistas voltadas a cada tipo de sistema de produção previamente elaborado se esgotavam quando percebia-se as homogeneidades nas respostas dos entrevistados ou entrevistadas.

Quanto a esta questão, Dufumier (2007) pontua que o número de produtores entrevistados em tal etapa do estudo depende, principalmente, da diversidade dos tipos identificados na fase anterior. Várias unidades, no entanto, devem ser entrevistadas no interior de uma das categorias de produtores a fim de que se identifique a relativa homogeneidade desses últimos.

Ressalta-se que na elaboração de uma tipologia definida, algumas pré-tipologias foram pensadas com base nos dados obtidos nas entrevistas, resultando na Tipologia de Sistemas de Produção e nos Fluxogramas de Fertilidade e Produtos trazidos no capítulo IV.

No que concerne aos aspectos econômicos inerentes às atividades de pesca e agricultura realizadas, enfatizando a reprodução socioeconômica das famílias, foi necessário avaliar economicamente os sistemas de produção identificados.

¹⁹ De 2009 até o primeiro semestre de 2010 participava apenas um jovem da comunidade Apiques do PRA através do projeto Juventude e Agroecologia. Porém, pelo fato de jovem ter passado no vestibular, um outro jovem e uma jovem se inseriram no PRA.

3.5.7.6 Avaliação Econômica dos Sistemas de Produção

Para Garcia Filho (1999), a análise econômica dos sistemas de produção é uma etapa essencial do diagnóstico, pois permite:

- Avaliar o potencial de capitalização, ou ao contrário, de descapitalização de cada categoria de produtor, corroborando ou negando a “pré-tipologia” elaborada anteriormente;
- Estudar com mais profundidade as relações sociais que caracterizam cada tipo de unidade de produção e o sistema agrário como um todo;
- Conhecer os fundamentos econômicos das associações de atividades e das práticas agrícolas adotadas pelas famílias.

Para realizar esta etapa de forma mais segura, Dufumier (2007) aponta que as sondagens sobre os aspectos econômicos devem se limitar geralmente, a questões fechadas. Acrescenta que:

Estas últimas precisam ser suficientemente claras para não dá lugar a diferentes interpretações por parte das diversas pessoas entrevistadas. A experiência mostra que às vezes é difícil obter resultados confiáveis através de um número pequeno de questões. Ainda aqui, é o trabalho realizado nas etapas anteriores que nos permite, de agora em diante, preparar melhor os questionários e evitar o máximo de erros ou de imprecisões nas respostas, limitando as questões ao essencial. (2007, p. 114).

Compreendendo as especificidades da realidade pesquisada, além de questões inerentes à própria categoria analítica, no caso, a multifuncionalidade, foram aplicados formulários para coletar dados de natureza quantitativa e entrevistas dos tipos aberta e semiestruturada, com ênfase nas variáveis que viabilizam sua reprodução socioeconômica, sendo esta entendida com base em dois níveis distintos, não excludentes (PASQUOTTO e MIGUEL, 2005).

Em um nível de análise com dimensões simbólicas e abstratas, a reprodução socioeconômica destas famílias pode ser entendida em decorrência da seguridade da permanência de práticas de pesca e agricultura relacionadas com a cultura e a identidade social, altamente diversificada para a sociedade.

Em um plano menos abstrato, mais permeado por evidências empíricas, a reprodução socioeconômica é entendida tanto em relação a condições objetivas, relacionadas ao acesso à alimentação e à renda para a satisfação das necessidades das famílias e para a reprodução material dos sistemas de produção, como também em suas determinantes

subjetivas, como a reprodução e (re) criação da cultura e do conhecimento das famílias, elementos que fazem parte da identidade desses grupos sociais.

Para operacionalizar as variáveis referentes ao nível de análise quantitativo, foram realizados os cálculos seguintes para os sistemas de produção identificados:

Valor Bruto da Produção (VBP): valor total do que é produzido, seja para venda, seja para consumo familiar.

Valor agregado (VA): corresponde à diferença entre o valor total que é produzido (PB) pelo que é consumido durante o processo de produção, ou seja, o custo intermediário (CI) pelo custo de equipamento e animais que perdem seu valor anualmente, por sofrerem desgaste, denominado depreciação (D). Logo:

- **VA = VBP - CI - D**; Deste modo o Valor Agregado total é calculado:
- **(VAt): Σ VA criação + VA cultivo + VA transformação + VA extrativismo.**

Renda Agrícola (RA): Se refere à parte do VA que fica com a família, ou seja:

- **RA = VAt - S - I - J - RT + SUB**

Onde:

S: salário

I: impostos

J: juros

RT: renda da terra (arrendamento);

Para a Renda Monetária (RM) calcula-se:

- **(RM): RA – autoconsumo**

Evidencia-se a importância de identificar e considerar na análise econômica as rendas extras aos sistemas de produção identificados, que para a realidade pesquisada podem ser oriundas de: Trabalhos não agrícolas; transferências sociais; previdência e seguro defeso referente aos seis meses de suspensão da pesca da lagosta de dezembro à maio.

A aplicação dos formulários ocorreu com base na Tipologia dos Sistemas de Produção, em que as famílias e os sujeitos correspondiam a representante dos tipos identificados.

A respeito da objetividade, clareza e adequação do formulário com a realidade pesquisada, foi efetuado um pré-teste com três famílias, que por sua vez, aprovaram o formato do formulário, ressaltando que estes não entraram na análise dos dados.

No tocante à dinâmica de aplicação dos formulários, os dias de campo é que foram direcionando como deveriam acontecer, pois, como os sistemas de produção são de

ordem familiar, o formulário deveria contar com a participação da família. Os membros destas, porém, ocupam espaços e possuem tempos diferenciados.

As mulheres se encontravam em casa, dividindo seu tempo entre os trabalhos domésticos, da agricultura praticada nos quintais, do artesanato renda de bilro, além dos casos em que a mulher trabalha fora de casa um turno do dia. Já os homens se encontravam na praia, realizando trabalhos de reparo nas artes de pesca, no mar pescando, nos cercados dos coqueiros.

Assim, os formulários que puderam ser aplicados com a família aconteceram em maior parte no início das noites, ou melhor, “*na boquinha da noite*”, como as pessoas do Apiques falam ou nas segundas-feiras, pois os pescadores têm a tradição de não irem pescar este dia.

Quanto não era possível acontecer desta forma, os dados que diziam respeito aos sistemas de cultivo, criação e transformação eram fornecidos pelas mulheres, já o sistema de extrativismo pesca era com os homens.

Isto revela o protagonismo da mulher nos sistemas de produção, já que o pescador, quando se faz agricultor, pratica a capina, o arado, e planta junto com a mulher e filhos (as), mas, no dia a dia, quem colhe o feijão, o milho, a fruta para suco é a mulher. Os espaços de produção direcionados mais ao autoconsumo no Apiques geralmente são junto a casa, já que boa parte do solo da comunidade é de areia. Já os cercados com coqueiros e cajueiros direcionadas além do consumo familiar para a venda, ocorrem em espaços separados, espaços este que contam com a atuação masculina.

Pautado na forma como a ADSA foi aplicada, bem como respeitando o rigor metodológico que uma pesquisa científica deve apresentar, compreende-se que foi possível uma interação entre pesquisadora e a comunidade durante o processo de pesquisa desde a construção e discussão do problema a ser estudado, dialogando com a perspectiva da técnica de observação participante.

A observação participante é definida como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com os seus interlocutores no espaço social da pesquisa e na medida do possível participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa. Por isso o observador faz parte do contexto da observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente. (MINAYO 2011, p.70).

Ao realizar uma pesquisa de campo, na lógica da observação participante, morando na comunidade com as famílias, na casa das famílias, compartilhando de seus saberes, seus alimentos, conversas, atividades agrícolas, domésticas, religiosas e lazeres,

enfim compartilhando do cotidiano das pessoas que são do Apiques a pesquisadora enveredou-se por caminhos indicados pela realidade que, para serem percorridos com maior segurança são necessários à contribuição de outras áreas do conhecimento como Antropologia Social e Sociologia, ampliando a compreensão da realidade pesquisada e vivida.

De acordo com Firth (1974), a Antropologia Social visa à análise comparativa fundamentada da maneira pela qual as pessoas se comportam em circunstâncias sociais. Acrescenta o autor que um traço característico da investigação da Antropologia Social é o fato de usas implicações serem holísticas, logo qualquer item particular selecionado para exame é sempre considerado em relação como o lugar que ocupa no fenômeno total da vida do grupo humano estudado.

Assim, a etnografia, como técnica de pesquisa da Antropologia Social, possibilita realizar uma imersão no universo do grupo social investigado com base em seu cotidiano tendo a clareza dos objetivos da pesquisa de sua condição de pesquisador.

Segundo Fleury (2002) a etnografia não consiste apenas em coletar, através de indução, uma grande quantidade de informações, mas sim em impregnar-se dos temas que se está pesquisando.

A pesquisa etnográfica, no entanto, como experiência pessoal, não é a busca por torna-se nativo ou copiá-los, mas a procura de estabelecer um diálogo, uma fala em que seja possível uma intercomunicação, de tal modo que o antropólogo observa, registra e analisa (GEERTZ, 1989).

As anotações constantes em diário de campo durante toda a pesquisa possibilitaram que se registrasse o cotidiano, os questionamentos, ideias, impressões e sentimentos, funcionando posteriormente como um arquivo, capaz de reavivar as sensações e despertar a memória do vivenciado.

No capítulo seguinte buscou-se sistematizar de forma reflexiva os resultados, experiências e aprendizados provenientes dos momentos vivenciados e dos aparados metodológicos utilizados, dialogando com os objetivos pretendidos da pesquisa.

CAPÍTULO IV: Resultados e Discussão

4.1: Construindo espaços plurais a partir dos modos de vida

“[...] Aqui é tudo misturado, é a agricultura e o mar, não tem nada dividido não [...]”
(Agricultora, rendeira e assentada de 51 anos).

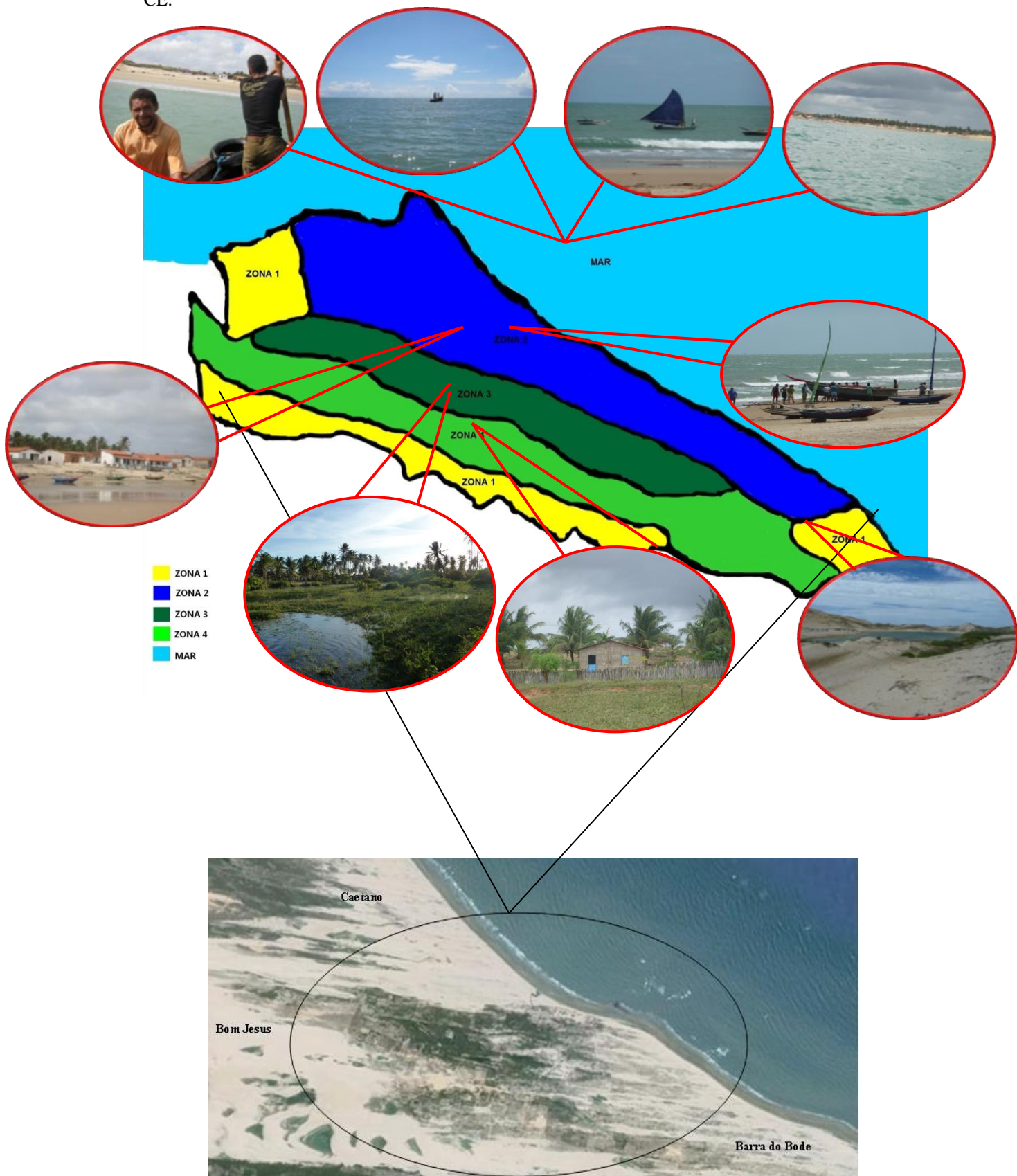
O trecho desta fala faz que se pense em um lugar onde os recursos naturais marinhos se amalgamam aos terrestres com base nas formas como são utilizados pelos sujeitos, compondo uma paisagem que responde a relação das pessoas com o espaço numa dinâmica de interação.

Sendo estas relações acontecidas no Campo, torna-se essencial compreender como a paisagem rural é constituída e transformada ao longo do tempo. Assim na comunidade Apiques, buscou-se perceber este processo com a elaboração do Zoneamento denominado de Agroecossistêmico e Social, compreendendo a identificação e análise das relações entre práticas de pesca e agricultura com a paisagem rural e os modos de vida das famílias.

4.1.1 Zoneamento Agroecossistêmico e Social

Com a elaboração do Zoneamento (FIGURA 4) foram identificadas quatro zonas distintas, no tocante não somente às atividades realizadas, mas também as formas de sociabilidade, relação dos sujeitos com as zonas e os recursos naturais, além dos aspectos identitários ligados às práticas agrícolas promovidas pelas famílias.

Figura 4- Zoneamento Agroecossistêmico e Social da comunidade Apiques, Assentamento Maceió, Itapipoca-CE.



Fonte: Dados da pesquisa, CAJADO (2011; 2012).

Legenda:

Zona 1: Região de dunas, espaço de lazer e observação da paisagem local.

Zona 2: Zona litorânea, espaço construído a partir da reciprocidade.

Zona 3: Espaço de plantio de coqueiros e seus múltiplos significados.

Zona 4: Zona de uso social, quintais produtivos e partilha de saberes.

Apesar de o mar não está caracterizado com uma zona específica, não pode deixar de ser considerado na análise da paisagem rural, já que suas águas são cenários e testemunhas de histórias vividas, saberes aprendidos e repassados, momentos de alegria com a fartura da pesca e de tristeza pela saudade de casa.

[...] “Tem horas que eu sinto tanta saudade de casa, que vontade que vem, mas a gente não pode vim né? tem que esperar pela viagem de barco que vem um pouco devagar. Assim de tarde quanto o vento é forte a gente fica assim tão sozinho no mar, só aquelas duas pessoa, dois marinheiro, ou seja, se for quatro, sendo quatro ou três ainda aguenta, sendo dois vem àquela tristeza vendo? Aquela tristeza [...]”.
(Pescador não assentado de 27 anos).

O mar, na sua imensidão de incertezas banha a vida de homens, mulheres e crianças da comunidade Apiques com fé, coragem e felicidade, sentimentos que compõem seus modos de vida sendo percebidos a partir da fala dos sujeitos.

[...] “Com o mar, eu acho que é uma das coisas pra nós aqui melhor, é fonte de vida. Não se sinto mais feliz porque não trabalho como trabalhava de primeiro, se eu pudesse pra mim o mar é tudo [...]” (Pescador-agricultor e assentado de 52 anos).

[...] “Eu só paro de pescar, quando eu tiver, não sei nem quantos anos não, até quando aguentar, gosto de pescar, quando passo uma semana no seco, fico esquisitossi [...]” (Pescador não assentado de 27 anos).

[...] “O pessoal diz fulano lá num tem fé, mas todo pescador tem fé, porque a pessoa que vai pro mar em rima, bem disser numa casca de melancia, num tem segurança a nada, a defesa é desce pra baixo, só pode ter fé [...]” (Pescador-agricultor e assentado de 44 anos).

[...] “Os menino já falam em pescar, eu digo não neném é pra tu ser um professor, um médico, não, quero pescar, quero pescar. Pelo gosto deles já iam mais o pai pro mar, querem anzol, querem linha, só fala em pescar, quando crescer querem ser pescador[...]” (Agricultora não assentada de 36 anos).

[...] “Eu me sinto pescador, porque eu sou pescador, eu comu da minha pesca e sobrevivo dela sim! [...]” (Pescador não assentado de 32 anos).

Figura 5a - Pescador-agricultor e assentado mostrando os frutos da pescaria



Fonte: Dados da pesquisa, CAJADO (2011; 2012).

Figura 5b: Pescadores despescando rede de espera.



Fonte: Dados da pesquisa, CAJADO (2011; 2012).

Diegues (2003) coloca que o mar é considerado uma entidade viva por inúmeras populações marítimas que mantêm com ele um contato estreito e dele retiram sua subsistência. Acrescenta que, essas populações humanas têm uma percepção complexa do meio marinho e seus fenômenos naturais.

Deste modo amplia-se a compreensão da pesca artesanal para além das questões produtivas, já que é responsável por 45% da produção de pescado no Brasil (BRASIL, 2011), reconhecendo-a como modo de vida, mantenedora da cultura, dos saberes das populações que vivem nas regiões costeiras, permitindo ser percebida em suas múltiplas funções não apenas para as famílias destas regiões, mas para toda uma sociedade que dela se beneficia material ou simbolicamente (CAJADO *et. al.*, 2012).

Conforme se referem Carneiro e Maluf (2005), ao privilegiar a família em suas complexas relações com a sociedade, a noção da multifuncionalidade inclui a análise de certos fenômenos que se inscrevem em diferentes domínios do universo social e que, normalmente, não são levados em consideração pelas análises econômicas dominantes.

No entanto a vida destes sujeitos não se inscreve apenas no mar, mas também se faz *no seco*, e com as mesmas mãos que laçaram e puxaram as redes de pesca, trabalham a terra e assim como no mar, não sozinhos, mas com a família, que se amplia através das relações de reciprocidade. Desta forma com base na pluralidade dos sujeitos os espaços vão sendo configurados.

ZONA 1 : Região de dunas, espaço de lazer e observação da paisagem local.

A conformação geográfica do Apiques está diretamente relacionada com esta zona, já que as dunas contornam toda a comunidade delimitando e configurando assim os espaços de práticas agrícolas e ocupação.

Esta zona representa um espaço de interação dos sujeitos e natureza, por intermédio de brincadeiras das crianças nos *morros*, da observação da paisagem da comunidade, dos banhos nas lagoas que se formam com a chuva e das histórias que permeiam o imaginário dos moradores (as) da comunidade como a história do morro do baú.

[...] “Tu já ouviu falar da história do morro do baú? É uma história interessante desse morro ali. Era um morro mesmo como fosse uma casa bonita! Daqui a gente via a coisa mais linda do mundo, era bem alto, da altura desse coqueiro pra mais, uma largura, uma coisa imensa, vinha gente de longe pá vê esse morro do baú. Quando foi uns tempos a negada começo a sonhar, vê as coisa lá, via cavalo ,tinha gente que achava moeda de ouro, aí começo. Aí tinha um homem aculá que disse que sonhou que ele vinha de uma lugar aí, aí passou lá no morro aí disse que tinha um cavalo celado bem pertinho do morro, disse que amontou-se nesse cavalo, mas no sonho sabe? , aí ele andou, andou, arruiu o morro, quando chegou pro lado

Figura 6: Dunas e lagoas que formam a Zona 1.



Fonte: Dados da pesquisa, CAJADO (2011; 2012).

disse que o morro abriu-se uma porta aí disse que o cavalo parou bem na porta, ele olhou pra dentro e disse que era a coisa mais linda do mundo! , só ouro , cordão, colarão, por dentro do morro só ouro, só aquele amarelão de ouro. Outras pessoa, um bocado de gente sonhava, aí quando foi de certos tempo pra cá esse morro se acabando, esse morro se acabando, dentro de dois ano ficou desse jeito. Aí dizem, o pessoal diz que desencataram o morro. Aí tem muita conversa, eu sei que alguma coisa tinha, porque acabou de repente, tem um monte de morrão por aí nunca se acabou , só ele que acabou [...]" (Pescador-agricultor e assentado de 56 anos).

Figura 7^a - Crianças brincando de desenhar nas dunas.



Fonte: Imagem cedida pela pesquisadora CAMURÇA²⁰ (2012).

Figura 7b - Crianças brincando nas dunas.



Fonte: Imagem cedida pela pesquisadora CAMURÇA (2012).

Ao desenvolver pesquisa de mestrado no Assentamento Maceió, Rodrigues também se refere à história contada do morro do baú, fazendo a relação desta com a representação de interferências externa.

É considerando que o espaço incorpora valores imaginados como valores dominantes que se torna imprescindível, resgatar rituais e histórias próprias do Assentamento Maceió. Histórias como a do *morro do baú*, colocam em cena personagens que interferiram naquele espaço e proporcionam o entendimento de algumas práticas que desencadearam algumas transformações no lugar. (2000, p.32).

Com relação à paisagem rural, esta zona contribui para percepção dela pelos sujeitos, reconhecendo o espaço de forma integrada com suas relações de sociabilidade na comunidade, incluindo-se nele, dando a paisagem rural um caráter de espaço vivo, de reprodução social.

[...] “Acho a comunidade bonita e organizada, porque tudo mundo aqui são gente boa, ninguém vê falar de coisa diferente, coisa assim de mal, também é unido, eu

²⁰ Andrea Machado Camurça realiza pesquisa de mestrado também no Assentamento Maceió, na comunidade Bom Jesus.

acho bonito a comunidade assim. Acho bonito o jeito dela, não tinha esse tanto de coqueiro, o assentamento tá crescendo, gerando coisa melhor. Terra bonita é aculá, pra bando do morro aqui, alí tem uns alto bonito, são tudo doido por esse chão aqui [...]” (Pescador e não assentado de 27 anos).

[...] “Pra mim a paisagem me representa uma grande coisa né? É uma grande porque assim, a paisagem significa uma obra da natureza e eu também sou uma obra da natureza me juntando com a paisagem eu me sinto muito feliz em saber que a paisagem é coisa de Deus e eu sou também coisa de Deus [...]” (Agricultora e assentada de 50 anos).

[...] “Eu acho nossa comunidade bonita, você olha alí do alto, vê as coisa mais bonita, tranquila. Aqui é tudo uma família só, é parente, é sobri, é cumpade, é irmão” [...] (Pescador-agricultor e assentado de 44 anos).

Figura 8 - Paisagens vista de cima das dunas, Zona 1.



Fonte: Dados da pesquisa, CAJADO (2011; 2012).

Figura 9 - Por do sol apreciado da Zona 1.



Fonte: Imagem cedida pelo pesquisador SOARES (2012).

Conforme Diegues (2001) as comunidades tradicionais têm uma representação simbólica dos espaços que lhes fornecem os meios de subsistência, os meios de trabalho e produção e os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, isto é, os que compõem a estrutura de uma sociedade (relações de parentesco etc.).

ZONA 2: Zona litorânea, espaço construído pelas relações de reciprocidade

No tocante à relevância econômica, esta zona se mostra como espaço de comercialização do pescado, tendo como principal comprador uma só pessoa, comumente chamada de atravessador, mas na comunidade é conhecido por machante²¹. Pela condição de único comprador dita os preços a serem pagos pela produção caracterizando o tipo de mercado Monopsônio.

A relação que se configura entre pescadores e machante pode ser compreendida como forma de reciprocidade, visto que esta figura não é apenas a pessoa que compra a

²¹ Denominação dada à pessoa que centraliza o poder de compra do pescado, bem como quem fornece parte dos insumos para a pescaria, como isca e gelo.

produção de pescado, mas é um parente, um compadre, um amigo que nas horas difíceis, vende um pão para ser pago depois.

Para Sabourin (2011), do ponto de vista econômico, a reciprocidade constitui, não somente uma categoria econômica diferente da troca mercantil, mas um princípio econômico oposto ao da troca ou mesmo antagonista da troca.

O autor ainda assinala que a reciprocidade é reversível e é objeto de tensão: a ação recíproca é a influência que cada um exerce sobre o outro. As relações são compostas ao mesmo tempo por pontes que unem os indivíduos entre eles e por forças que os separam.

A reflexão de Sabourin (2011) contribui para a análise da relação entre pescadores e machante, já que pressupõem ao mesmo tempo em que, esta relação envolve laços de afeto e parentesco, também envolve relações de poder, aparentemente invisíveis, mas que condicionam a posição dos sujeitos nesta relação.

A reciprocidade faz parte do cotidiano desta zona, revelando elementos incomensuráveis que estruturam as relações sociais da pesca artesanal invisibilizadas pelos métodos econômicos vigentes. Podemos perceber a partir das falas dos pescadores-agricultores:

[...] “O pescador muitas vezes chega do mar, com uma rumada de peixe, que vem lá de fora, aí só vende mesmo pro machante, o resto a gente dá aos amigos. Pescador vai comprar peixe”! [...] (Pescador-Agricultor de 44 anos)

[...] “Aqui uma embarcação chega do mar, aqueles pescadores que tã ali ao redor todo mundo leva um almoço de peixe, se num tiverem andando pro mar pescando também, quem tá ali na hora leva um almoço de peixe de graça, tira pra um tira pra outros e assim né? tendo aquela vizinhança né ? E fora daqui, na cidade num tem quem dê nada a ninguém né ? Se a pessoa tive dinheiro pra comprar, compra se num tive né ? Aqui as pessoa passa tendo dinheiro e num tendo dinheiro também. Porque se hoje num tive nenhum tustão, vô na praia, tive uma canoa chegando trago um almoço de peixe uma janta de peixe sem pagar nada . Aqui as pessoa são solidária. Aqui tem essa vizinhança”[...] (Pescador-Agricultor e assentado de 56 anos).

As formas de reciprocidade que se inscrevem nesta Zona relacionadas à prática da pesca artesanal reafirmam sua análise sob a ótica da multifuncionalidade, visto que, a reciprocidade está relacionada com a manutenção do tecido social e cultural dos povos do Campo e suas formas sociabilidade.

Sabourin (2011) ao escrever sobre a organização camponesa e estruturas de reciprocidade a partir de suas experiências na África e na América Latina ressalta que, nas relações de reciprocidade há a criação de valores humanos em torno das produções materiais que produzem e reproduzem, além de valores imateriais de uso, valores de amizade e confiança.

Em seus estudos na área de Antropologia Social, Firth (1974) pontua no que ele denomina de pequenas comunidades, que as pessoas possuem sistemas de troca internos elaborados, que preenchem mais as finalidades sociais do que as diretamente econômicas.

A Zona 2 também é cenário das práticas baseadas no “saber fazer” dos sujeitos que produzem e consertam suas artes de pesca, mostrando domínio de técnicas aprendidas e repassadas ao sabor dos anos de suas experiências.

[...] “Eu aprendi a fazer o manzuá sem ninguém me ensina, só olhando os outro fazer eu aprendi, o meu tio ali fazia, aí eu vi ele fazendo, aí olhando eu aprendi . Só a gente vê um bicho desse aqui feito (manzuá). Taí se eu vesse um bicho desse aqui feito, só olhando aí a gente aprendi. Sei fazer caçoeira, sei fazer tarrafa, sei fazer tudo, aprendi só olhando. A gente se botando a fazer a gente faz, num aprende quem num se bota[...] (Pescador não assentado de 29 anos).

As práticas baseadas no “saber fazer” nos remetem a percebê-las como componentes da identidade social desses sujeitos que através da convivência socializam seus saberes de forma a manter uma coesão social.

[...] “Aqui as pessoas tudo ensina uns aos outros. A comunidade é uma só família”
[...] (Pescador-agricultor e não assentado de 29 anos).

Para Firth, esta coesão social é elemento estruturante na vida em comunidade:

O termo comunidade enfatiza o comportamento espaço-temporal, o aspecto da vida em conjunto. Implica o reconhecimento derivado da experiência e da observação, de que é preciso haver condições mínimas de concordância quanto aos objetivos comuns, e, inevitavelmente, algumas maneiras comuns de se comportar, pensar e sentir. (1974, p.45).

A respeito do termo comunidade, Sabourin (2011) expressa que, etimologicamente, a palavra comunidade deriva de comunal, que corresponde ao estado ou caráter do que é comum. Embora existam várias categorias de comunidades, o termo geralmente está relacionado com comunidades humanas, seja no sentido histórico ou sociológico, logo o uso deste termo exprime uma noção de valores comuns e, principalmente, de solidariedade.

É na Zona 2 que os (as) moradores (as) não só do Apiques, mas de outras comunidades do Assentamento, como Bom Jesus e Maceió, enquanto pescadores e marisqueiras se reúnem para discutir assuntos relacionados à colônia de pescadores. As reuniões acontecem na Capatazia Francisco de Assis Matias²² sempre que julgado necessário.

Aos domingos a Zona 2 se torna espaço de lazer. O banho de mar, futebol na praia, jogo de sinuca e, de forma esporádica, serestas e bingos que são geralmente promovidos

²² Sub colônia pertencente à colônia de pescadores da praia da Baleia, em Amontada-CE.

pela Rede de Solidariedade Jovens em Ação²³, a fim de arrecadar recursos financeiros para a construção de sua sede na comunidade. Configuram momentos de descontração compartilhados pelos moradores (as) do Assentamento com um todo.

Contrastando, porém, com o sentimento de alegria que estes momentos propiciam esta Zona também é símbolo de tristeza e saudades dos entes queridos, já que o cemitério da comunidade se localiza na praia em frente ao mar. O local foi escolhido pelos moradores.

A morte é um fenômeno que naturalmente transforma o cotidiano das famílias na comunidade: os pescadores não vão ao mar, a escola local suspende suas aulas e todas e todas compartilham do momento, pois direta ou indiretamente as famílias são todas parentes.

Figura 10- Imagens que retratam a diversidade de atividades realizadas na Zona 2.



Fonte: Dados da pesquisa, CAJADO (2011; 2012).

ZONA 3: Plantio de coqueiros e seus múltiplos significados

Esta Zona é caracterizada pela vasta quantidade de coqueiros, havendo poucas casas em relação à Zona 2 e a Zona 4, sendo esta de maior concentração de residências.

Apesar deste espaço, quando observado da Zona 1, se assemelhar a uma floresta, pelo seu intenso verde, são verificados plantios consorciados de milho e feijão principalmente na época do verão, pois esta zona também se caracteriza por sua umidade e formação de lagoas no período chuvoso que, com a chegada do verão, se tornam espaços de solos favoráveis ao plantio.

²³ Organização não governamental que surgiu em 2008 a partir do grupo de jovens denominado Jovens em Ação. Atuam não só no Assentamento, mas em localidades vizinhas com palestras, oficinas e teatro que tratam dos temas: família, gravidez na adolescência, drogas e doenças sexualmente transmissíveis.

Isto pressupõe uma complexa relação entre das famílias com os recursos naturais e o espaço rural no processo de composição e transformação deste espaço em território construído reafirmando a caráter multifuncional que advém das atividades agrícolas familiares. Como traz Diegues:

Essa representação simbólica do cíclico, de que tudo no cosmo nasce, morre, renasce é forte nas sociedades primitivas, mas está presente também nas comunidades tradicionais de pequenos agricultores itinerantes, de pescadores e coletores que ainda vivem ao sabor dos ciclos naturais e num complexo calendário agrícola ou pesqueiro. Há o tempo para fazer a coivara, preparar a terra, semear, capinar e colher, como também há o tempo de se esperar as espécies de peixes migratórios, como a tainha. Uma vez terminado esse ciclo, ele recomeçará no período seguinte. Em muitas dessas comunidades, essas atividades são comandadas por sinais, como o aparecimento de uma lua determinada, da chuva etc. Esses "tempos" são muitas vezes celebrados por festividades que marcam o início ou o fim de determinada safra ou colheita. (2001, p. 34).

O grupo de pesquisa sobre multifuncionalidade do Espírito Santo representado por Saldanha, Antongiovanni e Scarim situa a relação dos sujeitos do Campo com a natureza:

Para a agricultura familiar, seja de base comunitária (quilombos, indígenas) ou unidade familiar (pequenos agricultores) em áreas de assentamentos de reforma agrária (assentados), seja a população ribeirinha ou de pescadores, a natureza, embora seja um recurso para vida, é vista muito mais como abrigo, já que a própria vida se desenrola naquele território, e ele não apenas é um território do qual outros retiram produtos. (2009, p. 142).

No tocante a questões econômicas, esta Zona apresenta extrema relevância, já que os coqueiros funcionam como uma “poupança viva” e fonte de renda, onde as famílias realizam em média quatro derrubadas de cocos por ano para a comercialização, que por sua vez são vendidos para atravessadores. Deste modo, os filhos são aconselhados pelos pais a plantar coqueiros, pois representam uma segura fonte de renda, como acentua o pescador-agricultor e não assentado de 29 anos:

[...] “Os coqueiros são uma segurança, facilitam muito e não dão muito trabalho pra cuidar. No final do ano são vendido de 0,50 centavos de 0,70 centavos” [...].

Ampliando a percepção sobre esta Zona, outras leituras podem ser feitas com suporte na tradição de plantar coqueiros, como a relação do coco com a cultura alimentar local, sendo característico o uso deste fruto na culinária das famílias, estando presente na tapioca com coco peixe assado, no peixe cozido ao leite de coco e na cambica²⁴ de batata, ou seja, o coco é símbolo de um modo alimentar, que por sua vez, suscita as raízes indígenas das famílias do Apiques.

²⁴ Consiste numa comida típica do Assentamento que é preparada com : batata doce cozida misturada com leite de coco formando uma espécie de mingau.

[...] “Aqui tudo em quanto tem que ter coco, o peixe tem que ter coco, quase todos os dias a gente usa coco aqui, é o costume do povo”. [...] “Eu digo que vem dos índios, porque vi na televisão, eles pega a tapioca e enrola com peixe e comi que nem um sanduiche, que nem nós faz aqui, os indiozinhos comem, aí eu digo: quer saber que nosso costume herdamos foi dos índios, desde que nasci tem esse costume aqui” [...] (Agricultora não assentada de 36 anos).

É importante ressaltar que não é utilizado nenhum fertilizante químico ou agrotóxico no plantio dos coqueiros, sendo utilizados apenas adubos de origem animal e as próprias palhas dos coqueiros, assim como as folhas que caem de outras plantas, como cajueiros e bananeiras, caracterizando a produção de um alimento limpo e saudável que contribui para a conservação de toda riqueza biológica e hídrica do solo, apontando mais uma vez o caráter multifuncional oriundo das atividades agrícolas familiares.

Corroborando esta afirmação Carneiro e Maluf (2005) trazem que a multifuncionalidade ao romper com a abordagem territorial clássica, que privilegia centralmente a lógica econômica, induz uma visão mais integradora na análise do papel da agricultura e da participação das famílias rurais na sociedade local, recuperando uma característica comum ao campesinato: a valorização da prática agrícola como expressão de um modo de vida.

Acrescenta ainda Maluf (2001), que, além de sua função primária de ofertar alimentos e fibras, a multifuncionalidade da atividade agrícola de caráter familiar pode também moldar a paisagem, prover benefícios ambientais, como conservação do solo, manejo sustentável dos recursos naturais e preservação da biodiversidade, e contribuir para a viabilidade de muitas áreas rurais.

Figura 11 - Imagens que retratam a relação da Zona 3 com os sistemas de cultivo milho e feijão consociado.



Fonte: Dados da pesquisa, CAJADO (2011;2012).

Esta Zona também interage com sistemas de produção realizados em outras zonas, como sistema de criação e o sistema de extrativismo pesca.

Com relação ao sistema de extrativismo pesca, os pescadores mais velhos, antigamente, em razão da dificuldade de acesso à compra da isca, utilizavam o coco para atrair as lagostas. Contudo este costume foi passado para os pescadores mais jovens, que tendo em vista o preço médio da isca de 2,00 R\$/Kg, optam por utilizar o coco que atualmente

está sendo vendido por um preço considerado baixo pelos moradores do Apiques (R\$ 0,20 centavos cada).

Utilizando o coco como isca, um recurso abundante na comunidade, além internalizar os custos da produção, reduz a dependência de insumos externos, otimizando o subsistema de plantio de coqueiros e o subsistema pesca de lagosta, possibilitando ainda que a parte da lagosta que não é vendida, a cabeça, seja consumida pelas famílias.

[...] “A isca de coco²⁵ pega igual às outra. Agora que coco tá barato pode levar é muito. Às vezes a gente comi a cabeça da lagosta, aí sendo coco a isca, a bicha fica boa comendo o coco, já com o couro a cabeça fica podre da isca, a cabeça num fica bem boa, porque ela comi né? Sendo isca com coco a cabecinha fica boa aí a gente comi”. [...] “A gente aprendeu com pescador mais velhos” [...] (Pescador-agricultor e assentado de 40 anos).

O subsistema de cultivo de coqueiros também apresenta relações de sinergia com o sistema de criação, que se configuram na mesma lógica da relação com o subsistema de extrativismo de lagosta, pois, com o período de estiagem a produção de milho das famílias foi afetada, refletindo também no aumento do preço de mercado deste produto, assim as famílias usam coco para alimentar as aves.

[...] “É melhor dá coco pras galinha, pelo preço que tá o coco compensa, o milho tá caro” [...] (Pescador não assentado de 40 anos).

Estas práticas revelam a capacidade dos sujeitos de (re) criarem seu território partindo do seu cotidiano e em resposta as variações externas a este território, onde na lógica da racionalidade camponesa usam os recursos pelo seu valor de uso e não de troca como na lógica capitalista.

Sobre a racionalidade camponesa e capacidade dos sujeitos de responderem a variações externas ao seu território Carvalho se posiciona:

A racionalidade camponesa tem sofrido mudanças nas interações que estabelece com as concepções de mundo, com a produção científica e tecnológica e com as práticas culturais hegemônicas das sociedades capitalistas. As mudanças provocadas por tais interações apresentam graus de intensidade distintos, sendo que as inovações geradas pelos setores dominantes adaptadas ou reelaboradas pelos próprios camponeses no sentido de se readequarem à sua racionalidade. (2005, p.171)

²⁵ Segundo os pescadores, o coco libera um óleo que atraí as lagostas para dentro do manzuá, além de ter uma maior duração como isca em relação a outros tipos como couro de galinha e cabeça de peixe.

Figura 12 - Imagens que retratam a Zona 3.



Fonte: Dados da pesquisa, CAJADO (2011; 2012).

ZONA 4 : Zona de uso social, quintais produtivos e partilha de saberes

Por concentrar o maior número de residências é nesta Zona que são encontrados também o maior número de espaços de uso social, sendo representados pelo Salão Comunitário, Escola de Educação Básica Vera Lúcia Teixeira, o Comércio Comunitário, a Casa de Farinha e os dois campos de futebol.

No Salão Comunitário é onde acontecem as celebrações católicas semanais, reuniões dos grupos da comunidade como grupo de jovens e o grupo de rendeiras Mulheres em Ação, além dos grupos referentes à formação católica como catecismo e crisma. Este espaço é compartilhado pela maioria das famílias, pois a religião predominante é a católica, sendo esta religião intrínseca na luta pela terra em todo o Assentamento Maceió.

A Escola de Educação Básica Vera Lúcia Teixeira, fundada em 1997, representa uma conquista muito importante da comunidade, já que antes, as crianças estudavam em classes multisseriadas em condições precárias.

A Escola apresenta uma boa estrutura, salas confortáveis, brinquedoteca e laboratório de informática, onde as crianças que estudam em um turno realizam outra atividade em um desses espaços no outro turno.

No tocante à merenda escolar, problemas frequentes são identificados, tanto em relação à irregularidade do recebimento quanto à origem dos alimentos, pois além de muitas vezes as crianças ficarem sem poder exercer o direito a se alimentarem na escola pela falta de alimentos, estes deixaram de ser adquiridos via Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por falta de pagamento da prefeitura de Itapipoca as famílias agricultoras inseridas no programa, mostrando uma falha a nível municipal, do PNAE que deve ser analisada e corrigida.

Com a implantação da horta escolar coletiva, porém, iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), juntamente com as mães de alunos e alunas da escola

vêm na perspectiva de contribuir com a produção de hortaliças e legumes para a merenda escolar, sendo em sistema de revezamento que as mães dividem os cuidados com a horta.

A escola também se faz importante na geração de emprego e renda não agrícola, já que os cargos de serviços gerais, vigilância bem como um percentual de 20% do quadro de docentes é constituído por moradores e moradoras na comunidade. Porém este quadro poderia ser ampliado, já que existem pessoas capacitadas na comunidade para isto, mas por questões de ordem externa ao Assentamento, como indicações pela prefeitura de Itapipoca acabam por afetar as oportunidades de trabalhos não agrícolas que, por sua vez, já se encontram reduzidas no Assentamento de forma geral.

Nesta Zona, o Comércio Comunitário é administrado por um grupo de mulheres, porém nem sempre foi desta maneira. Em 1997 quando o comércio foi fundado por meio de financiamento realizado pela Cooperativa do Assentamento Imóvel Maceió (COPAIM) era administrado pelos jovens do Apiques na época, passando posteriormente para a administração de um grupo de homens, que também não obtiveram êxito. Assim, desde 2006 a *bodeguinha* é administrada por um grupo de seis mulheres, que além de prestarem um serviço importante para a comunidade, contribuem através de uma atividade não agrícola para a melhoria da renda familiar.

A escola e o Comércio Comunitário são espaços que proporcionam o fenômeno da pluriatividade. Segundo Schneider (2003), o fenômeno da pluriatividade se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. A emergência da pluriatividade ocorre em situações em que os membros que compõem as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não agrícolas.

A Zona 4 também se caracteriza por ser um espaço de lazer para a comunidade, que com os pés na areia, entre dunas e coqueiros praticam o esporte mais popular do Brasil, o futebol, onde são observados dois campos de futebol, um localizado no Apiques de baixo²⁶ mais próximo dos espaços de uso coletivo da comunidade, e outro no Apiques de cima,²⁷ próximo à Zona 2.

²⁶ Termo utilizado pelos (as) moradores (as) do Apiques relacionando a localização da comunidade com a posição do sol, onde Apiques de baixo está relacionado com a posição do pôr do sol.

²⁷ Termo relacionado com o nascer do Sol na praia.

Figura13- A- Escola de Ensino Básico Vera Lúcia Teixeira; B- Comércio protagonizado por um grupo de mulheres; C- Campo de futebol do Apiques de Baixo.



Fonte: Dados da pesquisa, CAJADO (2011; 2012).

A Casa de Farinha é um importante espaço de manifestação de cooperação e preservação da cultura alimentar e do modo artesanal de fazer farinha. Os dias de farinhada se assemelham a dias de festa, representam fartura e partilha de alimentos e trabalho, entre gênero e gerações, onde a experiência é respeitada e valorizada: [...] “a mãe com 80 anos rapa mandioca como ninguém e num reclama de cansada” [...] (Agricultora, marisqueira, rendeira e assentada de 46 anos).

Firth (1974) chama atenção dos espaços de cooperação para os grupos primários os definindo como unidades de pequena escala sendo famílias, grupos de trabalho, grupos de vizinhança, cujos membros mantêm um contato pessoal estreito na vida diária, acrescentando que tais grupos são primários no sentido de que são os menores tipos de unidades cooperativas de uma sociedade.

Figura 14 - Imagens que retratam uma atividade tradicional realizada na Zona 4, a farinhada.



Fonte: Dados da pesquisa, CAJADO (2011; 2012).

Em relação ao modo compartilhado do trabalho e dos alimentos, Sabourin (2011) se refere à gestão dos recursos naturais comuns e à produção e manutenção de equipamentos coletivos constituem uma forma de ajuda mútua ou de cooperação frequente nas comunidades camponesas e indígenas, configurando para a teoria da reciprocidade uma estrutura elementar de reciprocidade binária: o compartilhamento ou a partilha.

O fato desta Zona apresentar a maior concentração de casas, está diretamente relacionado com as relações de parentesco. Com o passar dos anos, os filhos vão se casando com filhas de assentados (as), que por sua vez já são parentes, como cunhados (as), tios (as), compadres e comadres, onde estes filhos (as) vão gerando seus filhos (as) e numa dinâmica natural o espaço rural vai sendo tecido como espaço de vida, produção e reprodução de modos de vida.

Assim os filhos (as) casados (as) vão construindo suas casas próximo às casas de seus pais, muitas vezes construindo seus cercados juntos, principalmente quando o jovem casal ainda não tem filhos em idade de contribuir com os trabalhos agrícolas dialogando com a teoria da Diferenciação Demográfica postulada por Chayanov que será tratada no tópico 4.2 da dissertação.

Há outra razão, no entanto, para este fenômeno, a condição de não assentado. Esta condição tende a direcionar os (as) filhos (as) para os espaços ocupados por seus pais, mesmo sendo relatado pelos moradores que os casais que vão se formando na comunidade podem construir suas casas e seus cercados sem problemas, indicando que o acesso à terra não é fator limitante para a reprodução social.

Figura 15 - Casas de não assentados próximas às casas de seus pais assentados.



Fonte: Dados da pesquisa, CAJADO (2011; 2012).

Além das relações de parentesco, a reciprocidade também contribui para a construção desta Zona, sendo representadas pelos verdes quintais no período de inverno, bem como na alimentação das famílias, pois as sementes usadas nos plantios são oriundas de troca entres os sujeitos da comunidade.

[...] “Aqui quando a gente vai pranta o feijão, os amigo tem uma semente dum jeito, o outro tem doutro. Quando eu quero semente deche jeito, daquele jeito, aí a gente arranja”.[...] “A gente pranta feijão, a gente comi e às vezes dá a um amigo, demos a

vários amigo feijão ano passado, comemos”[...] (Pescador não assentado de 27 anos).

Em virtude da maior concentração de famílias nesta Zona, esta se caracteriza também pela maior quantidade de quintais produtivos, que variam em relação à superfície de área utilizada de 0,5 a 6 ha, sendo esta variação relacionada à quantidade de unidade de trabalho familiar (UTF) já que para a realidade pesquisada sucita-se uma relação positiva entre produção e o consumo, relação esta discutida por Chayanov que será trazida no tópico 4.2.

Estes espaços são diversificados com plantio de milho e feijão de modo consorciado, podendo também ser consorciado com o cultivo da mandioca, porém o mais observado é o plantio da mandioca em sistema de rotação de culturas, além do plantio de batata, melancia, coqueiros, cajueiros, bananeiras, hortaliças e outras árvores frutíferas compondo boa parte da dieta das famílias.

Otimizando o espaço do quintal produtivo, também são criadas aves, que mantêm relações de sinergia tanto com os sistemas de cultivo quanto com outras zonas, como já foi apresentado na Zona 3.

Em pesquisas anteriores realizadas na comunidade, Cajado *el. at.* (2011), demonstram que estes subsistemas se combinam, muitas vezes no mesmo espaço otimizando a propriedade agrícola, diversificando a produção, ajudando na proteção do solo, minimizando os riscos de perdas, diferentemente da lógica capitalista, que tem como principal objetivo a maximização dos lucros. Acrescentam ainda a percepção da capacidade que as famílias possuem de internalizar as atividades no espaço agrícola, otimizando a unidade de produção familiar.

As sementes dos saberes também vão sendo cultivadas e disseminadas nestes espaços de forma intergeracional a partir do “saber fazer” adquiridos por gerações, bem como os saberes acumulados pela experiência, através da observação e contato com a natureza, como a tradição de produzir coloral de modo artesanal e os manejos e práticas sustentáveis realizados pelos sujeitos.

[...] “As mãe ensina as filhas, as filha ensina os outros filho e vem dos mais velhos dos mais antigos, aí uns vão aprendendo dos outros. Aqui só compra coloral porque querem, o bom é esse aqui” [...] (Agricultora, rendeira e assentada de 51 anos).

“[...] aqui no meu quintal eu não queimo nada, tudo eu aproveito, folha de cajueiro, mato, deixo aí, vira adubo [...]”. (Agricultora e assentada)

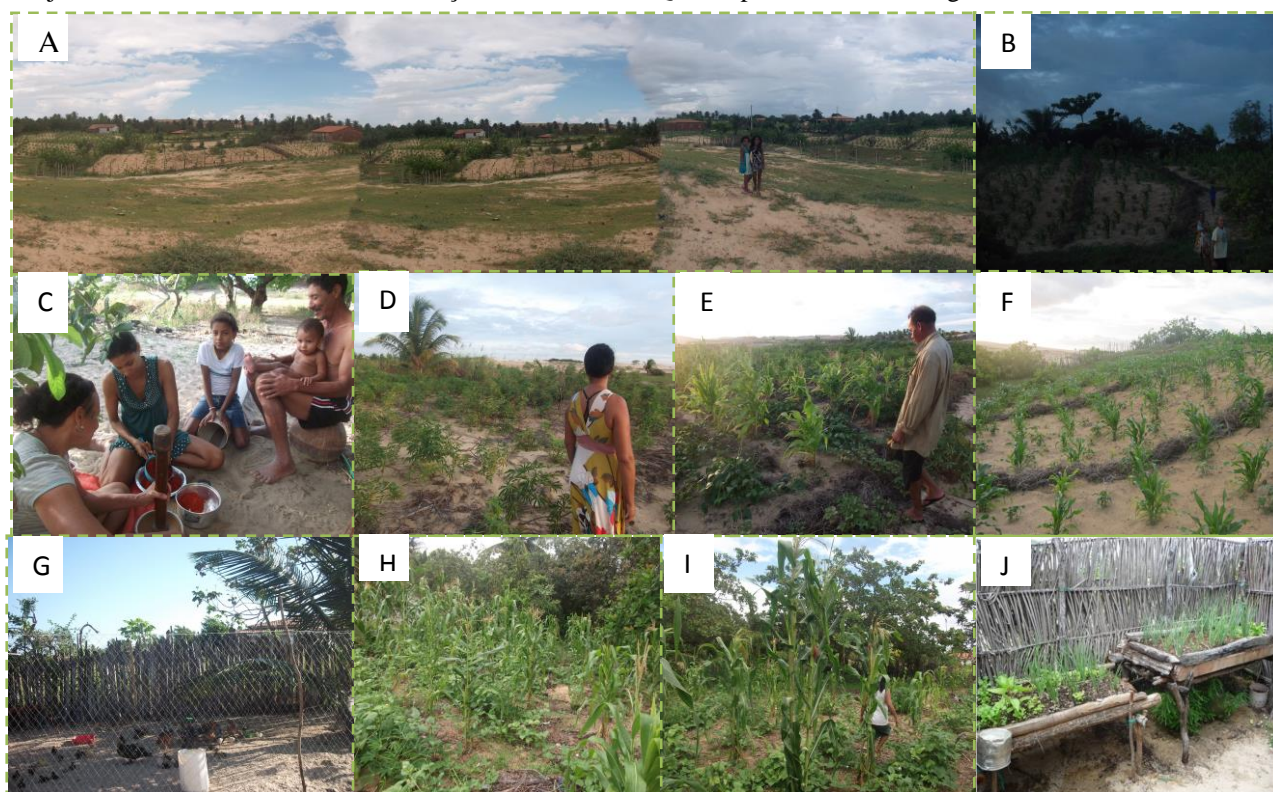
[...] “As lera²⁸ tanto serve pra modi o vento não judiar com as planta, como serve pra adubo quando vai apodrecendo. Se a gente é de fazer queimada, a gente faz os paredão aí vai apodrecendo” [...] (Pescador-agricultor e assentado de 40 anos)

[...] “Aqui eu num queimo, apodrece as lera em cima da terra dando sustância e protege dos vento”. [...] “Aprendi prestando atenção na natureza vai inventando é da certo” [...] (Pescador e não assentado de 40 anos).

[...] “A gente vai trabaiano e a terra vai se alimentando” [...] (Pescador-agricultor).

[...] “Com o tempo mesmo a gente tem que ir aprendendo né? trabaiano, a gente nunca aprende tudo, a gente sempre vai aprendendo com as coisas, com a natureza mesmo” [...] (Pescador-agricultor e assentado)

Figura16- A- Imagem panorâmica dos quintais produtivos; B- Cultivo consociado de milho e feijão entre as leras; C- Produção artesanal de coloral; D-Agricultora-marisqueira, rendeira e assentada admirando seu quintal produtivo; E- Agricultor-pescador e assentado caminhando em seu quintal produtivo; F- Visão de perfil do cultivo consociado de milho e feijão entra as leiras; G- Sistema de criação de aves; H e I- Quintal produtivo de uma agricultora e assentada; J- Hortas.



Fonte: Dados da pesquisa, CAJADO (2011/2012).

Em relação aos saberes dos sujeitos do Campo que são concebidos através da relação com a natureza e com os outros sujeitos, os quais são aprendidos, apreendidos, acumulados e repassados, Diegues (1983) propõem que formas de produção de conhecimento, que determinam modos específicos de apropriação da natureza, apresentam uma racionalidade própria, baseado em conjuntos de regras sociais. Por sua vez, as regras envolvem relações de

²⁸ São barreiras formadas galhos de plantas, folhas e palhas, constituindo uma espécie de compostagem, onde ao longo do ano vão apodrecendo servindo de adubo orgânico quando misturadas ao solo. Ver figura 16 item B e F.

produção, parentesco, representações simbólicas, mitos, costumes e são destinados a atingir objetivos, entre eles, a reprodução social.

Partindo do Zoneamento Agroecossistêmico e Social bem como das vozes anunciadas dos sujeitos, identifica-se o fato de que o espaço rural se desenha e redesenha a partir da pluralidade destes sujeitos, na perspectiva da construção de um território pluridentitário. Desta maneira, no tópico 4.1.2 pretendeu-se discutir a relação entre as identidades dos sujeitos a partir das suas atividades realizadas.

4.1.2 Quem são os sujeitos?

Compreendendo que esta pesquisa se estabelece em um Assentamento, logo se questiona: Quem são os sujeitos da pesquisa? São Assentados? Assentadas? Antes de se encontrarem nesta condição quem são estes sujeitos? Como se reconhecem?

Para compreensão de quem são os sujeitos que configuram a paisagem e o espaço rural, é necessário perceber o rural como um espaço de vida e como tal, múltiplo em seus modos e ser e de viver, sendo importante a ampliação do olhar sobre o Campo e a figura do camponês.

No âmbito da percepção de que o Campo é pluridentitário pela diversidade dos modos de vida que o constrói nasce então necessidade de (re) conhecê-lo, sendo esta representada pela luta por uma educação pensada pelas, com e para as pessoas do Campo. Surge assim a Educação do Campo.

Deste modo, pesquisar os povos do Campo partindo da sua multiplicidade de ser e viver incorre na necessidade mesmo que de forma breve, de trazer a Educação do Campo como ferramenta de reconhecimento desta diversidade.

Conforme traz Fernandes e Molina (2004), nessa Educação é pensado o campo e sua gente, seu modo de vida, de organização do trabalho e do espaço geográfico e de sua organização política e de suas identidades culturais, suas festas e seus conflitos, afirmando um dos seus princípios, onde os sujeitos da educação são sujeitos do campo: pequenos agricultores, quilombolas, indígenas, pescadores camponeses, assentados e reassentados, ribeirinhos, povos das florestas, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, bóias-frias.

Acrescenta ainda Fernandes (2006) que a Educação do Campo propõe a construção de conhecimento que procura contribuir com o desenvolvimento dos territórios materiais: Campo como espaço de vida, mostrando que essa educação tem na sua origem a

necessidade de reivindicar as práticas sociais, contra um processo perverso de uma forma hegemônica de globalização econômica, política e cultural.

A pesquisa aqui sistematizada, na forma de uma dissertação acadêmica, vem no sentido de compartilhar da lógica concebida por Molina e Fernandes nas citações acima, bem como representa a postura enquanto pesquisadora assumida no sentido de contribuir com a produção de um conhecimento construído ao encontro dos princípios²⁹ da Educação do Campo.

No livro Elementos de Organização Social no capítulo III intitulado de Mudança Social em Comunidades Camponesas, Firth chama atenção para a diversidade de sujeitos sociais que compõem o Campo, bem como suas formas plurais de inserção a partir das atividades realizadas e suas relações com os recursos naturais disponíveis.

Para nossa discussão fora do campo europeu, convém ampliar o sentido do termo camponês, a fim de abarcar outros tipos de pequenos produtores tais como o pescador ou o artesão rural, que participam do mesmo tipo de organização econômica simples e de vida em comunidade. Pode-se argumentar que existe quase tanta diferença entre os sistemas econômicos camponeses pastoril e de cultivo europeus, quanto entre um cultivador oriental e seu irmão pescador, que também pode de fato também ser um agricultor camponês durante parte do tempo. Uma pequena organização produtiva como essa, construída sobre o uso de, ou a relação estreita com, recursos primários. (1974, p.102).

Na comunidade Apiques, a identidade dos sujeitos se relaciona e é construída a partir de e com suas práticas, suas atividades, de modo a permitir se reconhecerem para além de uma categoria, razão que é negada quando é criada uma figura normativa dos sujeitos do Campo que restringe sua inserção na sociedade, definindo-o de forma homogênea e unilateral.

O conceito legal de agricultor familiar, previsto na Lei 11.326, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República em 24 de julho de 2006, considera como agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente os seguintes requisitos:

- I Não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais;
- II Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III Tenha renda da família originada predominantemente de atividades econômicas; vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

²⁹ Ver (CALDART, 2002).

Atendendo tais requisitos, inclui ainda “[...] silvicultores que cultivam florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; [...] aquiculturas que explorem reservatórios hídricos com suporte total de até 2 ha ou ocupem até 500 m³ de água quando a exploração se efetuar em tanques-rede; [...] extrativistas pescadores que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural excluindo os garimpeiros e faiscaadores” (BRASIL, 2006).

No que diz respeito ao pescador artesanal a lei 11.959 define de forma separada o conceito de pescador profissional do modo de pesca, ou seja, da natureza da pesca, onde de acordo com a presente lei, pescador profissional é a pessoa física, brasileira ou estrangeira residente no país que, licenciada pelo órgão público competente, exerce a pesca com fins comerciais, atendidos os critérios estabelecidos em legislação específica.

Quanto ao fato de ser artesanal, a lei define que artesanal é o tipo de pesca praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte (BRASIL, 2009).

Há, porém, realidades que acabam não sendo de fato cobertas, como na presente comunidade pesquisada, onde os sujeitos se inscrevem na sociedade de forma plural assumindo os dois papéis, duas funções e se identificando a partir deles.

[...] “Quem pergunta eu sempre digo, pra mim eu faço as duas coisas, é os dois lado. É tanto que eu até tenho feito esse questionamento, por que, que eles (governo) faz essa diferença, por que não pra modi existir essa diferença não. Se é trabalhador (agricultor) que pesque, que se tem direito a pescar, tem direito trabalhar pra sobreviver e aí eu me considero os dois lados. Até porque adiro o peixe pra cume e quando sobra alguma coisa aqui vendo servi, mas também comu o feijão, graças a Deus trabalho não tenho mais comprado. Tenho o meu feijão, tenho a minha batata doce, tenho a mandioca, eu tenho o coco que me servi tudo por diante que servi de ajuda. Se fosse só pra sobreviver da pesca, rapaz já tinha desistido. Eu faço parte dos dois lado e me considero os dois lado”[...] (Pescador-agricultor e assentado).

[...] “Pra mim mesmo, eu sou mais é reconhecido como pescador, por causa dos meus documento, sou sócio da colônia e aí vem nos meus documentos, qualquer canto que eu chego aí pega meus dados e tudo, aí sou só pescado. Só que é o caso que nós tamo falando, é agricultor e pescador, mas eu sou reconhecido como pescador, pelos documento que eu tenho, mas me sinto só pescador não! É agricultor também, que é as atividade que eu faço[...] (Pescador-agricultor e assentado de 37 anos).

[...] “Eu sou agricultor e pescador, porque desde pequeno o nosso sistema é esse mesmo, a criação de papai foi dessa maneira que tô lhe falando, agricultor e pescador, aí eu comecei a trabalhar mais ele, naqueles tempo pra traz” [...] (Pescador-agricultor e assentado de 44 anos).

[...] “Sou pescador e agricultor também, mas a agricultura é só para o consumo. Não dá para produzir muito e pescar ao mesmo tempo, aí como eu pesco mais e só para

complementar a pesca, porque tem o peixe, mas aí falta a farinha, a goma, o feijão, o milho, aí não dá para pegar o dinheiro da pesca e comprar a farinha, o feijão, o milho, então é um complemento”[...] (Pescador-agricultor e não assentado de 37 anos).

[...] “A gente vive aqui da agricultura e da pesca, no assentamento, da agricultura e da pesca, e da agricultura a gente planta o milho, feijão a mandioca aí tem também as fruticultura coqueiro, mangueira, goiabeira, bananeira, tem o caju isso tudo são complemento que agente faz para alimentação. E a pesca, o pessoal pesca pra ajudar na alimentação. Então a gente aqui não considera só pescador, só agricultor, aqui quase todas as famílias pesca e trabalha na agricultura então é um conjunto, que só sustenta a família se for ligado os dois, só da agricultura não dá, só pesca não dá” [...] (Agricultura, agente de saúde da comunidade e assentada).

[...] “Taí, cumpade Chico é pescador profissional, mas tá na casa de farinha né? na agricultura” [...] (Agricultora, rendeira, professora e assentada de 34 anos).

Ao problematizar sobre quem são os atuais camponeses Carvalho (2005), aponta a multiplicidade de viver e de ser dos camponeses e camponesas, correspondendo a culturas diversas, religiosidades, valores éticos e sociais diferenciados, forma de socialização variadas, identidades e autoidentidades distintas, relações múltiplas com os aparelhos de poder, aspirações e expectativas sociais diversas.

Na sábia interpretação de uma senhora assentada, ela faz menção à capacidade dos sujeitos de serem plurais como um dom, uma dádiva.

[...] “Ser pescador e agricultor é o dom que a gente nasce com ele, porque eles trabalha na roça, trabalha de foice, trabalha na enxada e trabalha no mar, que é o mais pesado e se sente feliz porque sabe fazer tudo isso” [...] (Agricultora e assentada de 75 anos).

No entanto, também há sujeitos que se reconhecem na prática de uma só atividade, se reconhecem como pescadores, mas relacionam a prática da agricultura a sua condição de existência que por sua vez está relacionado com os ciclos dos recursos naturais.

[...] “Eu me sinto as duas coisa (pescador e agricultor) que eu faço os dois lado, mas eu me sinto mais pescador, porque é mais de que eu vivo, mas todos os ano eu planto um pé de milho, um pé de roça. Deus me livre se fosse viver só da pesca!, eu crio um garrote, eu pranto uma rama de batata, um pau de roça, tudo eu faço e só um poquim, mas tudo eu faço” [...] (Pescador-agricultor e assentado de 56 anos).

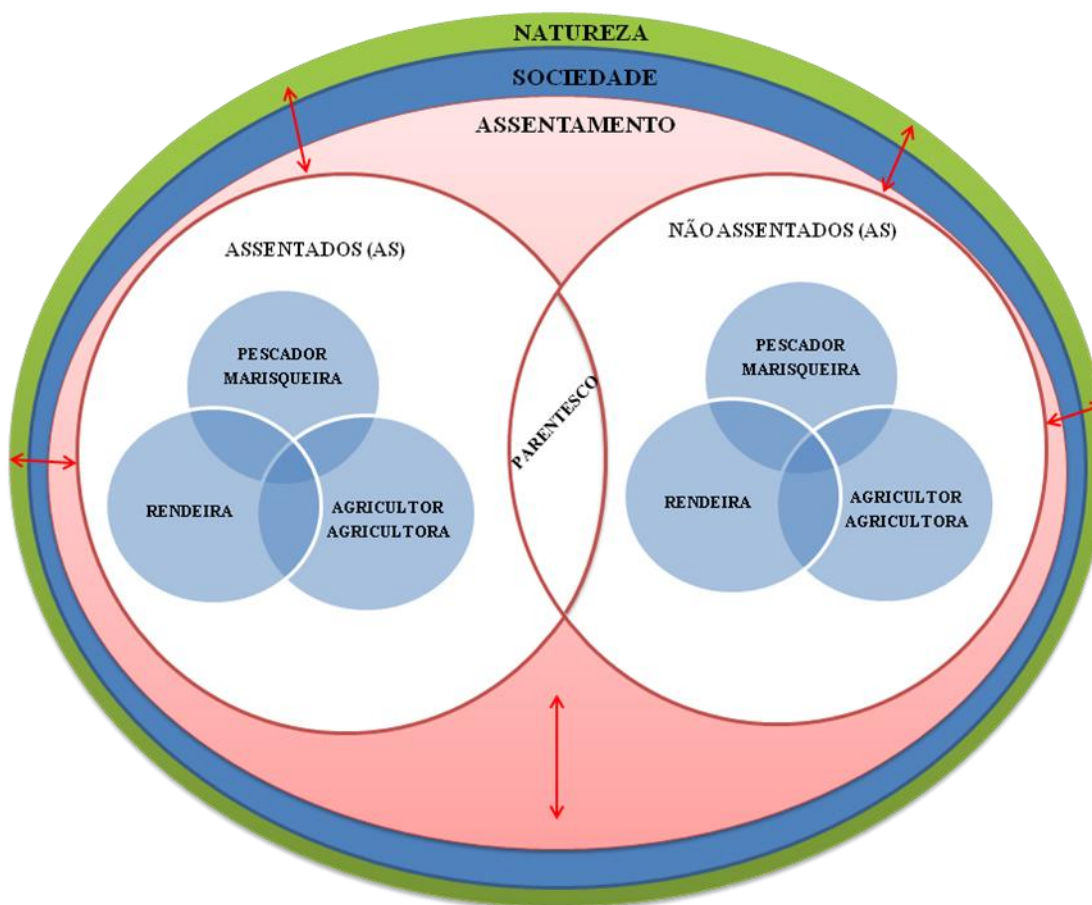
[...] “Me sinto feliz e tenho orgulho de ser pescador, eu acho bom pescar a profissão melhor que eu achei na minha vida foi de pescador. [...] Tempo mais chuvoso, de Janeiro em diante eu vô trabalhar na agricultura, planto um feijão, modi eu comer, planto uma batata modi eu comer mais minha família, de qualquer maneira a gente tem que se espetar. É! eu faço assim” [...] (Pescador e não assentado de 32 anos).

As vozes anunciadas revelam as relações de identidade como modos de vida, com a existência destes sujeitos a partir das interações com a natureza tornando possível e necessário o reconhecimento de suas múltiplas funções prestadas à sociedade de forma

material e imaterial que se pronunciam nas relações produtivas, sociais e simbólicas que se constroem entre natureza-sociedade-sujeitos.

Com efeito, foi elaborada uma figura no formato de um conjunto (FIGURA 17) na intenção de representar as relações de união e interseção, assim como as relações de sinergia entre as partes natureza-sociedade-sujeitos, simbolizando a multiplicidade de ser dos sujeitos do Campo.

Figura 17- Conjunto representativo das relações de união, interseção e de sinergia entre as partes natureza-sociedade-sujeitos.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, CAJADO (2012).

Assim, na compreensão da pluralidade dos sujeitos, foi discutido em Tecendo os caminhos da multifuncionalidade sobre a terra e o mar libertos, a origem e racionalidade dos sistemas de produção.

4.2: Tecendo os caminhos da multifuncionalidade sobre a terra e o mar libertos

[...] “Antes de ser Assentamento não tinha diversidade, nem tinha liberdade, o patrão dizia não plante! Não tire carteira, não é pra ser sócio de sindicato pra não me dá trabalho. Podia plantar, mas tinha que dá mais da metade pro patrão. Se ele desse dez coqueiro pra plantar no seu quintal cinco era dele, tinha pessoas que nem plantar

podia que ele num aceitava, o coqueiro era só dele, o gado era só dele. [...] “O roçado, plantava a roça, mas tinha que pagar a renda dele, embora você num ficasse pra comer, mas tinha que pagar o dele”[...] (Pescador-agricultor e assentado de 50 anos).

Discutir a origem e racionalidade dos sistemas de produção de caráter familiar sob a noção da multifuncionalidade para a realidade brasileira requer discutir o acesso à terra, pois as pesquisas realizadas nesta perspectiva no Brasil revelam ser este acesso a condição mínima para a reprodução socioeconômica das famílias rurais.

Por meio de pesquisas sobre a multifuncionalidade da agricultura familiar brasileira Carneiro e Maluf (2005) apontaram que para a agricultura desempenhar um papel na manutenção do tecido social das famílias rurais, algumas condições mínimas devem ser garantidas, como o acesso à terra, um local de moradia, condições à produção para o autoconsumo e acesso à fonte de renda complementar, no caso da renda agrícola ser insuficiente.

Então, para perceber a relação do acesso à terra com a origem e a racionalidade dos sistemas de produção realizados pelas famílias da comunidade Apiques, foi realizada uma Roda de Conversa no dia 5 de agosto de 2012 com os (as) moradores (as) contando com a participação total de 90 pessoas, sem contar as crianças, sendo 72,22% mulheres e 27,78% de homens, de faixa etária que contemplou a juventude, revelando uma inserção feminina maior neste espaço público, sendo válido ressaltar que a Roda de Conversa aconteceu no Salão Comunitário no dia e hora da tradicional celebração semanal por motivos já explicitados na metodologia.

Figura 18 - A, B e C- Exposição de fotos na recepção da Roda de Conversa; D- Painel expondo a diversidade encontrada na comunidade.



Fonte: Dados da pesquisa, CAJADO (2011; 2012).

Para iniciar a Roda de Conversa foi realizada uma dinâmica onde de forma voluntária e partir do painel montado no chão do Salão Comunitário simbolizando a diversidade de produtos e atividades, os sujeitos pensassem na sua realidade e completassem a frase: **“Quando eu penso no Apiques eu penso em”...**

A partir desta dinâmica os rumos de prosa foram enveredando pelos caminhos de (re) memória de luta pela terra, onde o tema da Roda de Conversa, **“Apiques ante e Apiques depois”**, foi se emalhando com a proposta da dinâmica.

[...] “Pois é, quando eu penso no Apiques eu me lembro de anos atrás eu me lembro do sofrimento das pessoas e do povo que dizia ser dono desse lugar maravilhoso, desse paraíso e num queriam deixar a gente trabalhar, hoje olhando esse painel me dá uma recordação boa e ruim. Primeiro a recordação no tempo da luta, antes que eu, outras pessoas que ainda tão aqui enfrentaram os avós, os pais e etc. Enfrentaram muita dificuldade represaria de patrão e etc. Aí quando começo a luta pra gente lutar, porque tava muito difícil, a gente tava proibido de comer a farinha porque num podia trabalhar, ninguém podia comer a tapioca à vontade porque o que produzia tinha que dá ao patrão, o peixe ainda num era proibido pescar o peixe, mas o nossa cultura era comer o peixe com a farinha e cadê a farinha? E também me traz a lembrança aqui, a água que aqui sempre foi a vontade, a água natural, mas se e gente não luta por esse paraíso ninguém tem a água, que a água é vida, aí vem as plantas né? que a gente cole os frutos e tudo isso sai da terra. A gente vê a cultura do povo, vê a caçoeira do trabalhador, dos pescadores, vê a enxada que pra gente conseguir esse feijão, essa farinha, esse milho, esse coco, tudo isso é preciso suar com essa enxada pra pude arranjar o pão de cada dia, aqui também tem um instrumento, outro instrumento de pesca, aqui tem o instrumento da mulher rendeira, hoje a gente se identifica muito com a história da renda mesmo não dando quase nada, mas é uma coisa cultural, e também uma coisa que me lembra muito, nesses momentos assim, é a primeira coisa que me lembro é da Nazaré³⁰, que já se foi nessa luta que ajudou a gente produzir isso aí, o Geraldo Capitulina” [...] (Agricultora, agente de saúde da comunidade e assentada).

[...] “Penso na luta que nós lutemo muito e graças a Deus hoje nós vive descasado dos patrão miserável que vivia aperreando nós, mas graças a Deus hoje nós vive numa boa, de primero os pobre fizesse um roçado, brocava, não direito no feijão, num direito do milho, na farinha, tomavam tudim eles (patrões) tomavam tudim e hoje o pobre se fizer esse tanto assim de farinha bota no seu saco e vai comer sossegado é patrazmente tinha isso?” [...] (Agricultora e assentada de 82 anos).

[...] “Antes nós não podia nem construir um salão pra se reunir, o que tinha era na Lagoa Grande os patrão derrubaram, antes as casas eram de palha, tinha as pulgas, a pulga tomava de conta (risos), quantas picada de pulga eu num levei, tinha o fogo na lamparina. A comida era só o pirão. e era pura aí. Tinha que dá dois por semana ao patrão, porque todas as terras ele diziam que dele, pá trabalhar tinha que pedir o padrão se ele desse tudo bem, se num desse, num trabalhava. Quando não dava a farinha e nem goma porque a terra era fraca, mas tinha que pagar a renda se num pagasse, fica devendo tinha que pagar no cabo da enxada, era desse jeito, uma situação. Tudo, a gente num tinha uma xícara, bebia os café numa xicrinha de barro, de quenga de coco” [...] (Agricultora, rendeira e assentada).

³⁰ Nazaré Flor, Mulher poetisa, assentada, marisqueira, professora, cantora e moradora da comunidade Apiques, Assentamento Maceió, símbolo de luta pela terra e pelos direitos das mulheres. Faleceu em Outubro de 2007 de câncer e é sempre lembrada pelos moradores e moradoras do assentamento como um ícone de luta pelo povo.

Sobre a importância de rememorar e contextualizar a história de luta pela terra com os processos de mudanças vividos no plano de comunidade, Rodrigues (2000) explica que, mesmo existindo uma identidade atribuída institucionalmente, no contexto das relações econômicas e políticas estabelecidas no cotidiano, prevalecem os interesses e a identidade construída internamente pelas várias comunidades, cada uma com sua denominação, história e particularidades.

As vozes pronunciadas relacionam o acesso à terra com a prática de uma agricultura familiar e uma pesca artesanal de caráter multifuncional como fator determinante, já que com a terra e o trabalho cativos, as famílias tinham ameaçadas:

- Sua segurança alimentar, logo toda a sociedade também é afetada neste quesito;
- Sua reprodução socioeconômica, pelo fato de serem obrigadas a pagar parte de sua produção ao patrão, a meia, mesmo quanto a produção fosse pequena, ficando às vezes com nada ou até mesmo tendo que pagar dias de trabalho no *cabo da enxada*.
- Sua relação com a paisagem rural, bem como a preservação e conservação dos recursos naturais, dadas pela forma de inserção dos sujeitos no espaço através do trabalho sob opressão, mesmo sendo evidente uma interação positiva dos sujeitos com os recursos naturais em outros momentos referentes às suas estratégias de vida.

Contudo no que diz respeito às relações de união dos sujeitos e ajuda mútua, relacionadas à manutenção do tecido social e cultural, estas mesmo em condições desfavoráveis eram preservadas, sendo determinantes inclusive na conquista da luta pela terra.

[...] “Quando a gente fala em Apiques eu lembro assim da nossa luta, eu sou mais nova na sempre do ti Lora e de outros aqui, mas eu também lutei e lembro da nossa união do tempo da luta e também da nossa comunicação quando a gente queria se reunir pra combinar alguma coisa a gente saía cochichando no ouvido de um e de outro quando era com pouco tava todo mundo junto pra combinar algumas coisa pra conversar”[...] (Agricultora-marisqueira, rendeira e assentada de 46 anos).

Em estudos em áreas de Assentamento em Santa Catarina Cardoso, Flexor e Maluf (2003) referenciam a terra como lugar de vivência, colocando que o acesso a terra, além de proporcionar um direito econômico e social fundamental, garante a homens e mulheres parâmetros e referências sociais que contribuem para estruturar, paralelamente aos seus costumes e tradições, o espaço de vivência do Assentamento.

Os autores acrescentam, ainda, que o acesso à terra é fundamental, na medida em que garante às famílias um meio de sustento e de inserção socioeconômica, além de ser uma forma de preservar sua identidade.

[...] “Nós não podia plantar um pé de coqueiro nesse assentamento, antes de ser assentamento porque era proibido, era proibido nós planta o coco, era proibido nós planta o caju. O que nós produzia, dava muito mais da metade do que nós produzia para o patrão, nós tamo com 27 de assentamento conquistado e nós tamo há 27 anos sem saber o que dá nada pá patrão aqui,o que nós produz realmente é para o nosso sustento da nossa família”[...]

(Agricultor e assentado da comunidade Córrego da estrada).

Figura 19: Imagens que retratam o momento da Roda de Conversa realizada comunidade Apiques.



Fonte: Dados da pesquisa, CAJADO (2011; 2012).

A relação do acesso à terra com a multifuncionalidade fica ainda mais evidenciado quando a agricultora e professora traz em sua fala como ela percebe a comunidade hoje após 27 anos de Assentamento:

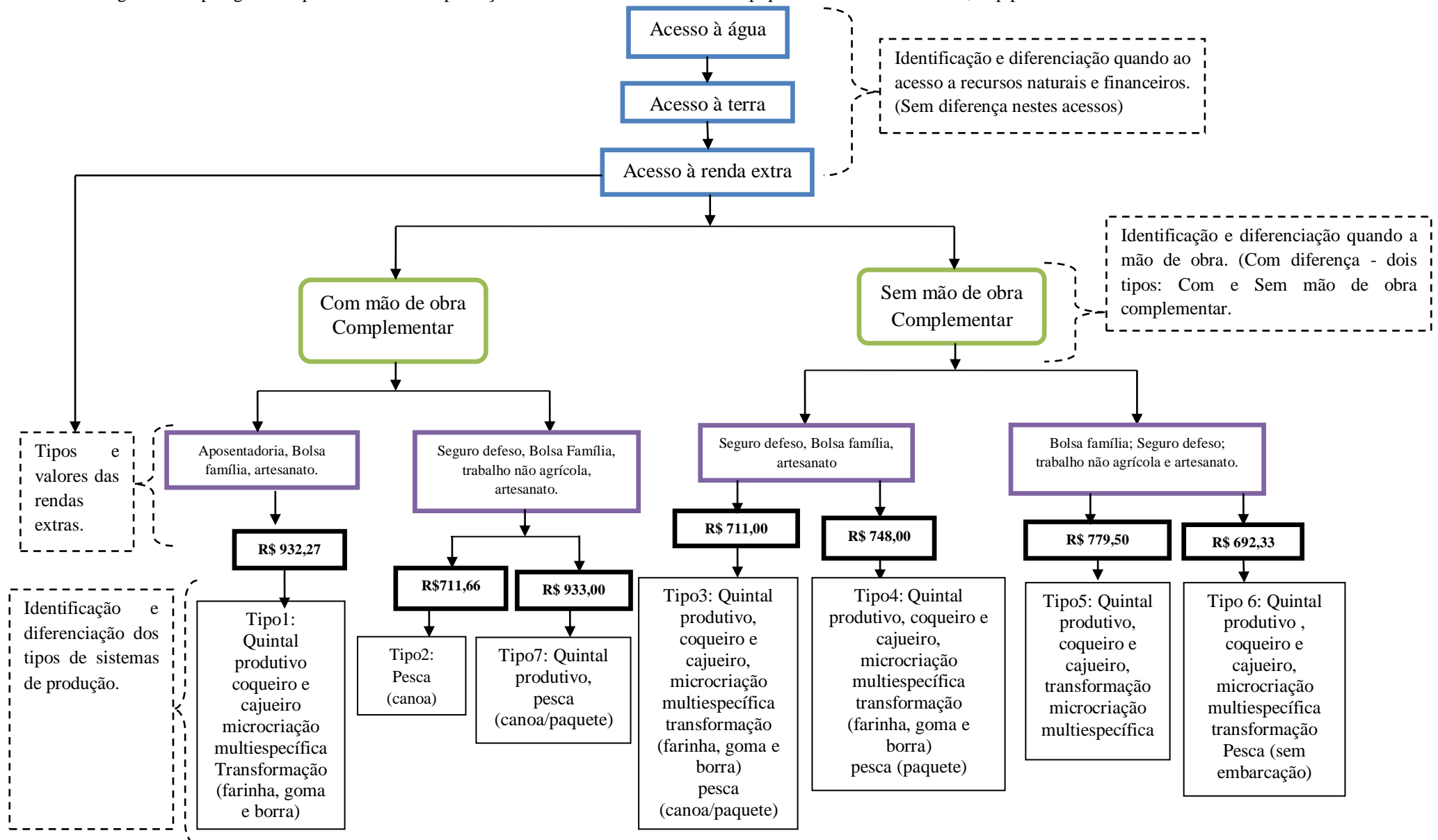
[...] “Vamos falar do presente?, quando a dinâmica é quanto eu penso no Apiques, nós começamos a brincar, a pensar aqui miudim, nós pensamos em riqueza e meu pensamento também hoje é esse, comparando com essas histórias que essa pessoas hoje ,os mais velhos falam, o pai também já falou, quem passou pela luta. Então hoje eu penso dessa forma, em riqueza por quê?, não riqueza dinheiro né? , mas hoje nós temos tudo isso, tudo mundo tem seu cercadinho né?, se não tem é porque não quer. Mas todo mundo tem o seu quintal e no seu quintal pode plantar o cajueiro, a bananeira, o coqueiro né? , nós temos a água, o peixe também, tudo isso nós temos, nós temos de tudo um pouco, aqui neste quadro aqui representa realmente o que nós temos e o mais importante, a terra né? e a saúde também que nós temos que Deus nos dá pra gente trabalhar e hoje não tem aquela perseguição de antes e hoje a gente é rico por causa disso, a gente pode trabalhar mais despreocupado se eu tô produzindo te que dividir com alguém, dividir só com a família e com alguém que tiver necessitando. Por isso eu penso em riqueza, nós somos rico porque temos tudo isso, o milho, o feijão,a água, tanta gente por aí que não tem neim se quer água! E aí eu lembro dos primeiros habitantes do Brasil, os índios, que queriam trabalhar só para sua sobrevivência e gente não tem ainda, graças a Deus este pensamento de trabalhar para ir mais além. Então quando eu penso em Apiques eu penso em beleza e riqueza, essa riqueza que eu falo, são essas coisas da natureza em tudo que nós temos e eu acho bonito e gosto, valorizo o meu lugar!”[...] (Professora, agricultora e não assentada).

Fortes elementos do diálogo com a multifuncionalidade são revelados nesta fala, suscitando alguns princípios que apontam para os caminhos orientadores das práticas realizadas pelas famílias. Como a valorização do lugar como espaço de vida, a percepção de riqueza mediante a diversidade de atividades realizadas, associada ao sentimento de liberdade de poder plantar, as relações de reciprocidade, relação com a biodiversidade local, a referência de identidade a partir do modo de vida, tudo isto trazendo de forma central a família e suas formas de sociabilidade com os outros sujeitos e o espaço.

Tendo como base estes princípios, assim como as orientações trazidas na metodologia na etapa de Tipologia dos sistemas de produção e Itinerário Técnico , no item 4.2.3 os sistemas de produção identificados, foram tipificados e analisados para a compreensão da (s) lógica (s) que fundamenta (m) suas origens e racionalidade.

4.2.1 Tipologia dos sistemas de produção: Uma leitura a partir da Unidade Econômica Camponesa de Produção (UEC)

Figura 20- Tipologia dos tipos de sistemas de produção identificados da comunidade Apiques Assentamento Maceió, Itapipoca-CE.



Fonte: Dados de Pesquisa, CAJADO (2011; 2012).

A Tipologia dos sistemas de produção iniciou-se pela identificação e diferenciação no que se refere ao acesso a recursos naturais, aos recursos financeiros, correspondentes às rendas extras as atividades aos sistemas de produção e recursos humanos, como mão de obra externa à unidade familiar de produção.

Nesta perspectiva, foram identificados sete tipos de sistemas de produção, oriundos da combinação dos sistemas e subsistemas apresentados no quadro abaixo na (FIGURA 21).

Figura 21- Quadro dos sistemas e subsistemas de produção que formam os sete tipos de sistemas de produção identificados na comunidade Apiques, Assentamento Maceió, Itapipoca-CE.

SISTEMAS DE PRODUÇÃO	SUBSISTEMAS DE PRODUÇÃO
Cultivo	Coqueiro, cajueiro, outras fruteiras, feijão, milho, mandioca, batata doce, horta.
Criação	Microcriação multiespecífico (apenas aves), galinhas, patos, perus, capotes, gansos.
Transformação	Mandioca (farinha, goma, borra)
Extrativismo	Pesca (canoas e pacote)

Fonte: Dados da pesquisa, CAJADO (2011; 2012).

Deste modo, no que tange ao uso e a gestão da água e da terra, como já fora indicado no Zoneamento Agroecossistêmico e Social, este se constitui de maneira livre e igualitária, do ponto de vista ao acesso, pois as famílias que vão se formando na comunidade podem construir seus cercados, plantar seus coqueiros e cajueiros em áreas de tamanho proporcional ao qual tenham condições de cultivar. Nenhuma família, porém, até o momento desta pesquisa possui irrigação ou algum sistema hidráulico ligado à produção agrícola, sendo identificados nos quintais bombas de propulsão manual, e, em alguns casos com motor.

Quanto ao uso de forma compartilhada dos recursos naturais, Rodrigues, em sua pesquisa no Assentamento Maceió contribui com esta análise considerando:

Essa gestão apresenta também semelhanças com outras áreas onde a produção camponesa se faz presente, especialmente aquelas onde a territorialidade tem como base de sustentação questões étnicas. Esses grupos sociais, em geral, mantêm uma relação afetiva com o lugar a partir de um sentimento que advém especialmente das referências culturais herdadas de seus ancestrais. (2000, p. 31).

Com relação aos recursos financeiros, todas as famílias têm acesso, porém a origem das rendas extras varia entre os tipos de sistemas de produção, mesmo apresentando médias semelhantes de renda extra.

A presença da transferência social federal do Programa Bolsa Família é transversal, revelando a importância deste recurso na composição do orçamento das famílias, bem como a eficiência desta política pública. A fala da Agricultora mãe de três filhos simboliza a relevância deste benefício para a reprodução familiar.

[...] “É uma benção esse Bolsa Família! Ah minha filha! antes desse Bolsa Família nós passamos necessidade, logo quando esse menino aqui (filho mais velho de 6 anos) nasceu, nós sem nada, logo quando nós casamos, sem nada, só essa pescaria do João, sem uma renda mais certa, porque na pescaria o peixe é certo, mas o dinheiro nem sempre, nem sempre dá pra vender o peixe. Comprava leite fiado nas bodegas, mas tinha que limitar, poupava ao máximo, o bicho tomava mais mingau de água do que de leite. Foi difícil, mas eu tinha fé que ia mudar um dia. Porque o Bolsa Família é uma coisa certa, porque pescaria tem mês que é bom, mas tem mês que não. É! Não é uma coisa certa”[...] (Agricultora e não assentada de 36 anos).

Outra renda extra que se apresenta incomum aos sete tipos é o artesanato, neste caso a renda de bilro, que atualmente não se coloca de forma expressiva no incremento da renda familiar, no entanto sua prática está ligada a questões culturais e identitárias, repassadas entre gerações, compondo a serena paisagem do Apiques a figura da rendeira seja ela criança, jovem, adulta ou senhora.

No entanto, a importância econômica da produção da renda de bilro encontra-se em um dinâmico de transformação em decorrência da iniciativa de um coletivo de rendeiras da comunidade na formação de um grupo denominado Mulheres em Ação, que a partir da relação construída pela pesquisa e incentivada pelo PRA, estão se inserindo nos espaços de comercialização, participando de feiras de artesanato ligadas a eventos acadêmicos³¹.

Nos tipos de sistemas de produção que apresentam a pesca em seu conjunto de atividades é verificada a renda extra derivada do Seguro Defeso. Porém, apesar da decisão do Governo Federal de instituir o período de defeso a pesca da lagosta datar de 1975, o direito a este benefício aos pescadores é efetivado apenas com a lei 10.779/2003, prevendo um salário mínimo por mês durante o período de defeso, que desde 2008, corresponde aos meses de dezembro à maio.

Ressalta-se que, nem todos os pescadores de lagosta da comunidade Apiques são contemplados com este direito, mediante a burocracia e dificuldades encontradas para legalizar as embarcações, bem como adquirir a licença de pesca para lagosta, sendo verificadas inclusive exigências por parte dos órgãos oficiais que não condizem com a realidade do tipo de pesca realizada.

³¹ O grupo Mulheres em Ação já participou da feira de artesanato do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia (2011) em Fortaleza; UFC de Cultura e dos Encontros Universitários (2012) em Fortaleza e atualmente estão se articulando para participar do Encontro Nacional de Educação do Campo em Brasília e do II Seminário de Educação do Campo e Agricultura familiar que ocorrerão no decorrer de 2013.

Segundo relatos de pescadores, a Marinha libera licença de embarcações que tenham no mínimo quatro metros de comprimento, porém a maioria dos pescadores possui embarcações inferiores a esta medida.

A licença para pescar lagosta só é concedida mediante embarcação devidamente licenciada onde, a partir do tamanho da embarcação, a Secretária de Pesca e Aquicultura (SAP) realiza um cálculo indicando a quantidade ideal de manzúas que o pescador deve levar, para que a embarcação tenha esta licença, sendo que, este cálculo aponta uma quantidade incompatível com a prática desta pescaria, incorrendo no risco da embarcação perder a autorização de pescar o recurso pesqueiro em questão, conseqüentemente acarretando na negação do direito ao Seguro Defeso dos pescadores cadastrados nesta, caso não seja cumprido este requisito.

As demais fontes de renda extra consistem no benefício da Previdência Social, no caso aposentadoria, compondo o orçamento das famílias que desenvolvem o sistema de produção Tipo 1, apresentando, inclusive, o segundo valor em relação as outras rendas extras, além dos trabalhos de origem não agrícolas, sendo estes realizados no próprio Assentamento, considerando os postos de trabalhos identificados na Zona 4 e função de agente de saúde desempenhada por uma moradora do Apiques.

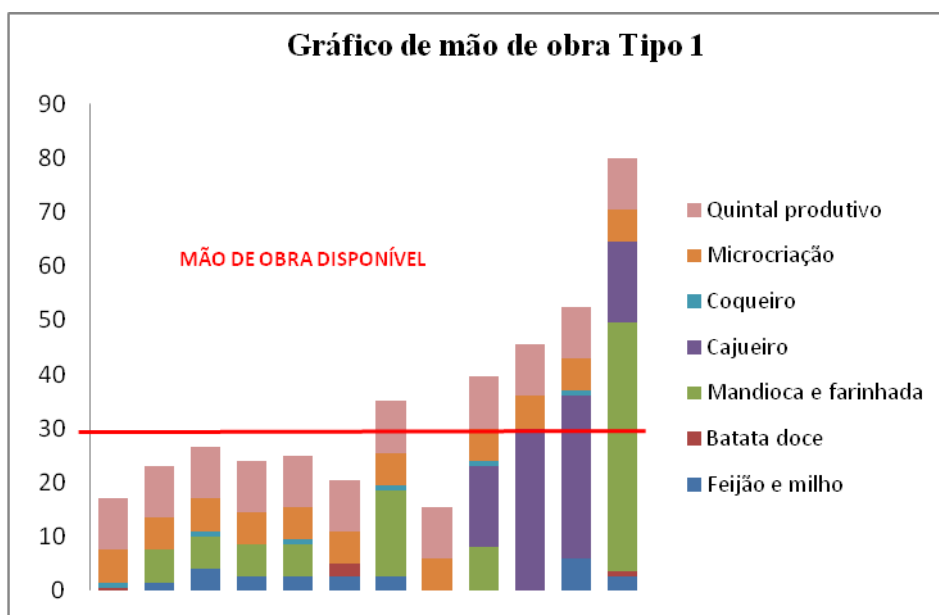
As oportunidades de trabalhos não agrícolas tornam-se restritas para o Assentamento de forma geral, visto que, da entrada do Assentamento até o centro de Itapipoca dista 60 km onde, o único transporte que faz este trajeto é o carro denominado pau-de-arara que sai de segunda a sábado às quatro horas da madrugada e às onze horas, sendo R\$ 5,00 a passagem, logo é inviável trabalhar na sede do município e morar no Assentamento.

Seguindo para uma análise mais aprofundada dos tipos de sistemas de produção em questão, a teoria de Chayanov sobre Unidade Econômica Camponesa (UEC) será o pano de fundo da discussão na compreensão da lógica/da origem e racionalidade de diferenciação dos sistemas identificados.

Tendo como fator de diferenciação a mão de obra, os tipos de sistemas se dividem em: Com mão de obra complementar e Sem mão de obra complementar. Desta forma, as atividades relacionadas à agricultura normalmente são realizadas pela família, compreendendo não apenas marido, esposa e filhos (as), mas também, irmãos (as), cunhados (as), tios (as), enfim numa leitura mais ampliada da dinâmica da agricultura familiar baseada nas relações de parentesco, na reciprocidade, onde de forma esporádica, paga-se uma a duas diárias por ano.

Porém, o Tipo 1 apresenta uma média de mão de complementar de 30 diárias por ano, refletindo a sua limitação em termos de mão de obra disponível, como é observado no Gráfico de mão de obra (FIGURA 22) já que a média de UTF neste tipo de sistema de produção é 1,5.

Figura 22 - Gráfico de mão de obra do sistema de produção Tipo1.



Fonte: Dados da pesquisa, CAJADO (2012; 2012).

Já no caso da pesca, quando os pescadores não possuem nenhuma relação de parentesco direta, o pescador dono da embarcação recebe um valor percentual da produção dos outros pescadores, uma espécie de sistemas de partes, denominada “três-um³²”.

Porém, esta lógica não é contratual, pois se os pescadores considerarem a produção pequena, eles priorizam a garantia do consumo familiar, onde cada um leva para casa sua produção ou parte dela, já que os laços de solidariedade são muito fortes entre as famílias da comunidade, onde mesmos com uma pescaria considerada *fraca*, os pescadores doam peixes aqueles que por ventura necessitem.

[...] “Quanto a pesca tá fraca prefiro trazer para casa, do que vender, porque eu acho melhor tá com a barriga cheia do que tá comprando”[...] (Pescador e não assentado de 34 anos).

Logo em relação à mão de obra, mesmo quando há a necessidade de contratar, ela ocorre de forma complementar à força de trabalho da família, dialogando com a teoria de

³² É uma forma de divisão da produção onde o pescador dono da embarcação recebe a cada 3 kg de peixe vendido o valor de 1 kg. No entanto, este sistema não é utilizado em todos os tipos de pescarias.

Chayanov (1974) a respeito da relação produção consumo centralizada na satisfação das necessidades e equilíbrio internos familiar.

Altafin (2007), ao explicar sobre a racionalidade da produção camponesa em seu texto “Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar”, lança mão da teoria da UEC e destaca que Chayanov (1974) não nega o interesse da família agricultora em obter lucro com a atividade produtiva, mas enfatiza que este interesse está necessariamente subordinado à satisfação da família pelo fato de não haver a distinção entre gestão e trabalho, sendo ambos da responsabilidade do produtor e de sua família, mesmo quando há necessidade de contratar mão de obra, por sua vez, acontecendo de forma complementar a força de trabalho familiar.

Assim, os sistemas de produção Tipo 1, Tipo 2 e Tipo 7, mesmo com mão de obra complementar, estão pautados na lógica de produção familiar. Contudo, esta complementaridade revela outro fator considerado na discussão da unidade familiar de produção por Chayanov, a composição da família, onde para explicá-la, propôs a teoria da Diferenciação Demográfica.

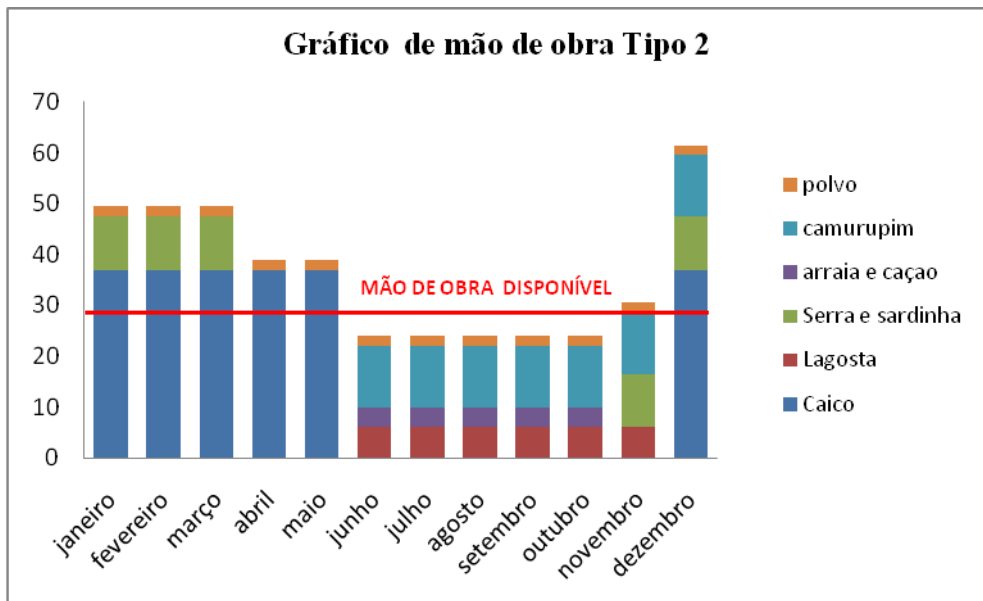
Esta teoria faz menção à relação da capacidade do trabalho familiar com o ciclo de vida familiar, de modo que a produção possa estar diretamente relacionada com a satisfação das necessidades de seus membros.

Desta forma, ao passo que os filhos (as) vão crescendo em idade e vão consumindo mais, também vão se tornando mão de obra numa relação entre trabalho/consumo até atingirem o equilíbrio ou constituírem sua própria família, reduzindo a capacidade de trabalho, agora para proporções menores, já que o casal, inicialmente jovem, irá se encontrar no período de senilidade.

Isto se verifica no Tipo 1, pois já trata do sistema de produção realizado pelas famílias lideradas por aposentados com pouca mão de obra, que na juventude também praticavam a pesca. Nos casos dos Tipos 2 e 7 também se verifica a relação proposta por Chayanov, porém em um momento diferente na dinâmica da composição familiar.

As famílias que praticam só a pesca são caracterizadas por filhos (as) ainda pequenos, onde o pai passa boa parte do tempo no mar enquanto a mãe fica em casa cuidando dos filhos (as), ou sendo os filhos (as) com idade de ficar sozinhos, a mãe realiza trabalhos não agrícolas. Assim a UTF para a pesca é 1, tendo então como mão de obra disponível 30 diárias/mês, refletindo na necessidade de complementar a mão de obra, como verificado no Gráfico abaixo (FIGURA 23).

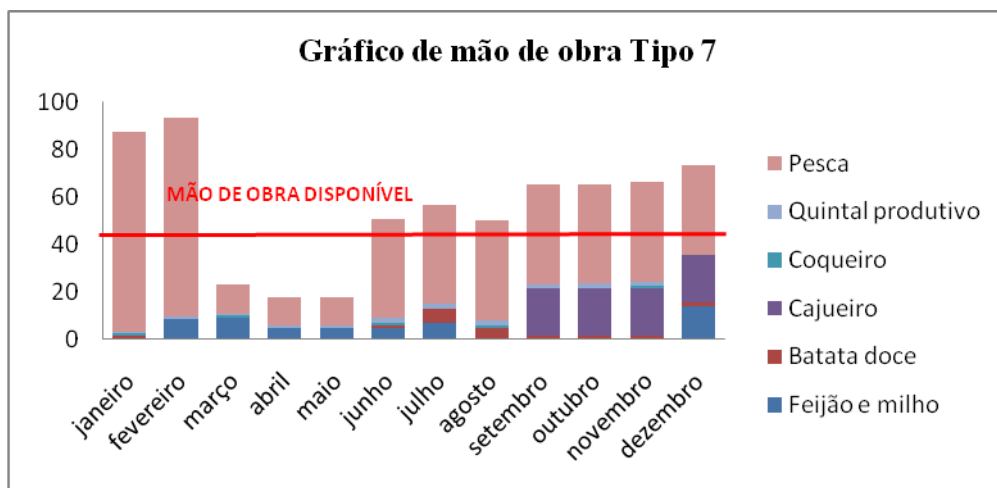
Figura 23 - Gráfico de mão de obra do sistema de produção Tipo 2.



Fonte: Dados da pesquisa, CAJADO (2011; 2012).

As famílias que desenvolvem o Tipo 7, são geralmente constituídas por filhos (as) que mesmo não sendo crianças pequenas não possuem idade de ajudar nos trabalhos da pesca e da agricultura, sendo necessária mão de obra externa, principalmente para a pesca podendo ainda, a mãe exercer trabalho não agrícola, apresentando uma UTF média de 1,5 dispondo de um total mensal de 45 diárias (FIGURA 24).

Figura 24 - Gráfico de mão de obra do sistema de produção Tipo 7.

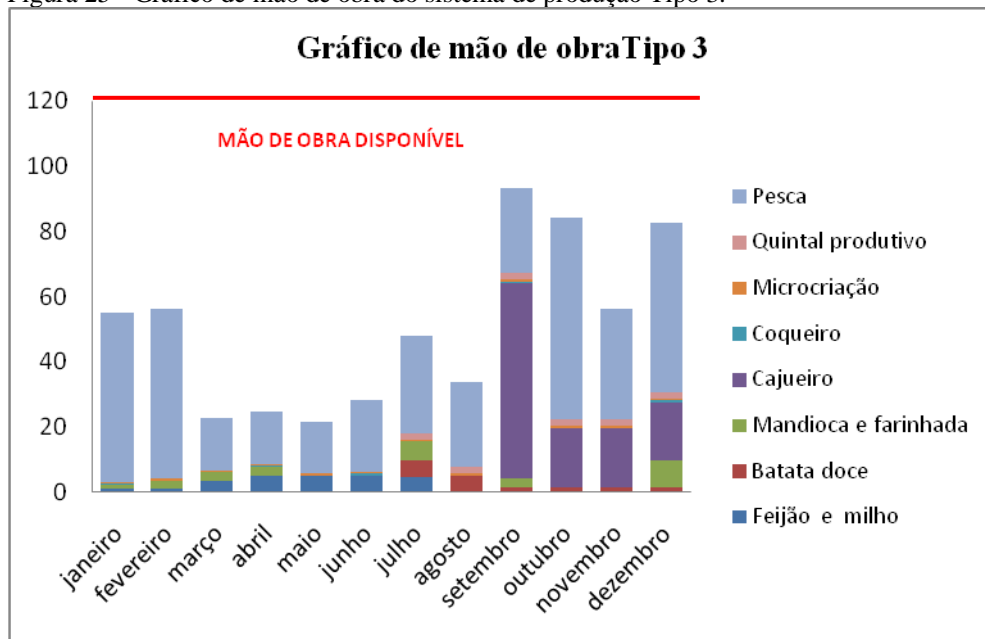


Fonte: Dados da pesquisa, CAJADO (2011; 2012).

Para os Tipos 3, 4, 5 e 6 o fato de não necessitarem de mão de obra externa a família, está ligada também a dinâmica da Diferenciação Demográfica. Sendo que, no Tipo 3 e 4 apresentam a maior diversidade de atividades, conseqüentemente a maior UTF, em média 4 e 3 respectivamente.

No sistema de produção do Tipo 3, observa-se pelo Gráfico de mão de obra (FIGURA 25), que as famílias que praticam este conjunto de atividades, além do alto grau de diversificação, dispõem de excedente de mão de obra, apresentando por mês a disponibilidade de 120 diárias, sinalizando um potencial para a realização de atividades não agrícolas. Porém este potencial esbarra na escassez de empregos desta natureza, como já foi explicitado anteriormente.

Figura 25 - Gráfico de mão de obra do sistema de produção Tipo 3.



Fonte: Dados da pesquisa, CAJADO (2011; 2012).

Apesar da diminuição dos riscos de perdas por meio da diversificação das atividades agrícolas, a mão de obra excedente sinaliza um potencial para atividades de caráter pluriativo representando uma alternativa de complemento à renda agrícola, visto que, nestes casos a relação trabalho consumo tende a se encontrar numa situação de equilíbrio interno, onde caberá a família reavaliar, dada as restrições, a real necessidade de continuar dedicando força de trabalho a atividades.

Na análise deste comportamento, Chayanov desenvolveu o cálculo de penosidade do trabalho.

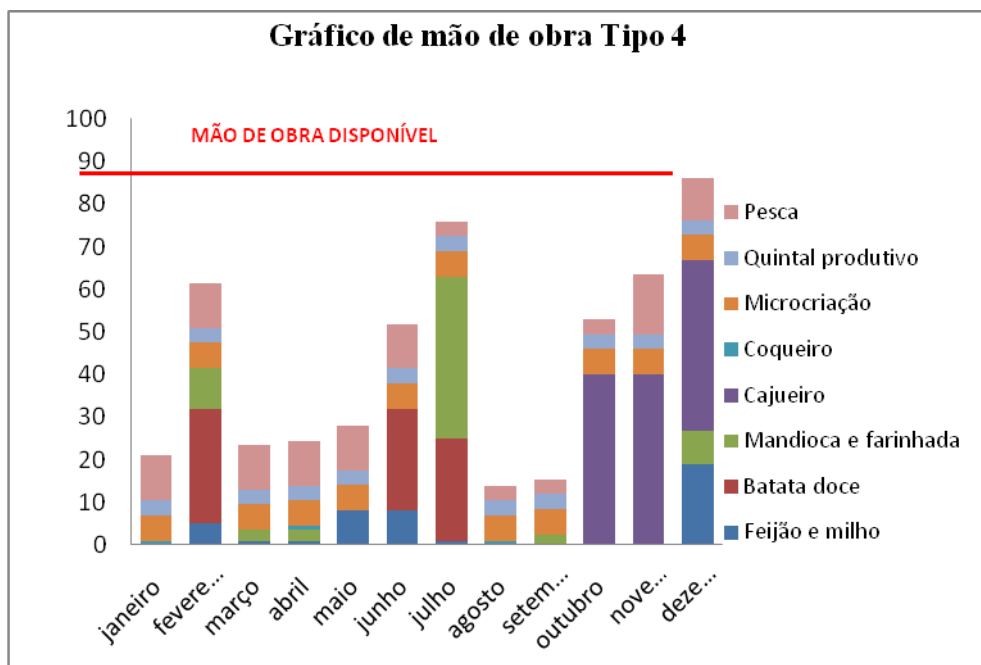
Cada *rublo* adicional do crescente produto do trabalho familiar pode ser considerado de duas maneiras: em primeiro lugar, do ponto de vista de sua importância para o consumo, para satisfazer as necessidades da família; em segundo lugar do ponto de vista da penosidade com o que foi obtido. É evidente que com o aumento da produção obtido por trabalho árduo diminui a avaliação subjetiva do significado de cada novo rublo para o consumo; mas a penosidade do trabalho para ganhá-lo, que exigirá um quantidade cada vez maior de auto exploração. Enquanto não se atingir o equilíbrio entre os dois elementos que estão avaliados (ou seja, enquanto a penosidade do trabalho for subjetivamente estimada como inferior a importância das

necessidades que o trabalho suportado satisfaz), a família que trabalha sem utilizar o trabalho pago tem todo tipo de motivos para prosseguir em sua atividade econômica. Quando atinge este ponto de equilíbrio, porém não terá interesse em continuar trabalhando, já que todo dispêndio adicional de trabalho torna-se mais difícil de suportar, pelo camponês ou artesão, do que a renúncia dos seus efeitos econômicos (1974, p. 139).

A realidade das famílias que compõem o sistema de produção do Tipo 4, em relação ao conjunto de atividades desenvolvidas, comunga com apresentado pelo Tipo 3, porém possui como principal diferença, além a quantidade de UTF's, o tipo de embarcação utilizada para a pesca, onde o Tipo 3 a pesca é realizada em canoa podendo também as famílias possuírem paquete e o Tipo 4 possui apenas paquete.

Esta diferença quanto ao tipo de embarcação revela a relação entre os membros das famílias que desenvolvem este tipo de sistema de produção com as famílias que utilizam mão de obra complementar, principalmente na pesca, pois o excedente de mão de obra verificado no Tipo 4 (FIGURA 26) , principalmente no primeiro semestre do ano, período de pescarias mais intensas nas canoas é alocado nas embarcações de sistemas de produção Tipo 2 e 7.

Figura 26 - Gráfico de mão de obra do sistema de produção Tipo 4.



Fonte: Dados da pesquisa, CAJADO (2011; 2012).

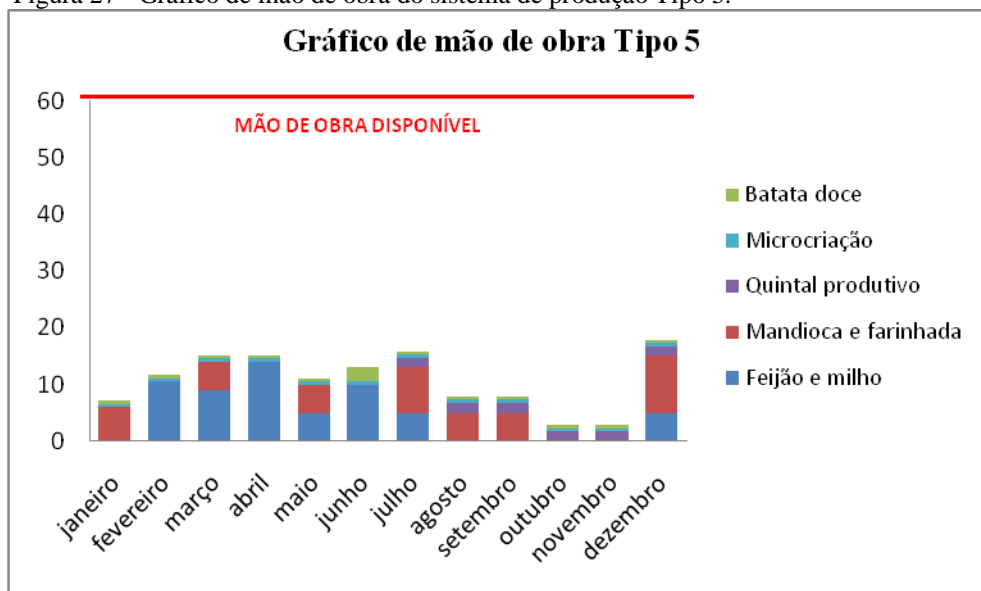
O gráfico de mão de obra Tipo 4 também revela a relação entre o conjunto de atividades desenvolvidas pelas famílias e a força de trabalho empenhada para realizá-las, apresentando uma situação de equilíbrio interno interessante, pois são capazes de diversificar sua produção e ainda dispor de mão de obra para complementar a atividade pesqueira

realizada em outras famílias, incrementando assim sua renda agrícola, renda esta que será discutida para todos os sistemas de produção no item 5.3.

O sistema de produção Tipo 5 é realizado por dois perfis de famílias: famílias jovens, geralmente formada pelo casal e crianças, onde o pai não tem vocação para a pesca, se dedicando assim a agricultura juntamente com a esposa e em alguns casos, podendo realizar também trabalhos não agrícolas, ou famílias que tenham filhos (as) em idade de contribuir com as atividades agrícolas, mas por sua vez, nenhum dos membros apresenta vocação para a pesca, desenvolvendo apenas a agricultura.

Ambos os perfis de famílias têm sua lógica de produção baseada no equilíbrio interno entre trabalho e consumo, apresentando uma média de 2 UTF's, logo dispendo de 60 diárias/mês (FIGURA 27).

Figura 27 - Gráfico de mão de obra do sistema de produção Tipo 5.



Fonte: Dados da pesquisa, CAJADO (2011; 2012).

A mão de obra disponível neste tipo de sistemas de produção é alocada pelas famílias ou em trabalhos não agrícolas ou complementando a mão de obra das famílias que compõem o sistema de produção Tipo 1.

Este comportamento, além das questões relacionadas ao capital social das famílias, está ligado à capacidade de organização e decisão que as famílias possuem na alocação de sua mão de obra, tendo como prioridade a reprodução familiar, que se estabelece tanto nas relações com os recursos naturais na realização de atividades agrícolas, como nas relações com os sujeitos através de serviços prestados a comunidade.

Sobre isto, Schneider traz que, nestes casos, cabe à família e a seus membros um papel ativo, pois suas decisões, estratégias e ações podem trazer resultados benéficos ou desfavoráveis à continuidade e à reprodução e acrescenta:

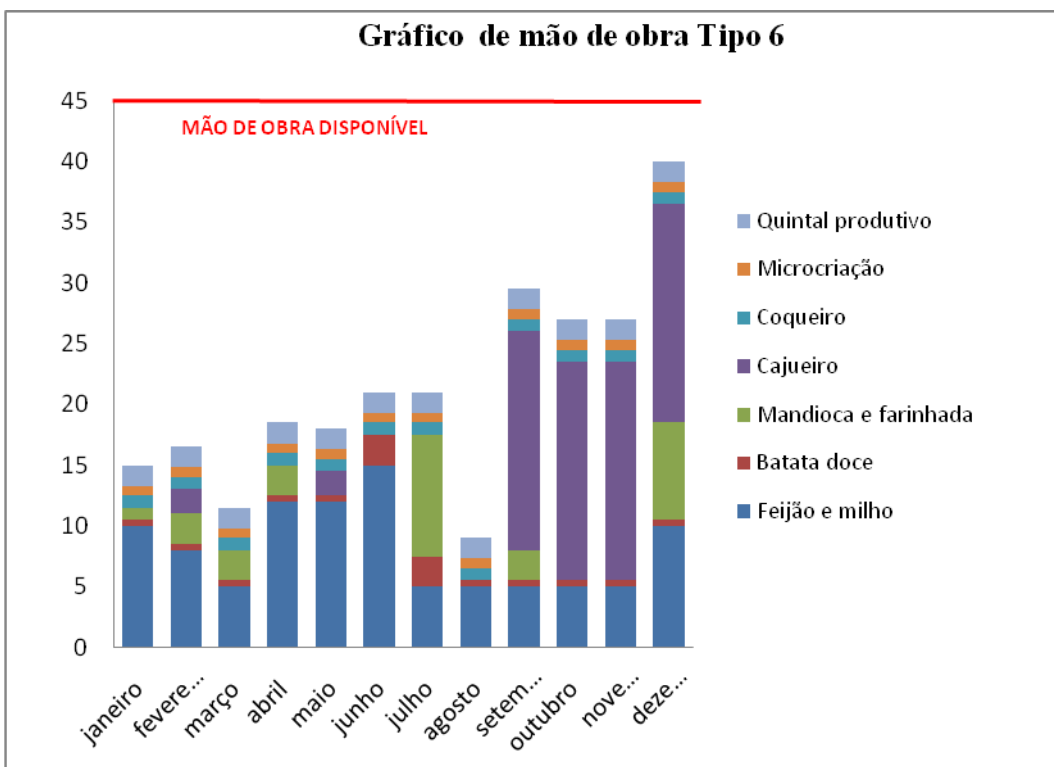
Em situações em que a família não dispõe de uma quantidade suficiente de terra para suas necessidades, ou quando sobram braços para trabalhar, ela tende a buscar em atividades artesanais e comerciais ou em outras atividades não agrícolas uma forma de ocupar a força de trabalho para garantir o equilíbrio entre trabalho e consumo (2003 p. 107).

De forma a finalizar a análise sobre o comportamento das famílias que realizam os sistemas de produção Tipo 5, a colocação de Carneiro (2002) se coloca como uma síntese, trazendo que, tanto a noção de pluriatividade quanto a de multifuncionalidade recuperam uma característica da agricultura camponesa: a agricultura como um modo de vida (integrada ao conjunto da sociedade e ancorada em um território) e não como uma profissão como qualquer outra.

No caso das famílias que praticam o sistema de produção Tipo 6 (FIGURA 28) também apresentam dois perfis, semelhantes aos das famílias do Tipo 5, mas pelos menos um membro da família, na maioria dos casos o pai, se dedica além da agricultura também a pesca em embarcação de terceiros.

A média de UTF indicada pelas famílias deste sistema de produção é 1,5 dispondo de 45 diárias/mês, alocando parte das diárias que excedem a força de trabalho utilizada na agricultura na atividade pesqueira ao longo do ano, logo para as famílias deste sistema, a pesca constitui uma das atividades principais, no entanto não possuem o meio de produção próprio.

Figura 28 - Gráfico de mão de obra do sistema de produção Tipo 6.



Fonte: Dados da pesquisa, CAJADO (2011; 2012).

A decisão de não possuir embarcação está relacionada, segundo alguns entrevistados deste tipo de sistema de produção aos custos para mantê-la ou ao fato de possuírem alguma relação de parentesco com o dono do barco o qual pescam, não sentindo a necessidade de adquirir um, já que dividem os custos da manutenção sem precisar pagar com parte de sua produção para usufruir da embarcação, se considerando de certa forma também proprietários.

Na intenção de sistematizar as variáveis relacionadas com a identificação e diferenciação dos sete tipos de sistemas de produção identificados, foi construído um quadro (FIGURA 29).

Figura 29 - Quadro de variáveis relacionadas à identificação e diferenciação dos sete tipos de produção da comunidade Apiques, Assentamento Maceió, Itapipoca-CE.

Tipos de sistemas de produção	UTF média	Mão de obra	Renda extra/tipo de sistema de produção	Valor (R\$) da renda extra
1	1,5	Com mão de obra complementar.	Aposentadoria; Bolsa Família; Artesanato.	932,27
2	1	Com mão de obra complementar.	Seguro Defeso; Bolsa Família; Trabalhos não agrícolas; Artesanato.	711,66
3	4	Sem mão de obra complementar.	Seguro Defeso; Bolsa Família; Artesanato.	711,00
4	3	Sem mão de obra complementar.	Seguro Defeso; Bolsa Família; Artesanato.	746,00
5	2	Sem mão de obra complementar.	Bolsa Família; Trabalhos não agrícolas; Artesanato.	779,50
6	1,5	Sem mão de obra complementar.	Seguro Defeso; Bolsa Família; Trabalhos não agrícolas; Artesanato.	692,23
7	1,5	Com mão de obra complementar.	Seguro Defeso; Bolsa Família; Trabalhos não agrícolas; Artesanato.	933,00

Fonte: Dados de pesquisa, CAJADO (2011; 2012)

Deste modo, compreende-se que a trajetória dos tipos de sistemas de produção identificados na comunidade Apiques, mostra uma relação direta com a composição familiar, ou seja, com o momento biológico que a família se encontra em seu ciclo de vida.

Sobre isto, Wanderley (2009), no texto “Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov” interpreta a relação entre o trabalho e consumo familiar postula por Chayanov em seus estudos sobre a UEC.

Ora, para Chayanov, a relação entre o trabalho e o consumo é definida internamente ao nível da própria composição da família. Com efeito, para ele, a família camponesa nunca é igual a ela mesma ao longo de sua existência: começa com um casal que, em geral trabalha: amplia-se com crianças pequenas, que consomem, mas não trabalham; ao crescerem, os filhos vão progressivamente participando da atividade produtiva, até o momento da saída de cada um para construir uma nova família/empresa. O casal se reencontra no final, porém com uma capacidade de trabalho bem mais reduzida (2009, p. 139).

Esta compreensão se torna essencial para o entendimento das diferentes estratégias reprodutivas entre as unidades de produção familiar, que apesar de pautarem suas atividades em um mesmo espaço geográfico, como no caso estudado, possuem comportamentos específicos, respondendo assim de forma diferente a estímulos externos, podendo inclusive, ser a resposta para insucesso de projetos que vem em forma de pacotes considerando todas as famílias iguais.

Pelo exposto até o momento, percebeu-se que a origem dos sistemas de produção realizados pelas famílias da comunidade Apiques está enraizada no acesso à terra, ou seja, na libertação da terra e do trabalho, sendo, desde então, possível a prática de uma agricultura e pesca na lógica da reprodução familiar.

Quanto à racionalidade, esta se configura na lógica do campesinato trazida por Chayanov através de sua teoria sobre a Unidade Econômica Camponesa, que desvela as diferentes trajetórias de produção das famílias, além das relações de reciprocidade e ajuda mútua que configura no cotidiano destas.

Carvalho (2005) entende que a racionalidade camponesa, enquanto conjunto de valores que move o sujeito social camponês, apoia-se em dois elementos centrais: a garantia continuada de reprodução social da família, seja ela a família singular seja a ampliada, e a posse sobre os recursos da natureza.

No sentido de ampliar o entendimento sobre as estratégias reprodutivas da unidade familiar de produção, no item 4.3 os sistemas de produção foram avaliados quanto aos aspectos econômicos relacionados com a socioreprodução das famílias pesquisadas.

4.3 Análise econômica dos sistemas de produção: busca pela compreensão da economia do cotidiano.

[...] “Você ter aquela tranquilidade de ir pro mar o pouco que você produzir no mar, você ter a certeza que tem uma ajuda na terra, você chega do mar ciente que você chegou do mar e tem alguma coisinha na terra pra lhe ajuda. Ou então você vai trabalhar na terra e quando você chega da sua agricultora e vê, ah! o inverno foi fraco, a produção foi pouca, mas você tem a certeza que o mar lhe ajuda favorecer a aquela agricultura, aquela parte que ela faltou”. [...] (Pescador-agricultor e assentado de 48 anos).

A intenção de analisar economicamente os sistemas de produção ao passo que se revela extremamente importante, também se mostra um desafio. Na perspectiva de mensurá-los, simultâneo a obtêm dos resultados que apontam as estratégias adotadas na busca de uma produção mais autônoma, tendo como prioridade a satisfação dos membros da família, tem-se a dinâmica natural da produção familiar, que para além das relações mensuráveis, constroem

em seu cotidiano uma economia pautada nas relações de solidariedade, reciprocidade e de interação com a natureza.

Deste modo, o maior desafio foi analisar economicamente, em termos quantitativos, o sistema de extrativismo pesca, tendo em vista, a prática da solidariedade entre os sujeitos e a produção inconstante de pescado.

[...] “O negócio da pesca é difícil da gente calcular, porque fica só variando e agora do jeito que tá fraca demais nas pescaria, hoje a gente pega um tanto, amanhã já aumenta ou diminui, tem dia eu já num tem é nada aí fica de ruim jeito de calcular”
[...] (Pescador-agricultor e assentado de 37 anos).

[...] “Nós pesca num é pelo tanto que a gente pensa de abraçar, é pela sorte da gente”
[...] (Pescador e não assentado de 34 anos).

No mês o peixe que você pesca varia tanto pra mais, tanto pra menos, principalmente hoje em dia, que tudo é mais pouco. (Pescador-agricultor e assentado de 40 anos).

Contudo, reconhecendo a pretensão desta avaliação, esta foi se configurando a partir das experiências acumuladas pelos sujeitos em suas trajetórias de vida. Assim assume-se então a flexibilidade dos dados econômicos apresentados com relação à pesca artesanal, na busca que uma maior proximidade com a dinâmica da realidade pesquisada. Esta postura se faz compreender na fala do pescador e não assentado de 34 anos: [...] “as pescaria é irregular, a gente fala, a gente bota o que dá, da experiência da gente” [...].

A respeito da experiência como referencial de evidência dos fatos, Scott traz a reflexão:

Quando a evidência oferecida é a evidência da “experiência”, ganha mais forma a noção de referencialidade, o que poderia ser mais verdadeiro, afinal, do que o relato do próprio sujeito sobre o que ele ou ela vivenciou? É precisamente esse tipo de apelo à experiência como evidência incontestável e como um ponto originário de explicação, como um fundamento sobre o qual a análise se baseia (1999, p.25).

Esta observação também se faz presente na análise econômica da agricultura, principalmente nos subsistemas de cultivo relacionados à produção de frutos e hortaliças.

Tendo em vista as colocações supracitadas, a avaliação econômica foi realizada de acordo com os tipos de sistemas de produção identificados, buscando perceber a relevância socioeconômica para as famílias, já que esta é uma das funções considerada pela noção da multifuncionalidade.

Partindo para uma análise dos sistemas de produção com mão de obra complementar, o Tipo 1 apontou PB anual de R\$ 5.363, 3, valor superior ao seus CI e D, que foram R\$ 2.059,10 e R\$ 316, 60 respectivamente, resultando no VA total R\$ 2.987,60/ano.

Apesar de a RA deste tipo ser R\$ 2.987,60, apresentou uma RM negativa de 12,75, visto que, a maior parte do PB é destinado ao autoconsumo familiar totalizando um valor anual de 3.000,35.

Os valores apresentados pelo Tipo 1 revelam um processo de descapitalização por parte das famílias que o realizam, já que por apresentarem RM negativa, revelando ainda, a importância da renda extra para estas famílias que, como já exposto anteriormente são lideradas por aposentados.

No caso do Tipo 7, verificou-se PB anual de R\$ 41.981,00, tendo como CI e D, os valores R\$ 3.782,92 e R\$ 20.102,73 respectivamente. O sistema que mais contribui para apresentação destes valores pelo Tipo 7 é o sistema de extrativismo pesca, com respectivos valores anuais de PB, CI e D de R\$ 41.123,00, R\$36.26,73 e R\$ 20.000,33.

Em relação ao VA, RA e autoconsumo apresentou os seguintes valores: R\$ 34,873,47, tanto para VA quanto para a RA e R\$ 4.414,45.

É importante ressaltar que para todos os tipos de sistemas de produção identificados, inclusive os que não contam com mão de obra complementar tem-se que valor agregado igual à renda agrícola, revelando certo grau de autonomia das famílias com relação a sua produção, pois não se verificaram pagamentos de empréstimos, aluguéis, juros ou arrendamentos ligados as atividades agrícolas desenvolvidas na comunidade.

A RM total deste tipo foi de 30.450,79, salientando que, mais uma vez, o sistema de extrativismo pesca foi o responsável por alavancar este resultado, visto que, a RM apresentada pelo sistema de cultivo foi de R\$ -135,18.

No tocante Tipo 2, que apresenta em sua composição apenas o sistema de extrativismo pesca, os valores referentes ao PB, CI e D foram de R\$ 24.924,33, R\$ 50.98,66, R\$1.641,39 respectivamente, resultando num VA de 18.203,28, que por vez, é igual ao valor apresentado pela RA. O autoconsumo foi igual a R\$ 4.943,33, refletindo numa RM igual a R\$ 13.259,95.

A expressiva diferença apresentada em termos monetários entre o sistema de produção Tipo 1 e os sistemas Tipo 2 e 7, deve-se essencialmente ao sistema de extrativismo pesca, praticados nestes dois últimos

Mediante aos valores apresentados pelos sistemas de produção Tipo 2 e 7, verificou-se que as famílias que praticam estes sistemas estão em processo capitalização, sendo o Tipo 7 mais capitalizado em relação ao Tipo 2, visto que, por apresentarem RM positiva, possuindo capacidade de investimento, tendo sua reprodução socioeconômica associada a atividade pesqueira.

O quadro (FIGURA 30) mostra os valores das variáveis referentes à análise econômica, dos sistemas com mão de obra com mão de obra complementar.

Figura 30 - Quadro referente à análise econômica dos sistemas de produção com mão de obra complementar.

Tipo	PB (R\$)	CI (R\$)	D (R\$)	VA (R\$)	AUTOCONSUMO (R\$)	RM (R\$)
1	5363,60	2059,10	316,60	2987,60	3000,35	-12,75
2	24924,33	5098,66	1641,39	18203,28	4943,33	13259,95
7	41981,00	3782,92	20102,73	34873,92	4414,45	30450,79

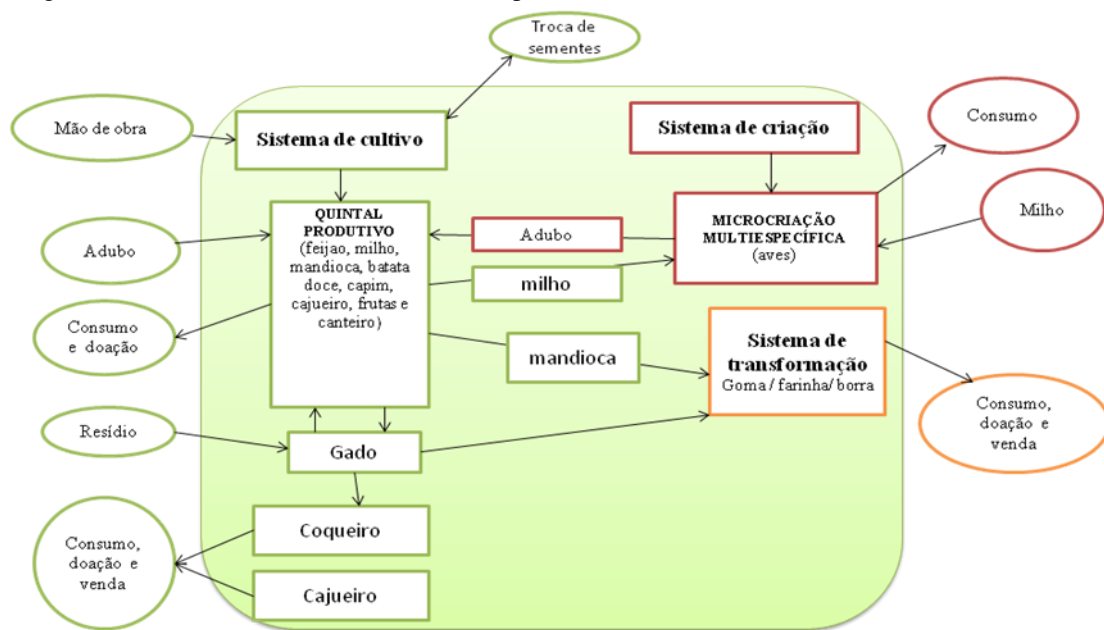
Fonte: Dados da pesquisa, CAJADO (2011; 2012).

Contudo, a reprodução socioeconômica da unidade familiar de produção não se limita a capacidade das famílias de auferirem lucro, representado pela RM positiva, não que isto seja indesejado, como traz Chayanov (1974) ao considerar em sua teoria sobre a UEC o interesse da família em obter lucro, mas ressalta que este interesse está necessariamente subordinado à satisfação da família.

Somando esta compreensão a leitura que a noção da multifuncionalidade faz a respeito da produção familiar, as atividades relacionadas aos sistemas de cultivo, criação e transformação, apesar de monetariamente serem menos expressivas em relação ao de extrativismo pesca, também encontram-se associadas a reprodução familiar, através de suas relações com a segurança e soberania alimentar, pela fato de praticamente toda a produção deste sistemas ser destinado ao autoconsumo, manutenção de saberes e práticas relacionada a reciprocidade.

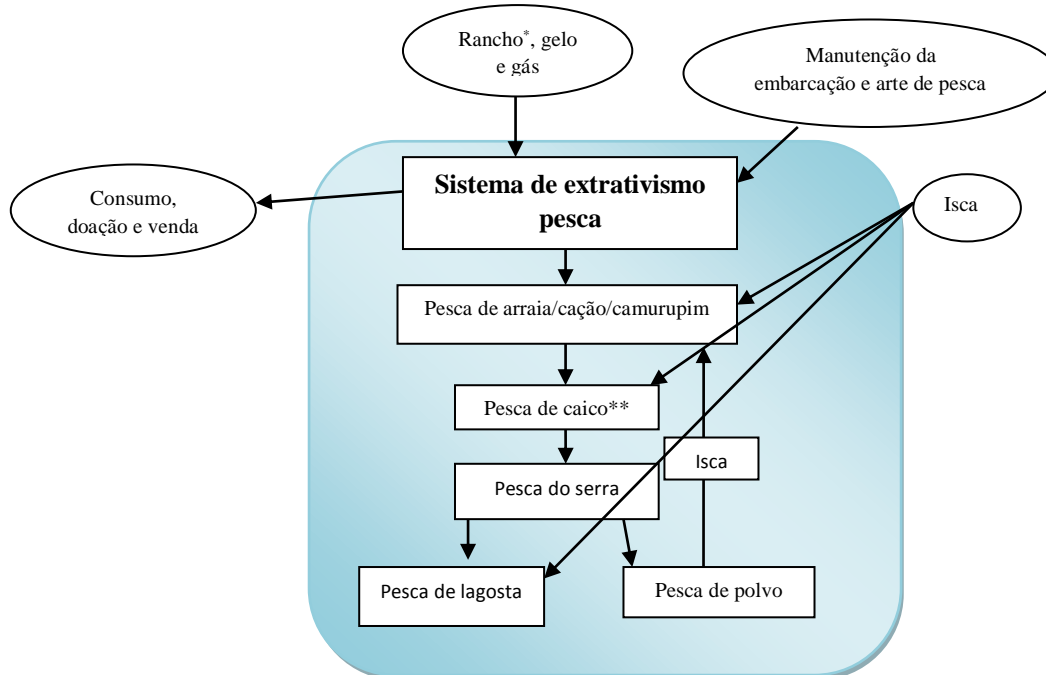
Estas considerações são melhores observadas através dos Fluxos de Fertilidade e Produtos (FIGURAS 31, 32,33) dos sistemas de produção Tipos 1, 7 e 2.

Figura 31 - Fluxo de Fertilidade e Produtos Tipo 1.



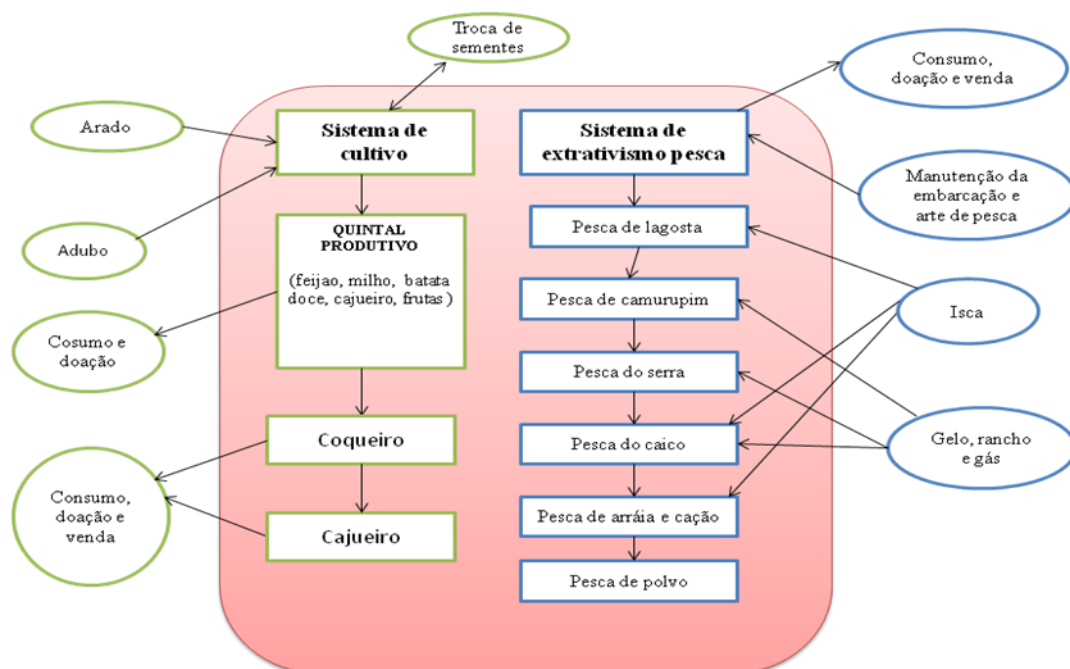
Fonte: Dados da pesquisa, CAJADO (2011; 2012).

Figura 32 - Fluxo de Fertilidade e Produtos Tipo 2.



Fonte: Dados da pesquisa, CAJADO (2011; 2012).

Figura 33 - Fluxo de Fertilidade e Produtos Tipo 7.



Fonte: Dados da pesquisa, CAJADO (2011; 2012).

Através dos fluxos é possível visualizar as relações de sinergia entre os sistemas e subsistemas, assim como a dependência de insumos externos, revelando que, apesar de os sistemas de cultura e transformação dos Tipos 1 e 7 apresentarem renda monetária negativa, verificou-se poucas entradas de energia no sistema, quando comparados com sistemas de extrativismo pesca, caracterizando reduzida dependência de insumos externos, logo tendendo a sustentabilidade, devido às sinergias entre os subsistemas agrários.

No tocante as saídas dos sistemas, ou seja, os produtos gerados, foi observado que são na sua grande maioria, são destinados ao autoconsumo e a doação, secundariamente a venda, contribuindo com a segurança e soberania alimentar das famílias e para da manutenção do tecido social do Campo, através das relações de solidariedade, dando ao espaço rural uma função predominantemente de reprodução familiar.

[...] “Pranta pra cumer! A gente se sente bem demais né? Que a gente tá sabendo que uma comida daquela é saudável, porque a gente quem prantou, é que a semente é nossa mesmo, que tem guardada em casa. Porque já tem aquele milho. Às vez mando comprar, mas tem anos que não compro, porque tem uma tinta que saí, um restinto. Pra gente pranta tendo mesmo em casa é melhor, a gente tá vendo como é que tá a semente, aqui ninguém coloca veneno” [...] (Pescador- agricultor e assentado de 37 anos).

[...] “A maior parte que eu produzo é pro consumo da casa, se sobra alguma coisinha, a gente vende, mas é mais pro consumo da casa mesmo. [...] “Plantar pro consumo me representa que muita vez eu tô plantando um órgão saudável pra minha saúde e pra minha família, e esses que vem de fora é contaminado cum veneno, tá

me ofendendo, me fazendo mal e eu tô nem sabendo, ninguém sabe de onde tá vindo” [...] (Pescador-agricultor e assentado de 44 anos).

[...] “Eu me sinto feliz de cumê o feijão que eu pranto do que o da Itapipoca, feliz e seguro que num tem veneno num tem agrotóxico” [...] (Pescador-agricultor e assentado)”.

Sobre a importância de plantar para o consumo Grisa (2007) pontua que desfrutar de alimentos “sem venenos” e saber o que está consumindo são algumas das principais justificativas para a existência do autoconsumo nos estabelecimentos rurais.

A autora acrescenta que para garantir a qualidade e a sanidade, a produção destinada ao autoconsumo geralmente é isenta de agrotóxicos e outros produtos químicos, sendo utilizado esterco animal, cinzas, restos de alimentos e outros materiais que não comprometem a saúde do consumidor. Essa produção promove manejos mais sustentáveis mediante a utilização e reciclagem de recursos locais disponíveis, sem agredir o meio ambiente.

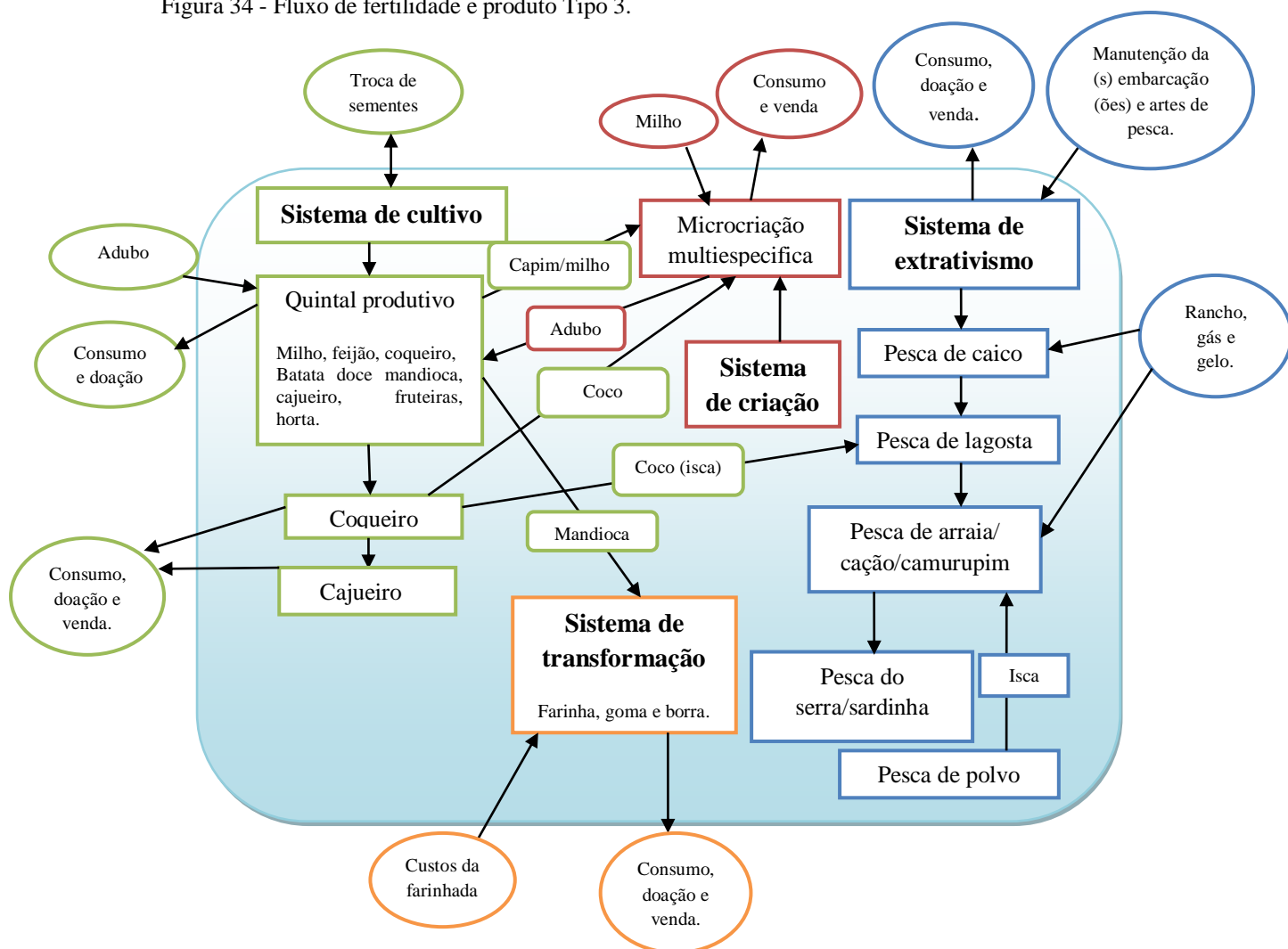
Analisando os sistemas de produção sem mão de obra complementar, o Tipo 3 foi o que apresentou maiores valores com PB, CI e D de R\$ 51.108,10, R\$ 6.392,87, R\$ 2.405,68, respectivamente. Referente ao VA, RA, autoconsumo e RM, os valores apresentados foram, nesta mesma ordem: R\$ 44.333,66, R\$ 44.333,66, R\$ 8.022,13 e R\$ 36.310,52.

Este comportamento é resultado não apenas a quantidade de UTF, sendo em média 4, mas reflete também a capacidade que as famílias possuem de organizar suas atividades agrícolas na perspectiva de equilibrar a força de trabalho com a satisfação das necessidades de seus membros. Ressaltando que, as famílias que realizam este sistema de produção, não são de caráter pluriativo.

Outro fator importante para a compreensão destes resultados é o grau de diversidade das atividades e relações de sinergia existente entre os sistemas de subsistemas como observado no Fluxo de Fertilidade e Produto (FIGURA 34), que vêm no sentido de reafirmar os valores monetários apresentados na análise econômica, principalmente no custo intermediário dos sistemas de cultivo, criação e transformação.

Sobre a diversificação da produção de caráter familiar Ellis (2000) considera que manter uma produção diversificada para garantir o consumo familiar também permite investir na propriedade. Trata-se, então, de uma estratégia de acumulação ou de escolha e adaptação.

Figura 34 - Fluxo de fertilidade e produto Tipo 3.



Fonte: Dados da pesquisa, CAJADO (2011; 2012).

Com o Fluxo observou-se a razão pela qual os custos intermediários dos sistemas relacionados à agricultura serem consideravelmente menores quando comparados aos custos intermediários da pesca, pois as relações de sinergia, além de proporcionarem um melhor aproveitamento do espaço produtivo, diversificando a produção, internalizam os custos, otimizando os sistemas.

Estas estratégias reprodutivas fazem com que o rendimento da produção seja satisfatório, resultando em um alto valor agregado, porém revela ainda a racionalidade e sabedoria camponesa em suas escolhas, podendo ser representada na fala da agricultora, rendeira e assentada de 54 anos quanto traz qual a importância de plantar para ela:

[...] “A gente prantando só o rendimento que tem da farinha, da goma pra gente cumê sem comprar sabe? As coisa sendo da lavra nunca que é como a gente compra né? Se eu fosse comprar aí comprar só a farinha, sendo da lavra tenho a goma, tenho a farinha tenho a borra tudo a gente colhi” [...].

A tapioca, o feijão, o coco, a farinha, o peixe assado, a batata doce são frutos de uma produção diversificada reflexo da cultura alimentar das famílias da comunidade, logo o que produzir está ligado ao que consumir, não é estabelecido pelo mercado, estando relacionado com a história local, preservando valores, hábitos saudáveis, além de ser um elemento constituinte da identidade das famílias, dialogando com perspectiva posposta pela multifuncionalidade, percebida a partir da fala dos sujeitos.

[...] “O peixe assado é mais melhor, torrado tem muito óleo, faz mal pra o estômago da gente”[...] (Pescador não assentado de 27 anos).

[...] “Já que a gente pranta, não precisa ir pra rua comprar. Tendo da lavra comi o quer a hora que quer, a gente se feliz por isso” [...] (Pescador-agricultor e assentado de 40 anos).

[...] “Aqui no interior tudo mundo usa a farinha aí você usa o coco, a farinha, tem que ter o feijão, aí você tem que fazer as duas coisas pra adquirir os dois lado” [...] (Pescador-agricultor e assentado de 52 anos).

Sobre esta questão, bem como a respeito da capacidade de organização das famílias, Ploeg (1992) coloca que diferentemente da produção dependente do mercado, que preconiza a externalização de etapas do processo produtivo, a produção relativamente autônoma busca reproduzir-se a partir de ciclos precedentes e da internalização de recursos e tarefas.

A diversidade de sistemas e subsistemas que compõem o Tipo 3, revela uma concepção de valor que não é concebida a partir do valor monetário, pois esta diversidade traduz os diversos sentidos da produção familiar que envolvem valores afetivos, identitários e culturais, construídos nas relações entre os sujeitos e destes com o espaço, sendo por sua vez, incomensuráveis.

[...] “A gente pensa que é podre, podre, podre, mas né tão não, né? se agente avaliar. Umas coisa que dinheiro nenhum compra a gente tem aqui, um peixi fresqui ali da hora, nossas coisinhas são sem venenos, nossas plantinha”[...] (Agricultora e não assentada de 36 anos).

[...] “Aqui eu mermo para mim tendo a comida, o dinheiro nem tem essas vantagem para mim ter”[...] (Pescador-agricultor e não assentado de 37 anos).

[...] “Para mim tanto faz ter dinheiro como não ter, passa do mermo jeito, dando a lavra tendo peixe pra comer a gente não se preocupa” [...] (Pescador-agricultor e não assentado de anos).

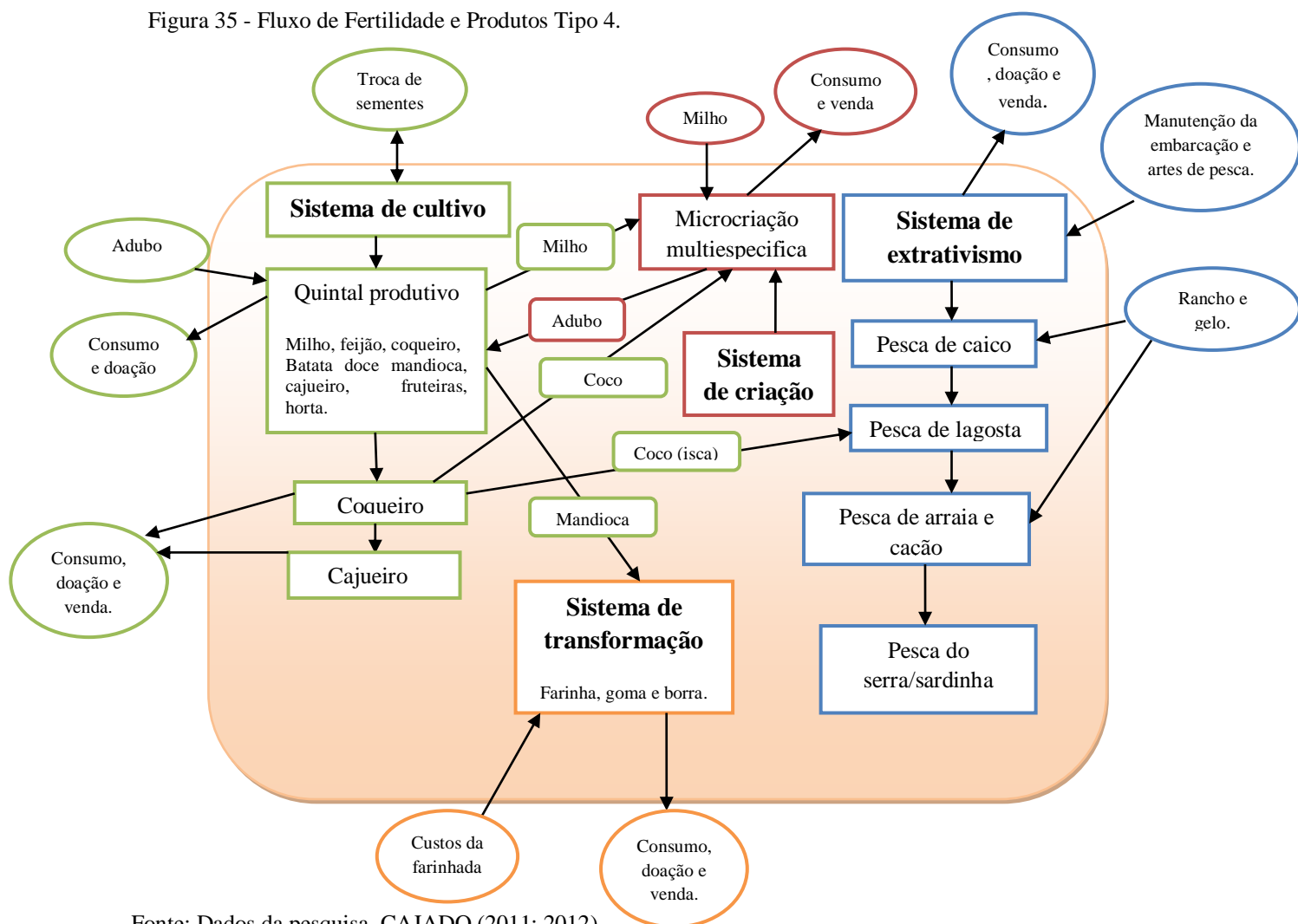
Ao discutir a ideia de valor, Firth (1974) coloca que a este termo pode ser atribuído vários sentidos, onde a noção de valor envolve o julgamento numa escala preferencial, ou seja, uma graduação, implicando primordialmente qualidades positivas, ideias de desejabilidades ou de validade.

O sistema de produção Tipo 4 apresentou semelhanças com o Tipo 3 tanto em relação a diversidade inerente ao conjunto de atividades realizadas, quanto a forma de organização destas atividades como mostra a Fluxo de Fertilidade e Produtos (FIGURA 35).

Desta forma, a principal diferença entre estes sistemas de produção se deve a quantidade de UTF's, sendo em média 3 para Tipo 4, bem como a intensificação das atividades, especialmente no caso da pesca, pelo fato de ter como embarcação apenas o paquete, justificando os valores apresentados de PB, VA, RM e autoconsumo respectivos de : R\$ 24.984,64, R\$ 22.216,61, R\$ 18.685,84 e R\$ 3.530,61.

No entanto, os valores relativos aos CI e D, também foram menores em relação ao Tipo 3, sendo de R\$ 1.720,12 e R\$ 1.307,63 respectivamente.

Figura 35 - Fluxo de Fertilidade e Produtos Tipo 4.



Fonte: Dados da pesquisa, CAJADO (2011; 2012)

A partir dos valores apresentados pelos Tipos 3 e 4, assim como pela observação nos Fluxos de Fertilidade e Produtos, os Tipos 3 e 4 apresentam-se no processo de capitalização. Esta condição é observada principalmente devido a atividade de pesca artesanal

que, de forma isolada apresentou uma RM de R\$ 36.263,37 no Tipo 3 e R\$ 18.356,40 no Tipo 4.

De forma geral, dos tipos sistemas de produção que apresentaram em sua composição a pesca, o Tipo 6 é caracterizado por uma particularidade, o fato das famílias não possuírem embarcação por motivos já foram explicitados anteriormente. Este fato repercute diretamente na diminuição dos custos de forma mais que proporcional à diminuição do produto bruto na realização desta atividade como pôde ser verificado através dos valores apresentados de PB, CI, D e VA respectivamente de: R\$ 1.9043,44, R\$ 662, 88; R\$ 646,78 e R\$ 17.800,58.

Com relação a RM e ao autoconsumo apresentou valores iguais à R\$ 13154,07 e R\$ 4646,51 respectivamente.

Ressalta-se o valor do autoconsumo, sendo composto quase 50% dos produtos oriundos dos sistemas de cultivo, transformação e criação totalizando um valor de R\$ 2196,84.

Faz-se importante ressaltar que dentre todos os tipos de sistemas de produção, independente de sua condição com relação à mão de obra, o tipo 6 apresenta a menor renda extra. Isto pode estar relacionado ao fato de nem todos os pescadores que realizam este tipo de sistemas de produção recebem o Seguro defeso, mesmo praticando a pesca da lagosta, recorrendo assim à prática da pesca ilegal com caçoeira.

[...] “Se eu tirasse seguro desemprego todo ano como eu vejo as pessoa pro aí, eu não pescava desse aqui não (pesca com caçoeira), meu trabalho era diferente, era de manzuá. É quando chega o período do seguro, tudo mundo tira, eu nem vô ficar parado né? eu vô trabalhar, mode arrumar meu dinheirinho pescando”[...] (Pescador e não assentado).

No que concerne aos sistemas de produção sem mão de obra complementar o Tipo 5 é o único que não apresenta a pesca em seu conjunto de atividades, sendo caracterizado por renda monetária total negativa, destinando toda sua produção ao autoconsumo, apresentando os seguintes valores PB, CI, D, VA, RM e autoconsumo, respectivamente de : R\$ 800, 30, R\$ 196,35, R\$ 10,7 R\$ 736,10 R\$ -64,20 e R\$ 800,30.

No entanto as famílias desenvolvem este sistema de produção foram as que, em média, apresentam maior renda extra, proveniente em alguns casos de trabalhos não agrícolas, equilibrando deste modo o orçamento familiar. Ressalta-se ainda as famílias do Tipo 5 prestam serviço como mão de obra complementar em alguns meses do ano na própria comunidade, como já exposto anteriormente.

O quadro (FIGURA 36) a seguir traz de forma concisa os valores das variáveis referentes à análise econômica, dos sistemas sem mão de obra com mão de obra complementar.

Figura 36 - Quadro referente à análise econômica dos sistemas de produção sem mão de obra complementar.

Tipo	PB (R\$)	CI (R\$)	D (R\$)	VA (R\$)	AUTOCONSUMO (R\$)	RM (R\$)
3	51.108,10	6.392,87	2.405,68	44.332,66	8.022,13	3.6310,52
4	24.984,64	1.730,12	1.307,63	22.216,61	3.530,61	1.8685,85
5	800,30	196,35	10,70	736,1	800,30	-64,20
6	19.043,44	662,88	646,78	17.800,58	4.646,51	13.154,07

Fonte: Dados da pesquisa, CAJADO (2011; 2012).

Através dos elementos trazidos na análise econômica, observou-se que a pesca se apresenta como a principal atividade geradora de renda, mesmo compreendendo sua instabilidade.

No entanto os sistemas de cultivo, criação e transformação além de possibilitarem uma maior diversificação da produção, estão relacionados com os modos de vida das famílias, com a segurança e soberania alimentar numa complexa combinação de atividades que se amalgamam na construção de um território mais autônomo com relação ao mercado, prevalecendo às relações de sociabilidade, ampliando o olhar sobre a realidade camponesa e sua economia.

[...] “Aqui o cabra que vive mermo das duas vai pro mar, às vezes vende o peixe, chega do mar vai pra agricultura, quanto da fé vende farinha, vende a goma não só comprar né?vende o coco, quando dá certa, quando num dá, se o que você produziu só da pro seu consumo, num vai vender mais num vai ficar só comprando tudo dia. É das melhores coisas ter pro consumo é até pra dá outra pessoa na necessidade é das melhores coisa que tem”[...] (Pescador-agricultor e assentado de 52 anos).

[...] “Se você vai por mar é não pega nadinha, chegando em casa tem batalhar pro outro canto né? pra vê se arranja, como eu disse, a pesca tá muito fraca, viver só dela não tem condição, você tem que fazer também alguma coisa aqui. É tão bom você chegar do mar, você não trazer nada, mas se você tem uma batata e arranca pra comer, tem um feijão né? aí é assim”[...] (Pescador-agricultor e assentado de 40 anos).

Diante do exposto, tentou-se colocar a importância e o desafio de compreender como os sujeitos se relacionam entre si e com o espaço que ocupam e transformam de modo a construir cotidianamente sua economia alicerçada não apenas e nem principalmente em valores monetários, mas concebida a partir da vida, das formas de vida existentes no Campo, ampliando o olhar da multifuncionalidade ao admitir a pluralidade dos sujeitos que configuram este Campo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante ao problema de pesquisa apresentado, bem como todo o caminho metodológico percorrido, sistematização, análise e reflexão dos resultados, tem-se que a hipótese formulada no capítulo I do presente trabalho foi aceita.

Deste modo, a pesca artesanal e a agricultura familiar realizada pelas famílias pesquisadas, além da importância produtiva, contribuem para a segurança e soberania alimentar, reprodução socioeconômica e manutenção do tecido cultural e identidade das famílias rurais da comunidade Apiques Assentamento Maceió Itapipoca-CE, sugerindo a multifuncionalidade das atividades agrícolas não somente para as famílias que as realizam, mas para a sociedade.

Contudo, compreendeu-se que alguns sistemas de produção se mostraram mais expressivos em determinadas funções.

Os sistemas de produção que possuem em seu conjunto de atividades a pesca artesanal possuem RM positiva. As famílias que realizam estes sistemas encontram-se em processo de capitalização, sendo as famílias que compõem o Tipo 3 as mais capitalizadas. As famílias que realizam os Tipos 1 e 5 apresentaram-se descapitalizadas.

Ressalta-se deste modo, a expressiva importância das rendas extras para a reprodução social das famílias que, por motivos relacionados às suas trajetórias de vida, ou mesmo pelo momento do ciclo biológico familiar vivido, não conseguem obter rendas monetárias satisfatórias.

No entanto as práticas relacionadas à agricultura familiar se revelam compositoras de um modo de vida que pôde ser representado de forma material ao se mensurar o produto bruto, o custo intermediário, depreciação, autoconsumo, o valor agregado e renda agrícola, onde foi observado que a maior parte da produção é destinada ao autoconsumo familiar.

Desta forma, a diversificação das atividades realizadas pelas famílias da comunidade Apiques não apenas no âmbito da agricultura familiar, mas tendo esta diversificação ampliada com a pesca artesanal, sugeri um caráter inerente a multifuncionalidade, a segurança e soberania alimentar das famílias pesquisadas, tendo em vista da pesca ser a atividade de maior relevância econômica, sua instabilidade não garante recursos financeiros para adquirir os outros componentes da alimentação das famílias, que por sua vez, estão ligados a sua cultura alimentar e sua identidade social.

Tomando como base a mão de obra média disponível dos Tipos 3 e 4 e verificando o potencial econômica da atividade pesqueira, acredita-se ser interessante ações

governamentais que visem melhorar a cadeia produtiva da pesca marinha no Assentamento Maceió, investindo na capacitação da mão de obra jovem excedente nas áreas de gestão, processamento e comercialização do pescado, otimizando inclusive os programas PAA e PENAE como canais de comercialização, fomentando a geração de emprego e renda através de trabalhos não agrícolas e possibilitando contribuir com a segurança alimentar da sociedade, fortalecendo o caráter multifuncional da pesca.

Compreende-se ainda, a importância do Estado no processo de fortalecimento da multifuncionalidade da agricultura familiar e pesca artesanal, subsidiando as famílias que pratiquem sistemas de produção capazes de possibilitar estas funções.

A partir da referência a pluralidade dos sujeitos, se faz importante o incentivo a pesquisas em diálogo com os princípios da Educação do Campo que possam estar conhecendo as realidades do Campo e de seus sujeitos, na perspectiva da reflexão e elaboração de projetos e políticas públicas que somem no processo de construção de um desenvolvimento pensado com as pessoas e para as pessoas, respeitando suas culturas, territórios e saberes.

Portanto, a partir da experiência adquirida nesta pesquisa, acredita-se que a complexa relação existente entre a pesca artesanal e a agricultura familiar foi o que tornou possível a percepção do caráter multifuncional das famílias e a ampliação desta noção, que através da racionalidade camponesa, amalgamam as duas atividades, transformando o espaço e a paisagem rural, refletindo na multiplicidade de ser de viver dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Karla. K, de J. **Agroecologia e gênero: experiência em quintais produtivos nas comunidades Sítio Coqueiro e Barra do Córrego no assentamento Maceió, Itapipoca-CE.** UFC, 2012. Monografia em Economia Doméstica, Fortaleza, 2012, 153p.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola européia.** Revista de Economia e Sociologia Rural - SOBER. v. 40, no 2, abr./jul. 2002. p. 235–64.
- ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar.** Disponível em: <<http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar>> Acesso em: 15 de mai. De 2012.
- BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. **SNOWBALL (BOLA DE NEVE): UMA TÉCNICA METODOLÓGICA PARA PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMUNITÁRIA.** In: X Congresso Nacional de Educação- ECUCERE,10, Curitiba-PR, 2011. Disponível em: www.educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf > Acesso em: 10 de dez. de 2012.
- BRASIL, Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, dia 25/07/2006.
- _____, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território Vales do Curu Aracatiaçu – MDA/SDT/Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2011, 422 p.
- _____, Ministério da pesca e aquicultura. Estatística da pesca artesanal no Brasil. 2001. Disponível em: <www.mpa.gov.br/pescartesnal> Acesso em: 20 de out. 2012.
- BERGAMASCO, Sônia. M. P. P; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais?** 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1996 88p.
- BERTALANFFY, L. V. **Teoria geral dos sistemas.** Petrópolis: 2 ed. Vozes, 1975, 351p.
- BORGONHA, Maíra. **A “arte do Mar”:** ciência dos pescadores da Caponga, litoral do Ceará. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução Fernando Tomaz. 14 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 322 p.
- CAJADO, Diana. M. **Multifuncionalidade, pluriatividade e pesca artesanal:** um estudo de caso da comunidade Apiques, Assentamento Maceió – Itapipoca-CE. UFC, 2010. Monografia em Engenharia de pesca. Fortaleza, 2010, 58 p.
- CAJADO, *et.al.* **Além do mar:** uma análise da pesca artesanal sob a ótica da multifuncionalidade e pluriatividade. Estudo de caso. In: **VII SOBER Nordeste:** políticas públicas, agricultura e meio ambiente,7, Ilhéus-BA, 2012. Anais...Ilhéus-BA.

CAJADO, *et.al.* **antes e depois do autoconsumo**: a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento local. Estudo de caso. In: **VI SOBER Nordeste**: Desafios do desenvolvimento para a inclusão social, 6, Petrolina-PE, 2011. Anais... Petrolina-PE.

CALDERT, Roseli. S. **Pedagogia do movimento sem-terra**. Petrópolis: Vozes, 2000, 276 p.

CARDOSO, Cesár. F. **S.Escravo Ou Camponês?** O Proto-Campesinato Negro Nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987. 126 p.

CARDOSO, Joel, H; FLEXOR, Georges; MALUF, Renato, S. **Multifuncionalidade da agricultura em áreas de assentamentos rurais**: O caso de Abelardo Luz (SC). In: CARNEIRO, MARIA, J; MALUF, Renato, S. (orgs). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003, 230p.

CARNEIRO, Maria. J. **Política Pública e Agricultura Familiar**: uma Leitura do Pronaf. Projeto Rurbano, 2000. 120p.

_____. **Multifuncionalidade da agricultura e ruralidades**: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, Roberto. J; COSTA, Luíz, F. de C. (org.) **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2002, p. 223-240.

CARNEIRO Maria. J; MALUF. R. S. (org.) **Para além da produção**: multifuncionalidade da agricultura. Rio de Janeiro: Mauad /Nead, 2003, p.17-27

_____. **Multifuncionalidade da agricultura familiar**. In: FILHO, Flávio. B. B. (org.). **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial em debate**. v. 5. Brasília: UNB, 2005, p. 43-58.

CARVALHO, Horácio, M. de. **Interação social e as possibilidades de coesão e de identidade social no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária**. Curitiba: NEAD, 1999, 59 p.

_____. **O campesinato do século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2005, 405p.

CAZELLA, Ademir A. **Développement local et agriculture familiale: les enjeux territoriaux le département de l'Aude (France)**. Tours: Université François Rebelais, Thèse de doctorat, 2000. 372 p.

_____. **A multifuncionalidade agrícola numa zona rural “desfavorecida”**: um estudo de caso na região serrana catarinense. In: CARNEIRO, Maria J; MALUF, Renato. S. (orgs.). **Para além da produção**: Multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 28-43.

CAZELLA, Ademir A; MATTEI, Lauro F. **Multifuncionalidade agrícola e pluriatividade das famílias de agricultores**: novas bases interpretativas para repensar o desenvolvimento rural. In: **SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO SOBRE INVESTIGAÇÃO E**

EXTENSÃO AGROPECUÁRIA - IESA, 5o, 2002, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Agroecossistemas, agricultura familiar e agricultura orgânica, 2002.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato.S. **Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa**. In: CAZELLA, A. A.; BONNAL,P; MALUF, R. S. (org.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 47-70.

CEARÁ, SEPLAN, IPECE, **Perfil Básico Municipal, Itapipoca**, Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2009/Itapipoca_Br_office.pdf> acesso em :18 de jan.2012.

_____, **Perfil Básico Municipal, Itapipoca**, Fortaleza, 2011. Disponível em <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2011/Itapipoca.pdf> acesso em 18 de jan.2012.

CHAYNOV, Alexander. L. **La organización de la unidad económica camponesa**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974, 342 p.

CHAYNOV, Alexander. L. (1966)

DIEGUES, Antônio. C. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1983, p. 24-38.

_____. **Diversidade Biológica e Culturas Tradicionais Litorâneas: O Caso das Comunidades Caiçaras**. São Paulo: NUPAUB-USP. 1988, 22p.

_____. **O mito da natureza intocada**. 3 ed. São Paulo: HUCITC, 2001, 102p.

_____. **A interdisciplinaridade nos estudos do mar: O papel das ciências sociais**. Conferência proferida na XV Semana de Oceanografia, Instituto Oceanográfico da USP, Outubro, 2003. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/interdis.pdf>> Acesso: em 15 maio. de 2012.

DUFUMIER, Marc. **Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas**. Salvador: EDUFBA, 2007. 326 p.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000. 273 p.

ESMERALDO, Gema. G. S. L. **Singularidades mediadas pelos agentes de reforma agrária**. In: SALES, C. de M. V. *et. al.* **Terra, sujeitos e condição agrária**. Fortaleza: Imprensa universitária, 2007, p. 67-78.

FERNADES, Bernardo M. **Os campos de pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais**. In: MOLINA, Castagna M.(org.). **Educação do campo e pesquisa: Questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p. 27-39.

FERNADES, Bernardo M.; MOLINA, Mônica C. **O campo da educação do campo**. In: MOLINA, Mônica C.; JESUS, Sônia M. S. A. de. (Orgs.). **Por uma Educação do Campo: contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Caderno 5. Brasília, 2004, p. 32-53.

FIRTH, Raymond, W. **Elementos da organização social**. Tradução: Dora Flaksman e Sérgio Flaksman. Rio de Janeiro: Zahar, 1974, 274 p.

GARCIA FILHO, Danilo P. **Guia metodológico de diagnóstico de sistemas agrários**. Brasília: INCRA/FAO, 1999,65p.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989, p

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 11º ed. Rio de Janeiro: Record, 2009, 90p.

LAMARCHE, Hugues. **Agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa.v. 1. Campinas: UNICAMP, 1993,335p.

GRISA, Cátia. **A produção “pro gasto”**: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 2007. 200p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

LAKATOS, Eva. M, MARCONI, Marina. de A. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991, 93 p.

MALUF, Renato. S. **“A noção de Multifuncionalidade da agricultura, aspectos analíticos e implicações nas políticas públicas: experiência francesa e o caso do Brasil”**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2001, 49 p.

_____. **Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar**: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, set. 2001a. 21 p. (Projeto de Pesquisa).

_____. **O enfoque da multifuncionalidade da agricultura**: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: LIMA, D. M.; WILKINSON, J. (Org.) Inovações nas tradições da agricultura familiar. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002, p. 301-328.

_____. **A multifuncionalidade da agricultura na realidade brasileira**. In: MALUF, R. S. & CARNEIRO, M. J. (orgs.). Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. 230p.

MELO, João. A. T. Reforma agrária quando? CPI mostra as causas de luta pela terra no Brasil. Brasília, 2006, 483p.

MINAYO, Cecília. de. S. **Trabalho de campo**: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, C.de.S (org.) **Pesquisa social: teoria,método e criatividade**. 30 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011, p. 61-77.

NADDAF, Ana; Lima Claudio. **Terra feita de gente: história de emancipação social no Ceará.** In: NADDAF, ANA (org.), 2 ed. Fortaleza, Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador- CETRA, 2006. 272p.

OECD. **Multifunctionality, Towards an Analytical Framework.** Organization for Economic Cooperation and Development, Paris, 1988.

PASQUOTTO, Vinicius. F; MIGUEL, Luiz. de A. **Pesca artesanal e enfoque sistêmico: uma atualização necessária.** In: Agricultura familiar e abordagem sistêmica. Aracaju: Sociedade brasileira de sistemas de produção, 2005, p. 61-80.

PRADO Júnior, Caio. **A questão agrária e a revolução brasileira-1960.** In: STEDILE, J. P. (org.). In: **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional.** v. 1 . São Paulo: Expressão popular, 2005, p. 79-87.

PLOEG, Jean. D. van der. **El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización.** In: SEVILLA GUZMÁN, E. (ed.). **Ecología, Campesinato y Historia.** Madrid: Ediciones de la Piqueta, 1992, p. 163-195.

RAMIRES, Milena; BARELLA, Walter; CLAUZET, Mariana. **A pesca artesanal no Vale do Ribeira e litoral sul do Estado de São Paulo – Brasil.** Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/biodiversidade/Milena%20Ramires.pdf> Acesso: em 03 mai. de 2011.

RÉMY, Jacques. **Os contratos territoriais de estabelecimento ou a conversão inacabada.** In: CARNEIRO, M. J; MALUF, R. S. (org.) Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p.153-168.

RODRIGUEZ, José. M.M; SILVA, Vicente. da E; CAVALVANTE, Agostinho. B. P. In: RODRIGUEZ, José. M. M. (org.). **Geoecologia das paisagens: Uma visão geossistêmica da análise ambiental.** 3 ed. Fortaleza: UFC, 2010. 222p.

RODRIGUES, Maria de F. F. **Terra Camponesa como (Re) criação Genealogia do Lugar e da Paisagem.** 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de S. Paulo, São Paulo. 188p.

_____. **As dimensões do sagrado e da cidadania no assentamento Maceió-CE.** In: Mercador. Fortaleza: UFC. Ano 3, nº 5. 2004, p. 35-46.

SABOURIN, Eric. **Implicações teóricas e epistemológicas do reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura.** In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 29, 2005, Caxambú, MG. **Anais...** Caxambu, MG: ANPOCS, 2005.

_____. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade.** Porto Alegre: UFRGS, 2011, 272p.

SALDANHA, João, C; ANTONGIOVANNI, Lídia; SCARIM, Paulo, C. **Diálogos entre a multifuncionalidade da agricultura familiar e os projetos coletivos de educação do campo e da agroecologia no Norte do Espírito Santo.** In: CAZELLA, Ademir, A;

BONNAL, Philippe; MALUF, Renato. S. (orgs). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p.137-166.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996, 377 p.

SAUER, Sérgio. **Terra e Modernidade: a reivindicação do campo brasileiro**. In: SAUER, Sérgio. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 192 p.

SCHMITZ, H. **Abordagem sistêmica e a agricultura familiar**. In: Agricultura familiar e abordagem sistêmica. 1ed. Aracaju: Sociedade brasileira de sistemas de produção, 2005, p. 19-60.

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 51,2003, p. 99-123.

SCOTT, Joan, W. **Experiência**. In: SILVA, Alcione, L. Da; LAGO, Mara, C. S. De; RAMOS, Tânia Regina, O. (orgs.). **Falas de gênero: Teorias, analyses, leituras**. Florianópolis: Mulheres, 1999, p. 21-55.

STEDILE, João. P. Introdução. In: STEDILE, J. P. (org.). In: **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional**. v. 1 . São Paulo: Expressão popular, 2005, p. 15-31.

TONNEAU, Jean., P; CLOUET, Y; CARON, P. **L'agriculture familiale au Nordeste (Brésil). Une recherche par analyses spatiales**. Natures Sciences Sociétés, 2001, v. 5, n 3, p. 39 -49.

TONNEAU, Jean-Philippe. **“O conceito de multifuncionalidade: a necessária adaptação à realidade da agricultura familiar nordestina”**. Campina Grande: UFPA 2002, 35p.

TUPINAMBÁ, S. V. **Do tempo da captura a captura do tempo livre-terra e mar: caminhos da sustentabilidade**. 1999. 183f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, 1999.

WANDERLEY, Maria. De. N. B. **Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov**. Campinas: UNICAMP, 1989. 26p.

_____. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: TEDESCO, J. C. (org.). Agricultura familiar realidades e perspectivas. 2 ed. Passo Fundo: EDIUBE, 1999, p. 21-55.

_____. **A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural**. In: GIARRACCA, Norma. ¿Una nueva ruralidad en América Latina? Buenos Aires: CLACSO/ASDI, 2001. p.31-44.

_____.“Prefácio”. In: MALUF, R. S; CARNEIRO, M. J. (orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. 230p.

WANDERLEY, Maria de Nazaré, B. **O mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade de terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009, 330p.

Wilson G.A..**From productivism to post-productivism...and back again ?** Exploring theun (changed) natural and mental landscapes of European agriculture:Trans.Inst.Br.Geogr. 2000, p.77-102.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2005, 52p.

ZIMMERMANN, N. C. Os Desafios da Organização Interna de um Assentamento Rural. In: Medeiros, L et al (Org.). **Assentamentos Rurais: Uma visão Multidisciplinar.** São Paulo: 1ed. Universidade Estadual Paulista, 1994, p. 205-224.

APÊNDICES

APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE PESQUISA

**Universidade Federal do Ceará
Centro de Ciências Agrárias
Departamento de Economia Agrícola
Mestrado Acadêmico em Economia Rural- MAER**

Formulário para pesquisa de mestrado DA PESCA ARTESANAL À AGRICULTURA FAMILIAR: RELAÇÕES DE IDENTIDADE E PRODUÇÃO.

Mestranda: Diana Mendes Cajado nº de matrícula 2011110514

Orientadora: PhD. Maria Irles de Oliveira Mayorga

Nº do Formulário

LOCALIZAÇÃO

Zona: _____ Tipo: _____

Comunidade: _____ Assentamento: _____

Município _____ Estado _____

NOME COMPLETO DO ENTREVISTADO

(A) _____

ASSENTADO/A () AGREGADO/A ()

IDADE:

ESCOLARIDADE:

DADOS GERAIS SOBRE A FAMÍLIA

1 QUANTAS PESSOAS MORAM NA CASA?

2 QUANTOS CONTRIBUEM NOS TRABALHOS DA AGRICULTURA E DA PESCA?

3 QUANTOS REALIZAM TRABALHOS NÃO AGRÍCOLAS? ONDE? QUANTO GANHA?

4 RECEBEM BOLSA FAMÍLIA? ()SIM () NÃO. QUANTO?

APÊNDICE B- VERSOS CRIADOS DURANTES PESQUISAS DE CAMPO

VERSOS DE CAMPO

Ontem acordamos cedo pra viajar
Numa ruma de dia sem descansar
Trabalhamos sol a sol sem sombra pra parar
Pedindo um copo d'água pra sede enganar

Chegamos derradeiro de julho e agosto já estamos
Tantas coisas vimos e também compartilhamos
E nesse cotidiano ainda nos perguntamos
De que afutura a pesquisa que estamos realizando?

Catorze dias se passaram como um tanto aperreado
Logo estaremos em casa sistematizando o pesquisado
Com saudade pensaremos em tudo que vivemos
Nas prosas, tapioca e peixe assado que comemos.

04.08.12 (Diana Cajado e João Josino)

ANEXOS

ANEXO A- NOTÍCIA DA ADVOGACIA GERAL DA UNIÃO

Advogados da União demonstram que atividade de agricultor familiar não pode ser equiparada à de pescador artesanal para fins de benefícios sociais

Data da publicação: 27/02/2012

Disponível em:

http://www.agu.gov.br/sistemas/site/TemplateTexto.aspx?idConteudo=173727&id_site=3

A Advocacia-Geral da União (AGU) comprovou, na Justiça, que os agricultores familiares do Ceará não podem ser equiparados aos pescadores artesanais para o recebimento de benefícios do Estado. Os profissionais rurais, que já contam com o auxílio Garantia-Safra, queriam receber, também, o seguro-desemprego pago aos pescadores, no valor de um salário mínimo, quando a pesca é declarada proibida.

A Divisão de Atuação nos Juizados Especiais Federais (DIJEF) da Procuradoria da União no estado do Ceará (PU/CE), que atuou no caso, contestou os argumentos apresentados em diversas ações de que o legislador teria sido omissivo. Salientou que a previsão do pagamento da Garantia-Safra, na Lei 10.420/02, aos agricultores, era prova suficiente contra a alegação dos autores. A DIJEF delimitou, ainda, as diferenças entre o agricultor familiar e o pescador artesanal demonstrando que, embora ambos sejam segurados especiais, se enquadram em situações diferentes: o pescador artesanal é impossibilitado de exercer a pesca quando ela está proibida, enquanto que o agricultor pode desenvolver outra cultura. A 19ª Vara da Subseção Judiciária de Sobral (CE) acolheu os argumentos e todos os pedidos dos agricultores foram julgados improcedentes. O juízo lembrou, na decisão, que "se o legislador entendeu por bem amparar o trabalhador rural com a Garantia-Safra e o pescador artesanal com o seguro-desemprego, a opção é legítima e constitucional". A decisão ressalta que a realidade do pescador artesanal e do trabalhador rural não guarda tanta semelhança quanto os autores da ação querem fazer crer. Destaca que "o seguro-desemprego concedido ao pescador artesanal tem por causa uma conduta do próprio Estado, qual seja, a proibição legal da pesca em determinado período do ano. No caso do trabalhador rural, essa impossibilidade é causada não pelo próprio Estado, mas por um evento natural e incontornável". A PU/CE é um órgão de execução da Procuradoria-Geral da União, órgão da AGU.